**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

JOSÉ CARLOS DE SOUSA

**HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM
REGIME ESPECIAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI: 1998 - 2006**

São Paulo (SP)
2018

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

JOSÉ CARLOS DE SOUSA

**HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM
REGIME ESPECIAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI: 1998 - 2006**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP) como requisito parcial para obtenção título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: Educação, História e Historiografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Carmen Sylvia Vidigal Moraes

São Paulo (SP)
2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

375.76 Sousa, José Carlos de

S725h História da formação de professores de educação física em regime especial na Universidade Estadual do Piauí: 1998 - 2006 / José Carlos de Sousa; orientação Carmen Sylvia Vidigal Moraes. São Paulo: s.n., 2018.

201 p.; grafs.; tabs.; anexos; apêndice

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Educação, História e Historiografia) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Uespi 2. Regime especial 3. Formação de professores 4. Educação Física I. Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, orient.

Elaborado por Nicolly Leite – CRB-8/8204

FOLHA DE APROVAÇÃO

SOUSA, José Carlos de, História da Formação de Professores de Educação Física em Regime Especial na Universidade Estadual do Piauí: 1998-2006. 2018. 202f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profª Dra. Carmen Sylvia Vidigal Moraes: _____

Instituição: FEUSP

Prof Dr Marcos Garcia Neira _____

Instituição: FEUSP

Prof Dr Tarcísio Mauro Vago _____

Instituição: EEFFTO- UFMG

Prof Dr Walter Roberto Correia _____

Instituição: EEFE-USP

Prof Dr Edivaldo Góis Junior _____

Instituição: FEF-UNICAMP

DEDICATÓRIA

A Deus, força divina que a inteligência humana não foi capaz de explicar.

Este trabalho é dedicado a todos os professores da Educação Física formados em Regime Especial pela Uespi, em especial aos pares da Educação Física das cidades de Parnaíba, Picos e Floriano participantes desta pesquisa, que acreditem que o salto qualitativo da educação é possível mediante a apreensão do conhecimento.

COMO TAMBÉM:

Dedico esta vitória a minha Mãe, Maria de Lourdes Sousa (em eterna memória, sempre presente), exemplo de luta, fé e amor. Pessoa que eu queria tanto ter ao meu lado nessa conquista.

A minha esposa, eterna namorada e companheira de todos os momentos pela compreensão, pela paciência pela minha longa ausência e que, com todo carinho, soube superar todas as dificuldades que atravessamos neste difícil, porém necessário, caminho para a concretização dos NOSSOS sonhos. MAJACI, TE AMO eternamente.

Aos meus irmãos e irmãs Francisco das Chagas (Manin), Silvestre, Manoel Messias, Assunção, Silvana e especialmente a Maria das Graças (Dadá, *in memorium*) que hoje se encontra, imagino, em um “plano” superior ao nosso.

Aos meus filhos Danilo e Alysson que, com admiração, acompanharam e aguardaram este momento com ansiedade concretizar.

As minhas sobrinhas e filhas do coração Dara e Débora, pela torcida de sempre.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é fruto de uma longa, árdua e deliciosa caminhada que não trilhei sozinho. Foram várias mãos, mentes e inspirações que me ajudaram a construir e concretizar esse sonho. A todos, minha sincera e profunda GRATIDÃO.

A Deus, em todas suas manifestações, pela vida, pela fé que me sustentou até aqui.

Aos amigos verdadeiros de uma vida inteira, que me mantiveram animado, disposto e com foco nos meus objetivos, através de envio de boas energias, abraços fraternos e carinhosos, os amigos da pelada da Adufpi. Aos meus amigos de convivências em São Paulo, que tão carinhosamente me receberam nesta selva de pedra, Neuton, Ronaldo e Francisco, pelas nossas longas conversas acadêmicas, pelas pizzas e chopp gelado e pelas dicas de como deveria viver em Sampa.

Meu carinho especial ao meu amigo irmão **Aildo de Assis Silva**, que depois de 23 anos o destino nos uniu novamente, pelo acolhimento em sua casa na última etapa da construção dessa tese em São Paulo.

Aos amigos e colegas que fiz nessa caminhada e que compartilharam comigo o conhecimento, o crescimento, os desafios e muitas conquistas, especialmente a minha amiga de todos os momentos, Luciene Amorim Antonio; a Sandra Gloria, Neila Drabach, Lourenilson, Felipe e Alexandra Rudakoff.

Aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação em Educação da Faculdade da USP, sempre solícitos e disponíveis a orientar e resolver as demandas burocráticas.

À Universidade Estadual do Piauí, instituição a qual tenho a honra de pertencer ao seus quadros de docente efetivo, agradeço à oportunidade para a nossa formação continuada, agora com a qualificação de doutorado, especialmente ao amigo professor Nougá Batista Cardoso, incentivo e alegria de compartilhar comigo mais esta vitória na minha vida de pesquisador.

Aos amigos e colegas da Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP, especialmente aos casal amigo prof^o Washington e a profa Mercês, pela ajuda, pela torcida e pela presteza e consideração que sempre tiveram à minha pessoa e sempre acreditaram na conclusão dessa Tese – meu muito obrigado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI, pela bolsa concedida na realização do doutorado.

EPÍGRAFE

A distinção entre o passado e o presente é um elemento essencial da concepção do tempo. É, pois, uma operação fundamental da consciência e da ciência histórica. Como o presente não se pode limitar a um instante, a um ponto, a definição da estrutura do presente, seja ou não consciente, é um problema primordial da operação histórica (LE GOFF, 2003, p. 207).

RESUMO

SOUSA, J. C. de. História da Formação de Professores de Educação Física em Regime Especial na Universidade Estadual do Piauí: 1998-2006. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2018.

A presente tese se propôs a fazer um estudo histórico de como historiograficamente ocorreu a formação dos professores no contexto da Universidade Estadual do Piauí nas cidades de Parnaíba, Picos e Floriano, a partir do período da expansão e interiorização de cursos de graduação em Licenciatura Plena em Educação Física na modalidade Regime Especial, no período de 1998 a 2006, para atender a professores Leigos, aprovados em processo vestibular atendendo à legislação do plano decenal normatizada através da LDB 9394/96 e lei do Fundef (9424/96). Com o objetivo de conhecer a história da formação de professores de Educação Física na modalidade Regime Especial pela Uespi, investiga-se o processo de expansão e interiorização, caracteriza-se o perfil dos docentes egressos e analisa-se a perspectiva histórica dessa formação. A Uespi possibilitou aos piauienses a ampliação de conhecimentos científicos acadêmicos, favorecendo, assim, à democratização e valorização do ensino e dos profissionais da educação no Piauí. Metodologicamente, esta tese constituiu-se uma pesquisa qualitativa, por meio da estratégia de produção de dados e aplicação de questionário a 56 sujeitos, entrevista semiestruturada de profundidade com 27 sujeitos e análise através da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016). Os sujeitos se formaram em Educação Física no Regime Especial graduação oferecida pela Universidade Estadual do Piauí no período de férias em serviço de 1998 a 2006. Na conclusão dessa pesquisa, pretendeu-se mostrar que o regime especial, enquanto modalidade formativa, estruturada como curso superior, em nível de graduação, na modalidade Licenciatura Plena, não se constituiu como opção mais adequada para proporcionar uma boa formação aos professores de Educação Física em exercício na escola pública do Piauí, respectivamente nas cidades de Parnaíba, Picos e Floriano, tendo visto que o modelo formativo proposto e desenvolvido pela Uespi apresentava muitos limites no que se refere aos aspectos estruturais e poucas possibilidades referente à formação a partir da imposição da lei, assim como levando em conta o tempo para a realização da formação, o espaço e as experiências vivenciadas pelos docentes nas diferentes cidades que adotamos para se analisar a formação docente em cursos desta natureza. Ressalta-se que a contribuição deste trabalho pode ter seus limites, entretanto a explicitação das intervenções externas das políticas de formação de professores e seus desdobramentos na prática dos alunos-professores busca evidenciar não só submissão aos apelos do neoliberalismo, presente naquele momento político que vivia o Brasil, especialmente o Piauí, mas também conhecer a relevância naquele momento histórico da presença da Universidade Estadual do Piauí no processo de formação de professores de Educação Física em Regime Especial.

Palavras-chave: Uespi. Regime Especial. Formação de Professores. Educação Física.

ABSTRACT

SOUSA, J.C. History of Teacher Education in Special Regime at the State University of Piauí: 1998-2006. Thesis - Faculty of Education, University of São Paulo, 2018.

The present thesis has proposed to make a historical study of how historiographically occurred the formation of teachers in the context of the State University of Piauí in the cities of Parnaíba, Picos and Floriano, from the period of expansion and make internally the undergraduate courses in full degree in Physical Education in the Special Regime modality, from 1998 to 2006, to attend lay teachers, approved in the entrance exam process in compliance with the legislation of the decennial plan normalized through LDB 9394/96 and Fundef's law (9424/96). With the objective of knowing the history of Physical Education teachers training in the Special Regime modality by Uespi, it investigates the process of expansion and internalization, characterize the profile of the egressed teachers and analyze in historical perspective of this formation. Uespi enabled people from Piauí to expand academic scientific knowledge, thus favoring the democratization and enhancement of education and education professionals in Piauí. Methodologically, this thesis was constituted in a qualitative research which goes through the strategy of data production application of questionnaire to 56 subjects and semi-structured interview of depth with 27 subjects and analysis through the technique of Content Analysis (Bardin, 2016). They graduated in Physical Education in the Special Regime undergraduate offered by the State University of Piauí in the period of vacation in in-service training from 1998 to 2006. In conclusion for this research, it was intended to show that the special regime as a formative modality, structured as a college course, at the graduation level, was not a more adequate option to provide a good training to Physical Education teachers in the public school of Piauí, respectively in the cities of Parnaíba, Picos and Floriano, the training model proposed and developed by Uespi, presented few limits regarding the structural aspects and many possibilities related to the formation from the imposition of the law, as well as according the time for the realization of the training, the space and the experiences lived by the teachers in the different cities that we chose to analyze the teacher training in courses of this nature. It should be emphasized that the contribution of this work can have its limits, however, the explicit external interventions of teacher education policies and their development process in the student-teacher practice, searches not only to submit to the appeals of neoliberalism, present at that political moment who lived in Brazil, especially in Piauí, but also to know the relevance in that historical moment of the presence of the State University of Piauí in the process of training Physical Education Teachers in Special Regime.

Keywords: Uespi. Special Regime. Teacher training. Physical Education.

LISTAS DE SIGLAS

AC – Análise de Conteúdo
BEC – Batalhão de Engenharia e Construção
BEP – Banco do Estado do Piauí
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e desenvolvimento
CDRH – Centro de Desenvolvimento de Relação Humanas do Piauí
CEE – Conselho Estadual de Educação
CEFET – Centro de ensino de Educação Tecnológico do Piauí
CES – Camara de ensino superior
CESP – Centro de ensino superior do Piauí
CEPE – Conselho de ensino, pesquisa e extensão
CESU – Câmara de ensino superior
CETEL – Centro de telecomunicação
CFE – Conselho Federal de Educação
CNE – Conselho nacional de Educação
CONSUN – Conselho Universitário
CEPEX – Conselho de ensino, pesquisa e extensão
CPLAN – Coordenadoria de Planejamento
CPTE – Centro de pesquisa e tecnologia educacional
CSEPE - Conselho superior de ensino, pesquisa e extensão
D.O.P – Diário Oficial do Piauí
D.O.U – Diário oficial da união
EAD – Ensino a Distância
ENEFD – Escola Nacional de Educação Física e Desporto
FADEPI – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí
FEUSP – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
FUNDEB – Fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação
FUNDEF – Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magisterio
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional Educacional de Pesquisa Anísio Teixeira
LDB – Lei de diretrizes de bases da Educação
LDBEN - Lei de diretrizes de bases da Educacional Nacional
MEC – Ministério da Educação
NUCEPE – Núcleo de concurso e promoção de eventos
ONU – Organização das nações unidas
PNE – Plano Nacional de Educação
PREG – Pró- reitoria de graduação
PREMEN- Programa de Expansão e Melhoria do Ensino
SEMEC – Secretaria municipal de Educação e Cultura
TLCE – Termo livre de consentimento e esclarecido
UESPI – Universidade Estadual do Piauí
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UNED – Unidade de Ensino Descentralizada

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Interiorização da Uespi.....	72
Figura 2 – Organograma do Regime Especial.....	83
Figura 3 - Matriz curricular Curso Regime Especial.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Dados Faixa etária: Parnaíba	93
Gráfico 02 – Dados Gênero: Parnaíba	93
Gráfico 03 – Dados Remuneração antes da graduação: Parnaíba.....	93
Gráfico 04 – Dados Escolaridade e naturalidade: Parnaíba.....	94
Gráfico 05– Dados Faixa etária: Picos.....	95
Gráfico 06 – Dados Gênero: Picos	95
Gráfico 07 – Dados Remuneração antes da graduação: Parnaíba.....	95
Gráfico 08 – Dados Escolaridade e naturalidade: Parnaíba.....	96
Gráfico 09– Dados Faixa etária: Picos.....	95
Gráfico 10 – Dados Gênero: Picos.....	95
Gráfico 11 – Dados Remuneração antes da graduação: Parnaíba.....	95
Gráfico 12 – Dados Escolaridade e naturalidade: Parnaíba.....	96
Gráfico 13– Dados formação acadêmica: Parnaíba.....	100
Gráfico 14 – Dados Atividade Profissional.....	100
Gráfico 15 – Dados modalidade de ensino antes da graduação: Parnaíba.....	100
Gráfico 16 – Dados modalidade de ensino depois da graduação: Parnaíba.....	100
Gráfico 17 – Dados tempo de magistério: Parnaíba	101
Gráfico 18 – Dados Formação Acadêmica cidade: Picos.....	102
Gráfico 19 – Dados Atividade profissional: Picos.....	102
Gráfico 20 – Dados modalidade de ensino depois da graduação: Picos.....	100
Gráfico 21 - Dados modaliade de ensino antes da graduação: Picos.....	102
Gráfico 22– Dados tempo de magistério: Picos.....	103
Gráfico 23 – Dados Formação Acadêmica: Floriano.....	104
Gráfico 24 – Dados Atividade profissional: Floriano.....	104
Gráfico 25 – Dados modalidade de ensino antes da graduação: Floriano.....	105
Gráfico 26 - Dados modalidade de ensino depois da graduação: Floriano.....	105
Gráfico 27 – Dados tempo de magistério: Floriano.....	105
Gráfico 28 – Dados Permanência na modalidade de ensino: Parnaíba.....	106
Gráfico 29 – Dados Permanência na modalidade de ensino: Picos.....	106
Gráfico 30 – Dados Permanência na modalidade de ensino: Floriano.....	106
Gráfico 31 – Dados Formação continuada: Parnaíba.....	108
Gráfico 32 – Dados Questões do quest. avaliação da Formação: Floriano.....	108
Gráfico 33 – Dados Formação continuada: Picos.....	110
Gráfico 34 – Dados Questões do quest. avaliação da Formação: Picos.....	110
Gráfico 35 – Dados Formação continuada: Floriano.....	112
Gráfico 36 - Dados Questões do quest. avaliação da Formação: Floriano.....	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações do questionário: cidade de Parnaíba	92
Tabela 2 – Informações do questionário: cidade de Picos	95
Tabela 3 - Informações do questionário: cidade de Floriano	97
Tabela 4 – Dados caracterização profissional: cidade de Parnaíba.....	99
Tabela 5 – Dados caracterização profissional: cidade de Picos	102
Tabela 6 – Dados caracterização profissional: cidade de Floriano.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Cursos do Período Regime Especial.....	79
Quadro 02 –Cursos do Regime Especial: Campi Parnaíba.....	81
Quadro 03 –Caracterização da pesquisa: dados de Parnaíba.....	107
Quadro 04 –Caracterização da pesquisa: cidade de Picos.....	109
Quadro 05- Caracterização da Pesquisa: Floriano.....	111
Quadro 06 –Unidade 1: significados entrevista Parnaíba.....	116
Quadro 07 –Unidade 2: significados entrevista Parnaíba.....	119
Quadro 08 –Unidade 3: significados entrevista Parnaíba.....	120
Quadro 09 –Unidade 4: significados entrevista Parnaíba.....	121
Quadro 10 –Unidade 5: significados entrevista Parnaíba.....	123
Quadro 11 –Unidade 1: significados entrevista Picos.....	126
Quadro 12 - Unidade 2: significados entrevista Picos.....	129
Quadro 13 –Unidade 3: significados entrevista Picos.....	131
Quadro 14 –Unidade 4: significados entrevista Picos.....	134
Quadro 15 –Unidade 5: significados entrevista Picos	136
Quadro 16 –Unidade 1: significados entrevista Floriano.....	139
Quadro 17 –Unidade 2: significados entrevista Floriano.....	141
Quadro 18 –Unidade 3: significados entrevista Floriano.....	144
Quadro 19 –Unidade 4: significados entrevista Floriano.....	146
Quadro 20 –Unidade 5: significados entrevista Floriano.....	149

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Introdução	17
1,1 – O começo do percurso da tese	17
1.2 – O contato com o tema e a definição do objeto de pesquisa	23
1.3 – Justificativa da pesquisa	24
1.4 – Objetivos	27
1,5 – Estrutura organizacional da Tese	27
Capítulo 2 – Itinerário metodológico da pesquisa	29
Capítulo 3 – O percurso da tese – Estado da Arte parte I	36
3.1 – A Educação Física no campo da pesquisa histórica e da história oral	41
3.2 – O delineamento da pesquisa: parte I	46
3,2,1 – Formação inicial de professores de Educação física e políticas educacionais da década de 90 no Piauí	46
3.3 – Delineamento da pesquisa: parte II	52
3.3.1 – A política de formação de professores no Brasil no final do século XX – Contextualização	52
Capítulo 4 As instituições (campus) pesquisadas: Aspectos históricos	59
4,1 – Campi de Parnaíba – Professor Alexandre Alves de Oliveira	59
4.2 – Campi de Picos – Professor Antônio Barros Araújo	61
4.3 – Campi de Floriano – Dr ^a Josefina Demes	64
Capítulo 5 - A Universidade Estadual do Piauí no cenário político de formação de professores em Regime Especial.	67
5,1 – Itinerário histórico: de um ideal a uma realidade.	67
5.2 – A universidade do Piauí: O seu contexto histórico na formação de professores	68
5.3 – A interiorização e expansão dos cursos de Educação Física na Uespi	70
5.4 – O curso de Licenciatura em Regime Especial	74
5.5 – Bases pedagógicas do curso Licenciatura Plena em Educação Física Regime Especial	82
5.6 – Estrutura organizacional do Regime Especial	82
5.6.1 – Coordenação Geral Pedagógica	84
5.6.2- Coordenação geral Administrativa	85
5.6.3- Coordenações de área de curso	85
5.6.4-Coordenação acadêmica	85
5.6.5 – Coordenações de campus/núcleo	85
5.6.6- Estrutura e modalidade de funcionamento do Regime especial	86
5.6.7 – A forma de ingresso	86
5.6.8 – Sistemática de funcionamento do curso em Regime Especial	87
5.7 – Metodologia e material básico do Regime Especial	89
5.8 – Quadro de professores do Regime Especial	89
5.9 – Sistema de Avaliação	90
5.10 – Fluxograma do curso regime especial	90
Capítulo 6 – Análise e discussão dos resultados – Parte I	92
6.1 – O perfil docente do egresso do curso de formação em Regime Especial da Uespi – Análise do questionário	92
6.1.1 Informações Gerais do Questionário: cidade de Parnaíba	92
6.2.1 Informações Gerais do Questionário: cidade de Picos	93

6.3.1 Informações Gerais do Questionário: cidade de Floriano	95
6.4.1 Segunda parte – Caracterização profissional – Parnaíba	97
6.4.2 Segunda parte – Caracterização profissional - Picos	101
6.4.3 Segunda parte – Caracterização profissional - Floriano	102
6.5.1 Terceira parte – Caracterização da pesquisa - Parnaíba	105
6.5.2 – Caracterização da pesquisa – Picos	107
6.5.3 – Caracterização da pesquisa – Floriano	109
Capítulo 7 – Análise e discussão do resultado da entrevista	114
7.1 – Resultado da entrevista dos professores da cidade de Parnaíba	114
7.1.1 – Delineando a categorização do conteúdo da entrevista –Parnaíba	115
7.2 - Resultado da entrevista dos professores da cidade de Picos	123
7.3 - Resultado da entrevista dos professores da cidade de Floriano	137
7.4 – A análise e a discussão dos resultados de interclusão	138
Considerações Finais	150
Referências	151
Apêndices	155
Anexos	163

1 – INTRODUÇÃO.

1.1 - O começo do percurso da tese

Início a escrita dessa tese fazendo uma reflexão do pensamento de Paulo Freire nesse primeiro momento dessa pesquisa, e não por acaso. É sem dúvida importante acreditar que não se pode separar o homem do mundo da pesquisa, pois como afirma o pensador: “A história não existe só no homem ou só no mundo. A história não existe sem os dois: homem e mundo” (FREIRE, 2000, p 65).

O autor nos diz ainda que a história não pode existir sem o homem e sem o mundo, porque, na sua visão, a história não é um processo mecanicista no qual os homens são meros acontecimentos dos fatos, nem o resultado de puras ideias forjadas em sua consciência. Pelo contrário, a história, como tempo de acontecimentos humanos, é feita pelos homens ao mesmo tempo em que os homens se vão fazendo nela.

Essas reflexões sugeridas por Freire (2000) foram fundamentais para minha opção de iniciar esta pesquisa contanto um pouco da minha trajetória no contexto da Educação e da Educação Física, trazendo assim as dialogizações dialéticas estabelecidas entre o homem e a realidade, como enfatiza Paulo Freire (1994, p.104): “O conhecimento, pouco a pouco, vai levando o homem a perceber a realidade nas suas diversas formas solidariamente”.

Ao fazer a opção por essa forma de apresentação do trabalho e de onde partiu historicamente toda a minha **inquietação**, fruto da minha consciência de ser inconcluso, convido o leitor a uma rápida imersão na trajetória dessa incompletude, na ânsia de descrever e analisar ou, quem sabe, conhecer e narrar a **história da formação de professores em Educação Física no Regime Especial, que vigorou entre 1998 a 2006**. Sua realização pela Universidade Estadual do Piauí deu-se no processo de interiorização e de expansão institucional, no seu início presente em 8 cidades, constituído de 08 campi e 20 núcleos e polos de ensino, naquele momento político na década de 90 do século passado. (figura I).

A Universidade Estadual do Piauí (Uespi) foi, no referido período dessa pesquisa, consolidada com uma infraestrutura em 34 cidades com 18 (dezoito) Campi (dois em Teresina) e 16 (desesseis) núcleo e polos, sendo 10 campi com proposta de formação de professores fora da sede; estas informações permite-nos traçar tramas que subjazem a esse processo, refletindo diretamente na constituição do papel e missão desta IES.

Nesta perspectiva, pretendo relatar a experiência vivida no contexto do processo de formação de professores de Educação Física em diversos campi da Universidade Estadual do Piauí.

Neste sentido, cumpre-me a difícil tarefa de apresentar, em algumas linhas, a minha trajetória acadêmica/profissional e as experiências vividas. Segundo Thompson (1998), é preciso distinguir entre experiência vivida e experiência percebida. A segunda categoria aproxima-se do que Marx denominou consciência social, uma vez que ela resulta das causas materiais.

Destaca-se a experiência como um processo de aprendizado. É nestes termos que se compreende a noção de classe social elaborada por Thompson (1998), enquanto um “fenômeno histórico, resultado de relações entre os homens reais em contextos reais e constituída num longo processo de fazer-se” (THOMPSON, 1998, p.102).

Neste sentido, transcrevo a minha trajetória **vivida** com todos os limites e possibilidades para construir e compreender a referida narrativa histórica na formação de professores de Educação Física no Estado do Piauí.

Essa narrativa histórica possibilitou compreender a referida pesquisa dentro do contexto do próprio objeto desta pesquisa, que é a história de formação de professores de Educação Física no período temporal de 1998 a 2006.

Cursei Licenciatura Plena em Educação Física na Universidade Federal do Piauí – UFPI entre os anos de 1981 e 1991. O longo período para concluir o curso deu-se primeiro pelo fato de já exercer a atividade de professor de Biologia/Ciências na rede Estadual de Ensino e ter atuado como Escriurário no Banco do Estado do Piauí – BEP no período de 1982 a 1992, o que me impossibilitava de frequentar com assiduidade as aulas na universidade.

A iniciativa de buscar um curso como Educação Física deu-se por uma vivência desportiva e por vivenciar de forma particularmente intensa a relação singular entre presente e passado, próprio de todos aqueles que pesquisam fenômenos históricos.

Segundo Thompson (1998), o ofício do historiador seria um permanente diálogo entre os conceitos de uma teoria e as evidências pesquisadas e uma permanente inter-relação entre a teoria e seus conceitos e as evidências, da qual resulta o conhecimento sobre a história.

Nesse contexto, até então, meu objetivo principal de cursar Educação Física era o de aprender no curso as mais variadas técnicas e táticas dos desportos, além de fundamentar-me sobre os elementos constitutivos da preparação física, habilitando-me para ser um bom técnico desportivo.

Importante sublinhar que o período de minha graduação se caracterizou por debates frequentes da área, possibilitados, inclusive, pelas produções acadêmicas que questionavam mais veementemente o eixo paradigmático da atividade física e pela ampla discussão das novas abordagens educacionais sobre a Educação Física e a formação de professores.

No contexto educacional, especialmente no interior da Educação Física, começava a ganhar substância um conjunto de estudos sobre metodologia de ensino, em diferentes perspectivas teóricas, sobre currículo, o da educação física, sobre práticas corporais; formação de professores e outras temáticas foram se intensificando com a realização de eventos científicos promovidos por instituições vinculadas a órgãos governamentais ou não. A tônica era, então, a de consolidar as proposições que permeavam as discussões acadêmicas e científicas na década de 1980 e de 1990 do século passado.

Após a conclusão do curso de graduação, passei a exercer a função de Gestor em uma escola pública, no período de 1992 a 2000. Minha atuação na Educação Física passou ser madura apenas no ano 2000, quando fui aprovado em um teste seletivo simplificado para exercer o cargo de docente na Unidade de Ensino Descentralizada do Centro de Ensino de Educação Tecnológica do Piauí – UNED/CEFET-PI, na cidade de Floriano, de 2000 a 2001.

No período de 2002 a 2005, exerci o cargo de docente no departamento de Educação Física da UFPI. Essa foi mais uma oportunidade de me aproximar, novamente, da Universidade e aprimorar meus projetos, aguçar os conhecimentos da Educação Física até então adormecidos no exercício de outros cargos e funções fora da Educação Física.

Outra oportunidade foi proporcionada com a aprovação no concurso para professor efetivo de Educação Física, para o ensino básico da Secretaria de Estado e Educação do Maranhão, onde exerci o magistério na cidade de Caxias (65 Km distante de Teresina), no período de 2003 a 2014.

No ano de 2005, como já estava convencido de que o meu projeto profissional era na Educação Física, pois desejava servir na perspectiva da melhoria do

ensino da Educação na formação de professores, não tive dúvidas, e participei do processo do Concurso Público para professor efetivo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), obtendo aprovação para o Campus Dr^a Josefina Demes, na cidade de Floriano. Em Fevereiro de 2006, fui convocado pelo Governo do Estado para integrar o quadro de docente efetivo da Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

Professor da UESPI há mais de 12 anos, em determinado período em regime de trabalho TI40 (tempo integral de 40h) e, posteriormente, em regime de dedicação exclusiva (DE), o que significa dizer que, nesse período, dediquei a integralidade de minha capacidade profissional exclusivamente ao ensino básico e superior à escola e Universidade pública, procurando cumprir rigorosamente o papel que entendo ser inerente e inalienável à figura do professor de ensino superior. No ano de 2006, exerci a função de coordenador de curso até o período de 2007. No desempenho de minhas atividades docentes, passei a me identificar com disciplinas ligadas à área da História da Educação Física e da Educação, consideradas disciplinas pedagógicas.

Em Julho de 2007, fui aprovado no Mestrado em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da UFPI, na linha de pesquisa "Educação, História e Movimentos Sociais", visando investigar aspectos mais aprofundados acerca da história da Educação Física no Piauí, já que nesse estado quase não havia estudos históricos relativos à Educação Física e isso, sem dúvida, parecia-me uma grande lacuna a ser pesquisada.

Os meus estudos de Mestrado, realizados entre setembro de 2007 e maio de 2010, possibilitaram-me fazer uma análise de cunho histórico da Educação Física no Piauí, elaborando a dissertação intitulada **A história da inserção da disciplina Educação Física nas escolas públicas do Piauí: 1939-1975.**

É importante que se diga que não existiu de nossa parte a pretensão de reconstruir exaustivamente uma trajetória, ou muito menos de esgotar as possibilidades de escrita da história sobre o assunto (aliás, missão quase impossível). O intuito do trabalho não foi de contar a história da Educação Física no Piauí como disciplina, mas de perceber mudanças, diferenças e continuidade nos discursos e na prática no tocante à influência da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD, 1939) no Piauí, bem como de procurar analisar os acontecimentos que marcaram uma época e contribuíram para outras ocorrências representativas poste-

riores e de como se deu a inserção da disciplina Educação Física no contexto das escolas públicas no Piauí no referido período da pesquisa.

Enfim, começava a perceber que o estudo em história da educação sobre o qual me debrucei deve passar por uma compreensão de que estamos a falar dos homens e das mulheres e suas construções sociais, da sua atuação na sociedade, compreender antes de tudo que o homem e a mulher tiveram e têm uma atuação concreta.

Entendo, de acordo com Thompson (1998, p 38), que “compreender um processo histórico é procurar, por meio das evidências históricas, apreender como homens e mulheres agem e pensam, a partir de determinadas condições”.

No ano de 2010, após a conclusão do Mestrado, retornei a Floriano, cidade do interior do Estado do Piauí, distante 250 Km da capital, no sentido de retomar Às atividades docentes, e fui reconduzido pelos pares à Coordenação do Curso e, em 2013, elegeram-me Vice-Diretor do Campus para o quadriênio 2013 – 2016.

Nesta trajetória docente e de gestor, no período de 2010 a 2014, tinha sempre em mente a busca do doutoramento, na perspectiva de preencher uma lacuna na formação acadêmica junto à Universidade Estadual do Piauí, especialmente no campus de Floriano, com o objetivo de retomar alguns questionamentos levantados na pesquisa do Mestrado. Chegava, assim, em minha *experiência vivida*, o momento de realizar o último nível de formação de relevância acadêmica, social e pessoal. Como afirma Thompson (1981, p.17):

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento, surge porque homens e mulheres são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo, isto significa que “assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido” (p.17).

Thompson (1981, p.189) reconhece que a experiência vivida, além de pensada, é também sentida pelos sujeitos:

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos [...]. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (p. 189).

Thompson (2002a), ao propor a dialética entre educação e experiência, destaca que o docente não deve pensar que o “material a seu dispor” desempenha “um papel passivo”. Para esse autor, a experiência que os estudantes (que nesta pesquisa são também professores) desenvolvem ‘durante sua formação’ “modifica, às ve-

zes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional” e, conseqüentemente, influencia o seu trabalho docente ao retornar à prática cotidiana.

Como nos afirma Thompson (1979), citado por Bertucci, 2010 p.49):

[...] a experiência é exatamente o que constitui a articulação entre o cultural e o não cultural, a metade dentro do ser social, a metade dentro da consciência social. Talvez pudéssemos chamá-las experiência I – a experiência vivida – e experiência II – a experiência percebida (THOMPSON, 1979 Apud BERTUCCI, 2010 p.49).

Nesse contexto, encontramos no Programa de Pós-Graduação em Educação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP, no período de 2014, a oportunidade de dar seguimento à pesquisa sobre a história da formação de professores de Educação Física no Piauí, na perspectiva de analisar e construir uma narrativa da formação docente dos formados em Licenciatura Plena em Educação Física na modalidade Regime Especial na Universidade Estadual do Piauí, no período 1998 a 2006, período de início e término da referida modalidade de formação.

Nessa perspectiva, a partir desse amplo número de possibilidades, procurar resgatar e entender a experiência humana no contexto da sociedade educacional é o grande objetivo. Em um momento em que projeções futuras para o homem são inconcebíveis, podemos perguntar: para que serve a história? Por que fazer história a partir da construção desta tese? De acordo com Thompson (1981, p.18), porque a história “nos ajuda a conhecer quem somos, e porque estamos aqui, que possibilidades humanas se manifestam”. Para o autor, “investigar aspectos do passado, buscando captar vidas, escolhas individuais, ações em grupo, é um ato marcado por inquietações do nosso próprio tempo, um ato, ao mesmo tempo social, pessoal e **acadêmico (grifo nosso)**, resultado da relação entre o passado e o presente”.

Termino essa apresentação com a impressão de que ela tem um ar de memorial, mas acho que não poderia ser outra a intenção do que me move a fazer esta pesquisa. Ao reler essa apresentação ou memorial, como queiram, sinto que a pesquisa guarda coerência com a minha trajetória acadêmica e profissional, fazendo interface com a minha história de vida que, certamente, teve um papel fundamental no que construí até agora, e no que se apresenta para o amanhã. Afinal, continuo acreditando que ninguém nasce feito.

1.2 O contato com o tema e a definição do objeto de pesquisa

A pesquisa propõe fazer estudo histórico de como historiograficamente ocorreu a formação dos professores de Educação Física no contexto das cidades de Parnaíba, Picos e Floriano, no período da expansão e interiorização dos Cursos Superiores de Licenciatura Plena em todas as áreas do conhecimento e, especialmente, na Educação Física. Os cursos, oferecidos pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI no período de 1998 a 2006, atenderam à formação de professores leigos aprovados no primeiro vestibular até os últimos formados na modalidade de Regime Especial nas respectivas cidades. (anexo 5)

Ao expandir e interiorizar o Ensino Superior, a UESPI possibilitou aos piauienses a ampliação de conhecimentos científico-acadêmicos, favorecendo assim a democratização e valorização do ensino e dos profissionais da educação nas várias modalidades de formação.

Embora o período proposto para o estudo possa parecer muito amplo, não existe de nossa parte a pretensão de reconstruir exaustivamente uma trajetória histórica ou, muito menos, a de esgotar as possibilidades de escrita da história sobre o assunto.

A proposta desta pesquisa não é contar a história da formação de professores de Educação Física no Piauí, mas sim conhecer aspectos que naquele momento possibilitaram compreender a legalidade da formação de professores no curso de Educação Física na perspectiva de legitimar a disciplina Educação Física e de legalizar o professor no contexto da escola a partir de uma política de formação de professores proposta pelo plano decenal em um período político neoliberal.

É importante demarcar o avanço das concepções neoliberais e generalistas no processo de definição de políticas educacionais, sobretudo a partir da década de 1990, período em que se desenvolveu a formação de professores de Educação Física.

Nessa direção, segundo Dourado (2002), nos anos 90 do século XX, tanto as políticas públicas quanto as educacionais foram balizadas por reformas do Estado. Tais mudanças, por sua vez, provocaram alterações no direcionamento dos mecanismos e na forma de gestão, sintonizando-as com organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e as agências de Organização das Nações Unidas (ONU) e suas orientações de descentralização,

flexibilização e novas formas de controle e padronização que, nesse contexto, influenciaram a oferta do ensino superior e de cursos de formação de professores.

O autor ainda afirma que muitos profissionais concluíram a educação superior em instituições onde não se valorizava a produção do conhecimento com base em pesquisas, mas numa perspectiva exclusivamente emergencial, o que resultou em formação insuficiente.

Nesse contexto, a formação de professores no Regime Especial ofertado pela Universidade Estadual do Piauí poderia ser considerada uma formação insuficiente, não direcionada à integralização dos conhecimentos da Educação Física para uma formação plena? A referida pesquisa tem por objetivo responder a esse questionamento.

1.3 Justificativa da pesquisa

Doravante utilizaremos a expressão **Regime Especial** para caracterizar o curso que constituiu uma modalidade de graduação criada pela Universidade Estadual do Piauí, no ano de 1997, com a finalidade específica de formar professores para as modalidades de ensino básico da rede estadual e municipal de educação do Estado do Piauí.

Nesse sentido, a pesquisa visa apreender mudanças, diferenças e continuidade nos discursos e nas práticas de formação do professor de Educação Física em **Regime Especial** no Piauí, que marcaram uma época e/ou contribuíram para outros acontecimentos representativos na formação continuada dos professores, até então portadores de formação em nível médio, médio pedagógico e técnico.

Aqui são levantados os **seguintes questionamentos**: Qual a trajetória histórica da Educação Física no Piauí no recorte temporal que se pretende estudar? Quais os aspectos políticos e ideológicos na formação do professor em regime especial de Educação Física pela Universidade Estadual do Piauí – Uespi, nos campi de Parnaíba, Picos e Floriano? A formação proposta e desenvolvida pelo curso do regime especial ampliou a compreensão e atuação da prática docente do professor-aluno no seu cotidiano escolar?

O desafio é construir uma tese sobre as possíveis histórias da formação dos professores de Educação Física em Regime Especial na Universidade Estadual do Piauí, nos campi de Parnaíba, Picos e Floriano no Estado do Piauí, pois se entende

que, para a melhor compreensão de nosso momento atual, faz-se necessário compreender a gênese do processo, a busca de suas raízes, como se caracterizou a formação de professores de Educação Física no Regime Especial no Estado do Piauí.

Percebe-se historicamente que a formação de professores de Educação Física parece não encontrar muito espaço de diálogo no Piauí, Estado que já comportou dezenove cursos de formação de professores e três de bacharelado e no qual existem, hoje, cinco cursos de licenciatura e cinco de bacharelado. No entanto, apesar desse número expressivo, não têm surgido estudos que analisem, do ponto de vista histórico, a formação de professores de Educação Física (BRASIL, e.mec, Inep, 2018).

Outro motivo que justifica o estudo da formação em Licenciatura Plena em Educação Física em Regime Especial é o fato de este pesquisador ter participado da formação profissional de professores de Educação Física do sistema estadual, municipal e da comunidade em diversas cidades onde foram oferecidos o referido curso e, especificamente, de 359 professores de Educação Física nas cidades de Parnaíba, Picos e Floriano. Isto reforça a necessidade da realização de um estudo mais profundo sobre a concepção e a forma como este tipo de curso foi ministrado na Universidade Estadual do Piauí.

Os dados por si só justificam a importância e relevância da tese, que propõe contribuir para a superação da enorme lacuna existente na História da Educação e da Educação Física no processo de formação de professores a partir da análise da trajetória histórica dessas formações em Educação Física na modalidade Regime Especial nas cidades de Parnaíba, Picos, e Floriano, pela Universidade Estadual do Piauí.

Nesse sentido, o trabalho pretendeu realizar uma interpretação histórica a partir das fontes documentais oficiais primárias e secundárias elencadas e de relatos de **experiências vividas** pelos sujeitos durante o processo de formação de professores em Regime Especial no contexto da década de formação implantada no Brasil nos anos 90 do século XX.

A partir de 1998, o Governo Estadual e os Municipais promoveram uma maciça formação de professores em nível superior, viabilizada pela aprovação do projeto de formação de professores em Regime Especial proposto pela Universidade Estadual do Piauí, oferecendo cursos de graduação, na modalidade Licenciatura

Plena, autorizados pelo Ministério de Educação conforme parecer de nº 123/94. Câmara de ensino superior – MEC/CES/94.

Nesse sentido, os cursos oferecidos em Regime Especial pela Universidade Estadual do Piauí têm sua origem em um determinado contexto da política educacional do país, quando ocorre a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional – LDB. Esse fato provocou uma grande procura por parte das Prefeituras às Instituições de Ensino superior visando à realização de convênios para a qualificação de seu quadro docente nos cursos já existentes nas referidas IES.

Assim, os cursos de Licenciatura Plena **REGIME ESPECIAL** foram instituídos com o objetivo primordial de qualificar e habilitar os professores que atuavam nas redes Estadual e Municipal de ensino do Piauí e de outros Estados, através de convênios/contratos assinados com as prefeituras e secretarias de educação.

Nesse sentido, para responder à questão da história da formação de professores de Educação Física em Regime Especial e alcançar os objetivos da referida pesquisa, procurou-se aprofundar, a partir da reforma educacional do plano decenal, a formação de professores normatizada pela Lei 9394/96, bem como historitizar a Universidade Estadual do Piauí, destacando sua relevância no contexto da formação de professores nas Licenciaturas, em especial a de Educação Física. Pensamos que a sociedade e, em especial a universidade, precisam conhecer os limites e possibilidades do Curso de Licenciatura em Regime Especial. Como afirma Freire (2002, p. 87), “este modelo de curso parece sido construído sob uma concepção restrita de formação, entendida somente como mera capacitação técnica para o processo ensino-aprendizagem”.

Diante dessas indagações, a nossa questão norteadora consistiu em saber se a formação proposta e desenvolvida pelo curso do regime especial ampliou a compreensão e atuação da prática docente do professor-aluno. É que propomos nos objetivos da referida pesquisa.

1.4 - OBJETIVOS:

1.4.1- Geral:

- Conhecer a história da formação de professores de educação física na modalidade Regime Especial pela Universidade Estadual do Piauí no período de 1998 a 2007.

1.4.2 - Específicos:

- Investigar o processo de interiorização da formação docente de Educação Física no Estado do Piauí, a partir do curso em Regime Especial da Universidade Estadual do Piauí;
- Caracterizar o perfil docente dos egressos do curso de formação em Regime Especial da Universidade Estadual do Piauí no período de 1998 a 2007.
- Compreender qual a avaliação dos professores sobre a relevância do curso de formação em Regime especial em sua prática docente em Educação Física.
- Analisar historiograficamente a formação de professores de Educação Física no Regime Especial no estado do Piauí.
-

1.5 - Estrutura organizacional da Tese:

A referida tese é constituída pela introdução, que relata a minha história de vida na perspectiva historiografica concernente à experiência vivida no contexto da educação básica e da formação acadêmica, a construção do objeto de estudo, a problematização da pesquisa, a justificativa e os respectivos objetivos da pesquisa.

No capítulo 1, é apresentada a metodologia do estudo, em que são colocados, de modo alinhado, a questão, os objetivos e os instrumentos de pesquisa a partir de um mapeamento teórico-conceitual de onde brotam os aspectos da formação de professores na década de 1990 do século XX, a caracterização do tipo de pesquisa e seus instrumentos de produção de dados, através de questionário e entrevistas de campo e de profundidade, as informações sobre a montagem do dados – cuja matriz foi construída no programa Excel – e a análise de conteúdo. Junto aos instrumentos utilizados na pesquisa serão apresentados o desenho amostral, os procedimentos desenvolvidos na escolha dos sujeitos, as decisões tomadas nesse processo e os levantamentos documentais realizados. Por fim, comenta-se brevemente sobre

a lógica dos procedimentos de análise de dados, cujo detalhamento será feito nos capítulos 5 e 6.

O capítulo 2 e o capítulo 3 são constituídos pelo estado da arte, destacando a educação física no campo da história oral, o delineamento da formação de professores e as políticas educacionais da década de 1990. Destaca-se ainda as instituições pesquisadas no contexto de seus aspectos históricos e educacional.

O capítulo 4 é constituído pela apresentação do curso de Educação Física da Universidade Estadual do Piauí – UESPI em Regime Especial, responsável pela mudança do perfil de formação dos professores de Educação Física, assim como aborda a expansão do ensino da Educação Física no contexto do processo de interiorização do ensino realizado pela UESPI no período de 1998 a 2007.

O capítulo 5 aborda o resultado da análise dos questionários, descrevendo o perfil docente do egresso formado em Educação Física no Regime Especial.

O capítulo 6 aborda o resultado das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa.

Por último, apresentamos as considerações finais. Estas retomam, em linhas gerais, a problematização e as constatações evidenciadas pelo estudo no tocante ao processo de implantação da proposta de formação de professores, em Regime Especial, no processo de interiorização e expansão da Universidade Estadual do Piauí, nos processos formativos de professores de Educação Física na resolução de problemas educacionais e sociais. Apresentamos, por fim, a síntese das várias conclusões parciais, apresentadas nos capítulos, sempre com a preocupação de agrupá-las e atribuir-lhes mais amplitude sem, contudo, pretendemos que elas sejam conclusivas.

CAPÍTULO 2 – ITINERÁRIO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O estudo desenvolve pesquisa qualitativa e investigação descritiva, exploratória, realizando o levantamento de registros em arquivos e em contato direto com os sujeitos da pesquisa.

De acordo com Bilken & Bogdan (2003, p. 47), as ações podem ser mais bem compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência.

Segundo afirmam Bilken & Bogdan (2003, p. 64), na pesquisa qualitativa o investigador está determinado a construir o conhecimento através dos registros dos dados, tendo como princípio básico a imparcialidade e a interação com os atores envolvidos no processo, na busca dos fatos que fundamentam o seu estudo.

Ainda Segundo Richardson et al. (2009, p.80), a pesquisa qualitativa possibilita

Descrever a complexidade de determinados problemas, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades dos comportamentos dos indivíduos (2009, p.80).

Na pesquisa qualitativa, todo o contexto adquire posição de importância igualitária, exatamente porque pode se constituir em indícios para a análise do seu objeto de estudo. No decurso da investigação, um detalhe pode concorrer para ajudar a elucidar os fatos. Entretanto, o investigador deve, também, levar em consideração o processo pelo qual os fatos foram produzidos no sentido de ser inferidos.

Assim, a abordagem qualitativa aplica-se ao estudo da história das relações das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os seres humanos fazem de como vivem e constroem seus artefatos e como sentem e pensam a construção de sua própria identidade.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerente aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas, tanto no seu advento quanto nas suas transformações, como construções humanas significativas (BARDIN, 2016)

Para o desenvolvimento cronológico desse estudo e para dialogar com as questões norteadoras, a pesquisa foi desenvolvida em etapas que se complementam e interagem entre si, na perspectiva de organizar as fontes para produção de

dados e para o exercício das análises. Na primeira etapa, utilizou-se da pesquisa exploratória que, segundo Gil (2009, p.41), “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito, constitui a primeira etapa de uma investigação mais ampla”. Utilizamos também da pesquisa descritiva, a qual, segundo Gil (2009, p.42), “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de determinadas variáveis”

Na primeira etapa exploratória, foi realizado o levantamento da documentação existente nos arquivos do programa **Regime Especial** de formação de professores, tais como: Decretos, Leis e resoluções do CNE (Conselho Nacional de Educação), CEE (Conselho Estadual de Educação) e da Universidade Estadual do Piauí, bem como outros documentos produzidos pela UESPI. Entende-se que esses documentos são essenciais como “fonte de concepções, valores, argumentações, o que contribuirá para análise da política de formação em questão” (SHIROMA, CAMPOS; EVANGELISTA, 2011).

Buscou-se também conhecer o Projeto Político Pedagógico do curso (PPC) do Regime Regular, aplicado ao Regime Especial da Universidade Estadual do Piauí, bem como os planejamentos de ensino e as Portarias. Como fonte adicional da pesquisa documental, foi realizado o levantamento de dados socioeconômicos dos sujeitos deste estudo.

Pontes (2013, p.25) afirma que “geralmente, quem escreve sobre os fatos passados não esteve no passado e não tem a convicção de ter recapturado o que na realidade aconteceu”. Nesse caso, o historiador deve buscar provas o máximo possível fidedignas. Ainda afirma o autor que a seleção das fontes torna-se de suma importância para o trabalho histórico e sua seleção corroborará os dados apresentados. As fontes primárias surgem *a priori* como documentação básica sem, portanto, deixar de elencar também as fontes secundárias (PONTES, 2013)

A análise dos documentos primários e secundários, relacionada ao estudo bibliográfico, que foi permanente e essencial durante o processo, favoreceu compreender, caracterizar e analisar os impactos da formação de professores de Educação Física no Regime Especial no processo de organização política de formação de professores, ajudando a contextualizar e entender o problema estudado. Também cooperou para construir um quadro teórico que permitiu sustentar a análise dos dados, buscando estabelecer relações entre as partes e o todo, bem como identificar

suas contradições e as possibilidades estabelecidas pelo Regime Especial na formação de professores de Educação Física pela Universidade Estadual do Piauí no processo de interiorização no programa de expansão de formação de professores em Educação Física.

A pesquisa foi dividida em dois momentos: o primeiro consistiu no levantamento bibliográfico dos documentos primários e secundários nos arquivos do Regime Especial da Universidade Estadual do Piauí; o segundo na aplicação de questionários nos professores participantes da pesquisa, nas cidades polos, e na realização de entrevistas no primeiro momento e no segundo momento através de entrevista de profundidade com sujeitos, definidos a partir de critérios devidamente explicitados. Optou-se por essa dinâmica na perspectiva de identificar as relações entre o que é proposto pelo programa de formação, sua intencionalidade, e o que foi apropriado e traduzido pelos professores em seu campo de atuação.

Utilizou-se ferramentas conceituais de análise e técnicas de levantamento bibliográfico, documental, história oral e análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2016). As fontes de pesquisa documental estão disponíveis nos arquivos da Universidade Estadual do Piauí dos cursos de Regime Especial.

O recorte temático, definido inicialmente na pesquisa, diz respeito às políticas de formação de professores de Educação Física a partir do período da criação dos cursos superiores, isto é, à formação de profissionais de Educação Física na Universidade Estadual do Piauí na modalidade **REGIME ESPECIAL**, nos contextos dos campus de Parnaíba, Picos e Floriano, delimitado no período entre 1998 a 2006.

A pesquisa incluiu como técnica de produção de dados a aplicação de questionários (Apêndice A), constituído por questões abertas e fechadas, e aplicação de entrevista (Apêndice B), para docentes formados no Regime Especial nas diferentes cidades pesquisadas.

Entende-se que a utilização de questionário pode ser considerada como uma boa estratégia, pela relação de interação que ele favorece entre o pesquisador e os pesquisados; segundo Vergara (2009, p.39), é o “método de coleta de dados no campo, de interagir com o campo composto por uma série ordenada de questões a respeito de variáveis e situações que o pesquisador deseja investigar”. Assim como afirma Gil (2002), trata-se de uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito que visa conhecer

opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas pelos sujeitos.

Nesse sentido, foram aplicados questionários contendo três tipos de informação aos professores formados em Regime Especial, com vínculo empregatício no Estado e nos Municípios, sendo 27 (vinte sete) na cidade de Parnaíba, 14 (quatorze) na cidade de Picos e 15 (quinze) na cidade de Floriano, uma amostra de 56 (cinquenta seis) professores. A perspectiva foi de analisar o perfil dos professores a partir de informações gerais do pesquisado, tais como: idade, sexo, escolaridade, naturalidade e salários. Buscou-se ainda a caracterização profissional de cada docente e a relevância da formação no curso em Regime Especial através de perguntas fechadas.

Com o propósito de analisar a importância da formação superior em Educação Física no regime especial foram realizadas entrevistas, no primeiro momento, com 25 professores, sendo 6 da cidade de Parnaíba, 11 da cidade de Picos e 8 da cidade de Floriano. Uma segunda entrevista de profundidade semiestruturada – segundo Duarte (2008, p.59) uma “técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências do entrevistado para analisá-las e apresentá-las de forma estrutural” – foi realizada com 6 (seis) professores: 1 (um) de Parnaíba, 2 (dois) de Picos e 3 (três) de Floriano, com amostra de 32 professores. Na perspectiva de interpretação dos dados produzidos nas entrevistas, utilizou-se da técnica de Análise de Conteúdo (AC), técnica de elaboração e análise de unidades de significados. Esta técnica permite interpretar os relatos dos sujeitos de uma pesquisa, os quais emitem opinião sobre determinados assuntos, opinião carregada de sentidos, de significado e de valores a partir de uma categorização temática (BARDIN, 2016).

Ainda afirma a autora que a técnica busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou textos, sendo composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores, permitindo a realização de inferências sobre os dados coletados e os conhecimentos inferidos em categorias.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados entre os professores efetivos que pertencem e/ou já pertenceram às redes públicas de ensino estadual e municipal;

que realizaram sua graduação de Licenciatura Plena em Educação Física no Regime Especial, nos campi da Universidade Estadual do Piauí, nas cidades de Parnaíba, Picos e Floriano; que estão ainda exercendo atividade docente e/ou são aposentados nas cidades onde foi realizado o curso de Educação Física no Regime Especial, e cujo ingresso tenha sido assegurado mediante convênio entre a UESPI e o sistema de ensino ao qual era vinculado; que apresentou disposição para colaborar com a pesquisa mediante o preenchimento do formulário de Termo Livre de Consentimento e Esclarecido (TLCE) e de declaração de aceite para participar da referida pesquisa (Apêndice C).

No que se refere à análise documental, segundo Lüdke e André (2013, p.44), embora pouco explorada não só na área de Educação como em outras áreas de ação social, pode constituir uma importante técnica de abordagem de dados qualitativos complementando-se as informações obtidas por outras técnicas, revelando novos aspectos do objeto pesquisado.

Como afirmam os autores, a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões de interesse do pesquisador. Os documentos constituem uma fonte estável, rica e poderosa de evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador.

São considerados documentos, conforme afirma Phillips B.S (apud LUDKE & ANDRÉ, 2013, p.45), “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano” e incluem leis, regulamentos, normas, portarias, decretos e arquivos escolares.

A fonte oral, por sua vez, pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia. De acordo com Albert (2013):

[...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas, é claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 2013, p.48).

Nessa perspectiva, a partir da reflexão sobre fontes históricas, por maior complexidade e atualidade com que se possa revesti-la, ainda é legítimo lembrar o clássico ensinamento de Charles de Seignobos e Victor Langlois (1946, p.15 Apud LEMOS, 2010, p.13): “[...] onde não há documentos, não há história”. Ainda afirma Lemos (2010, p.13) que:

A definição do que um documento, ou melhor, do que seja um documento histórico. Esse problema ganha maiores contornos quando se tem em conta o comum entendimento de documentos históricos como peças escritas, manuscritas ou impressas. Não se pode negar que, até nossos dias, uma boa parte dos documentos á disposição, são documentos escritos (2010, p.13)

A esse respeito, é interessante lembrar os ensinamentos de outro mestre da historiografia, Lucien Febvre (1878-1956), o qual aponta a possibilidade de se investigar por meio de outras fontes históricas. A História se faz com documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem, mas ela pode fazer-se sem documentos escritos, se não os houver.

Assim, a investigação histórica pedagógica, a exemplo de qualquer outra investigação de caráter histórico, não se realiza sem o apoio de fatos, dados e informações contidos nas fontes. Por isso, em seu ofício investigativo, em alguns momentos, o pesquisador deve “deixar os fatos falarem” e, em outros, deve fazê-los falar, ou seja, deve desvendar a mensagem e o sentido subjacente que neles se encontra. Nesse exercício, não se pode esquecer-se daqueles fatos que, após terem dormido silenciosamente, querem se fazer ouvir (PINSKY, 2006 apud LEMOS, 2010).

Para além desses aspectos técnicos, cabe ao pesquisador certificar-se de que toda investigação histórica, de alguma forma, tem início no contato com o fenômeno histórico que se pretende investigar. Privilegiada a temática a ser estudada, deve-se proceder à localização, ao levantamento e à classificação das fontes com as quais se vai desenvolver a pesquisa.

É importante ressaltar que alguns fatos e depoimentos levantados podem passar despercebidos, minimizados em relação à sua importância na definição dos rumos da Educação Física no Piauí, a de possibilitar a construção narrativa da história da formação de docentes em Educação Física, que pode revelar outros atores e aspectos a ser considerados nesta pesquisa de caráter original.

De uma maneira geral, buscou-se desenvolver uma pesquisa qualitativa possibilitando uma abordagem metodológica sedimentada em fontes múltiplas para colher as evidências capazes de responderem às perguntas e aos objetivos aqui propostos, dirigidos à constituição de uma história da Educação Física no Piauí, especificamente, do processo de formação dos professores de Educação Física na modalidade Regime Especial.

A análise dos dados referentes à entrevista segue um processo indutivo, o que exige o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação investigada. Não existe a preocupação de comprovar hipóteses definidas antes do início dos estudos, o que não significa a inexistência de um quadro teórico que oriente a produção de informações e a análise de dados obtidos.

Ao contrário da palavra dita, o discurso explicitado aqui como conteúdo é classificado unicamente em categorias semânticas. Este procedimento é empregado, com grande frequência, em pesquisas (a maior parte dos trabalhos de análise de conteúdo utiliza o tema como unidade de registro), sua delimitação é, portanto, uma tarefa delicada. O conjunto de palavras, uma vez definido pelo seu valor semântico, também é considerado como registro categorial para análise e interpretação do objeto da pesquisa no contexto de sua relevância.

CAPITULO 3 - O PERCURSO DA TESE – ESTADO DA ARTE – PARTE I

Apesar de o foco principal desta pesquisa ser a formação histórica de professores de Educação Física no contexto da expansão do Ensino Superior na modalidade Regime Especial a partir da interiorização e expansão da Universidade Estadual do Piauí é necessário fazer uma incursão na política educacional e na Educação Física a partir da década de 1990 de modo mais amplo e sistematizado.

Nesse capítulo, o esforço caminhou no sentido de analisar a formação inicial de professores em Educação Física, tomando como fundamento as políticas educacionais, concebidas nos anos 1990, sob as orientações da inserção da LDB 9394/96 e das políticas neoliberais. A máxima dessas políticas foi afirmar a educação como importante instrumento de desenvolvimento econômico e social, o que implicou um processo de reestruturação e adequação dos sistemas de ensino para atender às exigências do novo modelo de organização elaborado para o sistema educacional brasileiro.

Ao discutirmos tais questões, buscamos evidenciar as principais mudanças processadas na educação escolar e o papel do professor como protagonista dessas mudanças. Assim, posto o papel do professor nesse processo, passamos a analisar os novos contornos assumidos pela política de formação docente nas reformas educacionais que povoaram os anos 1990, especialmente a formação de docentes em Educação física no Piauí.

No que tange ao processo de formulação e implementação das políticas educacionais, as diretivas neoliberais promoveram um conjunto de iniciativas com vistas a garantir a expansão da oferta de cursos de licenciaturas em diversas IES pelo Brasil. Neste processo, como afirma Santos, (2014), “estabeleceu-se o binômio qualidade/equidade como eixo norteador, com o objetivo de atingir novos padrões educacionais para a população”

Nessa ótica, a expansão e a melhoria da qualidade da educação foram realizadas a partir de uma lógica gerencial que serviu de sustentação para o desenvolvimento de práticas educativas, cujas finalidades consistiam em disciplinar e controlar o indivíduo para ajustá-lo às necessidades da reestruturação produtiva educacional (SANTOS, 2014, p.91).

A formação inicial de docentes por parte das IES, ao assumir esses contornos, passou a exercer função de base utilitarista e pragmática. Essa tendência foi se configurando no cenário da educação brasileira a partir da forte influência dos orga-

nismos multilaterais (Banco Mundial, BIRD, Unesco e da Cepal) , os quais financiaram grande parte dos projetos educacionais implementados na década de 1990.

A implantação de uma política de formação de professores para a educação básica que contemplasse as diretrizes emanadas das atuais exigências da sociedade sob os auspícios dos organismo internacionais tornou necessário um novo reordenamento legal da educação brasileira. Essa política foi adotada pelo governo brasileiro, sendo expressa na legislação educacional, especificamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9394/96). A partir de então, muitas mudanças ocorreram no campo da formação, tais como a ampliação e a variação do lócus de formação, bem como o direcionamento de novas práticas e exigências, tanto para as instituições formadoras quanto os profissionais da área.

Como afirma Santos (2014, p. 20), “esse processo se efetivou com o consentimento do Estado Brasileiro, controlado no período por forças sociais conservadoras”. Por último, consideramos oportuno ressaltar alguns pontos das políticas de formação de professores, manifestadas no contexto atual, haja vista que o objeto de estudo desta tese também dialoga com aspectos que permaneceram e ou que foram criados no novo cenário político do período estudado, por exemplo, a Rede Nacional de formação de docentes(1996) e o Plano de desenvolvimento da Educação - Plano decenal (1993 -2003), os quais podemos destacar como relevante:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

O programa tem como objetivo promover mudanças substantivas na qualificação técnico-profissional dos docentes e especialistas, bem como dos métodos de gestão e organização dos sistemas de ensino e das unidades escolares. Inclui duas dimensões: (1) reestruturar a formação inicial dos profissionais; e (2) revisar, sistematizar e expandir a formação continuada dos profissionais da educação básica.

Ao longo da década de 1990, o Brasil adotou uma série de ações com o mesmo direcionamento. São exemplos dessas ações a adesão à Declaração Mundial sobre “Educação para Todos”, o lançamento do “Plano Decenal de Educação para Todos”, a “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” e a implantação do “Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização

do Magistério” – FUNDEF, que garantiu suporte financeiro às iniciativas na área da educação.

Os referidos documentos foram importantes nesse processo, na medida em que estabeleceram, segundo Shiroma (2007, p.53), “as diretrizes para ação no âmbito das políticas e instituições que pudessem favorecer a vinculações entre educação, conhecimento e desenvolvimento nos países da América Latina e Caribe”. Na prática, como afirma Santos (2014, p.103), “isso significava que os sistemas educacionais precisavam ser reformados para poder qualificar melhor os professores”. Eles, por sua vez, poderiam aprender conhecimentos e destrezas necessários para participar da vida pública e desenvolver-se produtivamente na sociedade moderna:

Essa perspectiva de articulação entre a educação, processo produtivo e equidade social esteve presente, também, em outras formulações produzidas ao longo da década de 1990, por exemplo, no Relatório Delors, elaborado pela Unesco no período de 1993-1996 (SHIROMA,2007, p.54).

Foi sob essa perspectiva que o MEC - Ministério da Educação elaborou e implementou políticas educacionais para a Educação Básica na década de 1990.

É oportuno ressaltar que o projeto educacional planejado numa perspectiva neoliberal se expressou com mais intensidade a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei 9.394/1996).

Nessa direção, Dourado (2001) afirma que a “lei foi importante na materialização desse projeto, porque esteve sintonizada com as premissas neoliberais”. A lei aludida está assentada em uma racionalidade epistemológica e política que define as diretrizes e bases da educação nacional, as quais incluem aspectos relacionados à conceituação da educação, seus princípios e fins, assim como tratam dos profissionais da educação e de sua formação.

A expansão da Universidade Estadual do Piauí – UESPI estava amparada pelas políticas educacionais do governo federal, pois segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2004, p. 93-94), “na década de 1990, a demanda por vagas no ensino superior continuava sendo fator de pressão sobre o governo federal”. Nessa década, em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no governo de Fernando Henrique Cardoso, atendendo a essas demandas, junto com a legislação complementar.

Severino (2004, p.178) afirma que “foi exatamente no concernente à formação dos profissionais da área que mais mudanças ocorreram na nova lei”. O novo perfil

exigido ao professor que atuaria na Educação Básica fez com que a nova LDB indicasse modificações na formação de professores, sobretudo no que concerne aos espaços de formação.

Nesse contexto, a Universidade Estadual do Piauí - Uespi, impulsionada pela nova LDB (1996), ampliou sua organização interna, criou cursos, fixou currículos, assinou contratos e convênios, com autonomia proporcionada pela legislação em vigor, oportunizando a execução de planos de investimentos, administração de rendimentos, recebimentos de subvenções, entre outras ações. Portanto, a legislação “facultava às universidades públicas, inclusive, implantar cursos pagos, vender serviços, firmar convênios com setores privados, além de outras providências lucrativas” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 95).

Nesse período, a Uespi, através da administração representada pelo Reitor Dr. Jônathas de Barros Nunes (1995 a 2001), com sua visão de expansão, não deixou passar a oportunidade levantada pelas legislações e implementou a interiorização e expansão da Uespi, levando o ensino superior para os diversos locais do Estado em Regime Regular e **Regime especial**, notadamente o curso de Licenciatura em Educação Física, em 34 campis, e as cidades que trata a referida pesquisa.

Segundo Carvalho (2014, p.15), o comprometimento do Estado com o ensino gratuito e obrigatório e o discurso do conjunto dos textos legais indicam “uma preocupação contínua com a expansão e o aprimoramento dos sistemas educativos”, no contexto da formação de professores.

Nesse contexto, a referida pesquisa pretende compartilhar algumas reflexões sobre a participação da Universidade Estadual do Piauí nas mudanças educacionais ocorridas a partir da expansão na formação de professores para a Educação Básica no Estado, especialmente na formação de professores de Educação Física que atuavam como docentes na rede de ensino do Piauí e não tinham realizado curso de nível superior. Em 1998, data do primeiro vestibular em Regime Especial, que foi até 2006, ano do último vestibular realizado pela Uespi nesta modalidade de Ensino oferecido na rede pública municipal e estadual, nas cidades Parnaíba, Picos e Floriano.

Nesse sentido, contextualizaremos a Educação Física como disciplina levando em consideração seus aspectos históricos para situá-la no tempo e lugar em que o corpo docente de Educação Física se configurou nas cidades de Parnaíba, Picos e Floriano, no período de 1998 a 2006, a partir do projeto de formação docente implementado pela Universidade Estadual do Piauí em **Regime Especial**,

atendendo às normas da Lei de Diretrizes e Base da Educação artigo 61^a a 63^a, no contexto do plano nacional de formação de professores conforme o Decreto Lei 3.276 de 6 de Dezembro de 1999, que dispunha “sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica”. Conforme texto:

Art. 1º A formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, observado o disposto nos arts. 61 a 63 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, far-se-á conforme o disposto neste Decreto.

Art. 2º Os cursos de formação de professores para a educação básica serão organizados de modo a atender aos seguintes requisitos:

I - compatibilidade com a etapa da educação básica em que atuarão os graduados;

II - possibilidade de complementação de estudos, de modo a permitir aos graduados a atuação em outra etapa da educação básica;

III - formação básica comum, com concepção curricular integrada, de modo a assegurar as especificidades do trabalho do professor na formação para atuação multidisciplinar e em campos específicos do conhecimento;

IV - articulação entre os cursos de formação inicial e os diferentes programas e processos de formação continuada.

Art. 3º A organização curricular dos cursos deverá permitir ao graduando opções que favoreçam a escolha da etapa da educação básica para a qual se habilitará e a complementação de estudos que viabilize sua habilitação para outra etapa da educação básica.

§ 1º A formação de professores deve incluir as habilitações para atuação multidisciplinar e em campos específicos do conhecimento.

§ 2º A formação em nível superior de professores para a atuação multidisciplinar, destinada ao magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, far-se-á, preferencialmente, em cursos normais superiores. (BRASIL, 1999, p. 1).

Dessa maneira, como afirma Feitosa (2005), o esforço teórico consistiu em ampliar conhecimentos sobre a educação superior no Piauí, partindo do princípio de que a construção do conhecimento não acontece por uma ação individual, isolada, mas como ação coletiva que resulta da interação que se estabelece com outros conhecimentos já construídos e sistematizados, num processo dialógico e continuado no qual cada nova informação se insere de forma complementar.

3.1 - A Educação Física no campo da pesquisa histórica e da história oral.

As obras consultadas indicam que, para alcançarmos os nossos objetivos, torna-se importante mobilizar o repertório conceitual no que se refere às questões de ordem teórica e metodológica inscritas na pesquisa histórica, em particular no contexto das Ciências Sociais e Educacional. De acordo com Le Goff (1996, p.492).

Pensar os acontecimentos e as críticas em função dos movimentos lentos e profundos da história, interessar-se menos pelas individualidades em primeiro plano do que pelos homens e pelos grupos sociais que constituem a grande maioria dos atores menos exibidos, porém afetivos, da história, preferir a história das realidades concretas – materiais e mentais – da vida cotidiana aos fatos que se apossam das manchetes efêmeras dos jornais, não é apenas obrigar o historiador [...], é também metamorfosear a memória coletiva dos homens e obrigar o conjunto das ciências e dos saberes a situar-se em outra duração, conforme outra concepção do mundo e de sua evolução (1996, p.492).

Por essa orientação, devemos ampliar as possibilidades investigativas no estudo do passado, entendendo o seu resgate para além das análises do documento escrito ou oficial, evitando assim a limitação das fontes que figuram na discussão da área, pois todas as fontes possuem grande significado para um trabalho investigativo. Para Le Goff (1996):

A história vive hoje uma “revolução documental” [...] a história desfruta tanto dessa conquista metodológica como de sua base universitária. Melhor que as outras ciências humanas – entre as humanidades que não conseguem se renovar e as ciências novas que encontram dificilmente a sua identidade - está a história, cujos profissionais dispõem de uma bagagem sólida de formação(1996, p.425).

Torna-se, portanto, congruente afirmarmos que a história enquanto acontecimento de fatos e realizações deve preocupar-se com a história da evolução de técnicas, dos costumes, da história política, ou ainda da história do próprio homem, mas acima de tudo a história de todos os homens.

A História Oral é considerada por alguns como técnica, para outros é uma disciplina e para muitos, uma metodologia. História oral é um recurso metodológico que abriga palavras dando sentido social às experiências individuais e coletivas.

Assim podemos afirmar que a História Oral valoriza as pessoas, acreditando que, dando voz aos sujeitos, pode ser escrita por meio do cotidiano, na perspectiva de produzir conhecimento sobre o social, mantendo um compromisso no registro que se projeta no futuro, para que outros possam vir a usá-la.

No Brasil, como em diversos outros países, a História Oral é a metodologia que mais se expandiu nas últimas décadas, possivelmente pela difusão do uso do gravador mas também pelo grande volume de pesquisas sobre o tempo presente.

A História Oral, como metodologia de pesquisa, ocupa-se em conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinada realidade – os padrões culturais –

estruturas sociais e processos históricos, obtidos através de conversas com pessoas, relatos orais, que, ao focalizarem suas lembranças pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem, ponderando esses fatos pela importância que assumem em suas vidas.

Apoiado na famosa frase de Marx, “os homens fazem a história, mas ignoram que a fazem”, Brandão afirma:

A história inconsciente, para ele, é precisamente aquela que se situa na longa duração, por trás da crosta dos acontecimentos demasiado legíveis e que é lícito organizar em estruturas sucessivas, em que se correspondem os elementos complementares de um sistema (BRANDÃO, 1988 p.58.).

Freitas (2002) afirma que não existem histórias sem sentido, porque, mesmo antes de serem escritas, transformam-se no livro dos vivos. Dessa forma, a **história oral** surge como aliada à investigação de fatos que sedimentarão estudos e pesquisas em várias áreas do conhecimento. Assim sendo, os depoimentos podem apresentar-se numerosos, o que vai permitir operar com uma fonte com muitas informações, além de permitir um confronto destas com possíveis divergências quanto à oferta de pistas para a descoberta do objeto do estudo.

De acordo com Freitas (2002), a “história oral” consiste na realização de depoimentos pessoais orais por meio de técnica de entrevista ou de questionário, estando consolidada em diversos estudos. Ao utilizar essa fonte estaremos oportunizando a inserção de mais registros, uma vez que apenas na observação de documentos pode ocorrer uma limitação dessas fontes, daí a necessidade da oralidade para a permissão de pontos de vista diferentes e alternativos.

A história oral dá grande contribuição para o resgate da memória, individual e coletiva, dado que a memória de um povo pode ser a memória de muitos, possibilitando as evidências relativas aos fatos, como nos faz lembrar Thompson (2002b, p. 86). Dessa maneira, “a oralidade surge aqui como uma das fontes propícias aos estudos históricos, com o poder de aglutinar o conteúdo à finalidade da verdadeira essência na busca dos fatos reais do estudo”. O autor afirma ainda que:

A história oral pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existiam entre professores e alunos; entre gerações; entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a his-

tória um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras (Thompson, 2002, p. 87).

Na história oral, busca-se evitar a análise daquilo que o entrevistado pode ter escondido, omitindo como um fato inexistente, dando crédito aos fatos que, certamente, irão gerar divergências.

Entendemos que a fonte oral está fortemente presente em estudos realizados em inúmeros países e se solidifica há gerações, possibilitando o fortalecimento de pesquisas relativas ao passado, que pode ser somada a outras fontes. Para Daólio (2004 “as sociedades, como as vidas, contêm suas próprias interpretações, porém é preciso apenas descobrir o acesso a elas”. O diálogo entre presente e passado, talvez incluindo o futuro, é parte dos problemas que a pesquisa oral deve enfrentar. Pois, segundo Le Goff (1996),

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras, signos, paisagens e telhas (p.540).

Nesse sentido, acredita-se que a referida pesquisa possibilitará desenvolver com o suporte da Técnica da História Oral uma análise histórica da formação de professores de Educação Física no Regime Especial pela Universidade Estadual do Piauí no período de 1998 a 2006.

Dessa forma, além de fontes documentais textuais referentes a esse momento, a fonte oral obtida através das entrevistas junto aos professores formados nos campus da Universidade Estadual do Piauí nas cidades de Parnaíba, Picos e Floriano, foi também um forte elo condutor da pesquisa, o que exigiu o cotejamento das fontes documentais oficiais com as informações obtidas nos questionários e entrevistas realizados no sentido de possibilitar a resposta ao objetivo da pesquisa.

Neste sentido, há necessidade de explicitar de que forma a Educação Física se situa, ou seja, configura-se historiograficamente no contexto da história oral. Conforme afirmam Silva, Lima e Souza (2004, p.46) “a História Oral valoriza as pessoas, acreditando que dando voz aos sujeitos, a história pode ser escrita por meio do cotidiano, no sentido de produzir conhecimento sobre o social”, mantendo um compromisso de registro que se projeta no futuro, para que outros possam vivenciar e usá-la.

As concepções e modelos de pesquisas na área da Educação Física foram mudando nas últimas décadas. Em seu estudo, Silva (1997) verificou que, na década de 1970, paradigmas rígidos estavam presentes nos cursos de pós-graduação em Educação Física no Brasil, tanto em seus regulamentos e normas quanto em sua produção científica. Essa autora demonstra que, apesar de a produção científica em Educação Física no Brasil, até meados dos anos 80, ter sido fortemente marcada pela concepção positivista de ciência, outras concepções e modelos metodológicos passaram a ser adotados a partir desse período.

Após meados dos anos 80 e, especialmente, a partir dos **anos 90** várias pesquisas brasileiras desenvolvidas no âmbito da Educação Física utilizaram métodos e priorizam temáticas mais diversificadas do que aquelas defendidas até então. Percebemos, por exemplo, o surgimento de estudos voltados para a etnografia, para a pesquisa participante, a história oral, dentre outras que se diferenciavam das abordagens predominantes no período pesquisado.

Nesse sentido, observa-se que no início dos anos 90, período de interesse desta pesquisa, ocorreu o crescimento da análise crítica da área, possibilitando o surgimento de preocupações específicas relacionadas à produção científica, como possibilidades de incremento e discussão de questões utilizando-se a história oral.

Darido (2008, p.11) enfatiza que os objetivos e as propostas educacionais da Educação Física foram se modificando ao longo deste último século, e todas estas tendências, de algum modo, ainda hoje influenciam a formação do profissional e as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física. A construção da educação física inicia-se no Brasil quando os primeiros colonos imigrantes, militares, chegam em diversas partes do Brasil e buscam formas de lazer, práticas para se exercitar a formação corporal e a disciplina.

Sousa, Lima e Silva (2001), em uma pesquisa realizada nos programas de Mestrado e Doutorado em Educação Física nos anos de 1991 a 2000, observam que apenas 1,08% dos pesquisadores utilizaram a História Oral como recurso metodológico. As temáticas tratadas nos estudos são muito diversificadas e a maioria dos estudos que utilizavam o método situam-se na área Socio-Histórico-Filosófica. Além disso, os estudos priorizam os resgates históricos e chamam atenção para a necessidade de trazer o homem para o centro das pesquisas.

Assim, podemos perceber a necessidade que temos em entender e utilizar esse método nas pesquisas relacionadas aos temas da Educação Física, principal-

mente quando essas pesquisas tiverem um caráter mais crítico e humano, uma vez que a história oral dá voz aos silenciados. Também este é o objetivo desta tese.

Percebemos, por exemplo, pouquíssimos temas da Educação Física relacionados à História da formação de professores de Educação Física. Temos uma lacuna muito grande com relação a este tema no Brasil.

Nesse contexto, especialmente no Piauí, há uma grande lacuna no que se refere ao assunto nas pesquisas até agora realizadas nos “programa de pós-graduação das Instituições de Ensino Superior”, como afirmam Silva, Lima e Souza (2004, p.88).

Quando nos referimos ao Estado do Piauí, as pesquisas realizadas sobre a formação de professores de Educação Física apresentam uma lacuna sobre o tema, com exceções de estudos vindos das dissertações de mestrado em Educação do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Entre estas pesquisas, destacam-se as dissertações de Sousa (2010), Araujo (2011) e de Araújo Emerito (1996), desenvolvida na Universidade de Ponta Grossa, no programa de pós-graduação em Educação.

Neste sentido, vê-se então, com relação a esse assunto, um grande campo para se explorar as vivências relacionadas aos indivíduos que fizeram parte dessas histórias, quem eram os professores de Educação Física antes da instituição do curso de Educação Física nas cidades pesquisadas. A política brasileira de formação de professores refletiu e reflete nessa realidade até os dias atuais.

Apenas dando voz às pessoas que fizeram parte deste processo histórico é que saberemos como esta história foi e está sendo construída; do contrário, teremos apenas os documentos oficiais que pouco se referem a esta disciplina tão importante quanto a formação do seu próprio corpo docente.

3.2 - O DELINEAMENTO DA PESQUISA: PARTE I

3.2.1 - DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA DÉCADA DE 90 NO PIAUÍ.

Apesar de o foco principal desta pesquisa ser a **formação histórica de professores de Educação Física no contexto da expansão do Ensino Superior na modalidade Regime Especial** a partir da interiorização da Universidade Estadual do Piauí, é necessário fazer uma incursão na Educação e Educação Física a partir da década de 90 do século XX de um modo mais amplo e sistematizado.

Neste capítulo, nosso esforço caminhou no sentido de analisar a formação inicial de professores em Educação Física, tomando como fundamento as políticas Educacionais, concebidas a partir da década de 90, sob as orientações da inserção do plano Decenal e da LDB 9394/96 no contexto das políticas neoliberais.

A máxima dessas políticas foi afirmar a educação como importante instrumento de desenvolvimento econômico e social, o que implicou um processo de reestruturação e adequação dos sistemas de ensino para atender às exigências do novo modelo de organização ora elaborado para o sistema educacional brasileiro.

Nas últimas duas décadas do século passado, as questões relacionadas com a profissão docente foram uma das grandes prioridades das políticas educacionais nacionais. A partir do Plano Decenal de Educação (1993-2003), que definiu a “fixação e implementação de política de longo alcance para o magistério” (BRASIL, 1993, p.45), houve uma preocupação contínua do governo com a questão da qualidade dos professores, em especial quanto à sua formação.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trouxe vários dispositivos disciplinando a docência, também em 1996 foi destaque a implantação do fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. A Lei nº 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), defende, em seu texto, a “valorização dos profissionais da educação. Particular atenção deverá ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores”(BRASIL, 2001).

Ao discutir tais questões, busca-se evidenciar as principais mudanças processadas na educação escolar e o papel do professor como protagonista dessas mudanças. Assim, posto o papel do professor nesse processo, passamos a analisar os novos contornos que a política de formação docente foi assumindo nas reformas

educacionais que povoaram os anos 1990, especialmente a formação de docentes em Educação Física no Piauí.

No que tange ao processo de formulação e implementação das políticas Educacionais, as diretivas neoliberais formularam um conjunto de iniciativas com vistas a garantir a expansão da oferta de cursos de Licenciaturas em diversas IES pelo Brasil, através da Universidade Estadual do Ceará com o projeto Magister (2000-2003), Universidade Estadual do Goiás com o projeto de cursos Parcelados e a Universidade do Tocantins com o projeto Regime Especial (1998 - 2000).

Neste processo, como afirma Santos (2014, p.91), “estabeleceu-se o binômio qualidade e equidade como eixo norteador, com objetivo de atingir novos padrões educacionais para a população”. Ainda afirma a autora que:

Nessa ótica, a expansão e a melhoria da qualidade da educação foram realizadas a partir de uma lógica gerencial que serviu de sustentação para o desenvolvimento de práticas educativas, cujas finalidades consistiam em disciplinar e controlar o indivíduo para ajustá-la às necessidades da reestruturação produtiva educacional (SANTOS, 2014. p.91).

A formação inicial de docentes por parte das IES, ao assumir esses contornos, passou a cumprir uma função de base utilitarista e pragmática. Essa tendência foi-se configurando no cenário da educação brasileira a partir de uma forte influência dos organismos multilaterais, que financiaram grande parte dos projetos educacionais implantados na década de 90 do século passado.

Como afirma Santos (2014, p.91) “esse processo se efetivou com o consentimento do Estado brasileiro, controlado no período por forças sociais conservadoras”. Por último, consideramos oportuno ressaltar alguns pontos das políticas de formação de professores, manifestadas no contexto atual, haja vista que o objeto de estudo desta tese também dialoga com aspectos que permaneceram e ou que foram criados no novo cenário político, por exemplo, a Rede Nacional de formação de docentes (1996) e o Plano de desenvolvimento da Educação Plano decenal (1993 -2003) do período estudado, que se fundamentam respectivamente em:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

O programa tinha como objetivo promover mudanças substantivas na qualificação técnico-profissional dos docentes e especialistas, bem como dos métodos de gestão e organização dos sistemas de ensino e das unidades escolares. Inclui duas dimensões: (1) reestruturar a formação inicial dos profissionais; e (2) rever, sistematizar e expandir a formação continuada dos profissionais da educação básica. (Brasil, 1993)

Ao longo da década de 1990, o Brasil adota uma série de ações com o mesmo direcionamento. São exemplos dessas ações a adesão à Declaração Mundial sobre “Educação para Todos”, o lançamento do “Plano Decenal de Educação para Todos”, a “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, a implantação do “Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério”, o que garantiu suporte financeiro às iniciativas na área da educação.

Os referidos documentos foram importantes nesse processo, na medida em que estabeleceram, segundo Shiroma (2007, p.53), “as diretrizes para ação no âmbito das políticas e instituições que pudessem favorecer as vinculações entre educação, conhecimento e desenvolvimento dos países da América Latina e Caribe”.

Na prática, como afirma Santos (2014, p.92), “isso significava que os sistemas educacionais precisavam ser reformados, para poder qualificar melhor os **professores**”. Eles, por sua vez, poderiam aprender conhecimentos e destrezas necessários para participar da vida pública e desenvolver-se produtivamente na sociedade moderna. Nesta perspectiva ainda, afirma Shiroma (2007, p.54) que:

Essa perspectiva de articulação entre a educação, processo produtivo e equidade social esteve presente, também, em outras formulações produzidas ao longo da década de 1990, por exemplo, no Relatório Delors, elaborado pela Unesco no período de 1993-1996 (2007, p.54).

Foi sob essa perspectiva que o MEC - Ministério da Educação elaborou, programou e implementou políticas educacionais para a Educação Básica na década de 1990. Neste contexto é oportuno ressaltar que a concretização do projeto educacional que estava sendo planejado numa perspectiva neoliberal se expressou com mais intensidade a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/1996.

Nesta perspectiva, Dourado (2001, p.54) afirma que a “lei foi importante na materialização desse projeto, porque esteve sintonizada com as premissas neoliberais”.

Como afirma Santos (2001, p.93), “a lei aludida está assentada em uma racionalidade epistemológica e política que define as diretrizes e bases da educação

nacional, as quais incluem aspectos relacionados à conceituação da educação, seus princípios e fins, assim como tratam dos profissionais da educação e de sua formação”.

A expansão da Universidade Estadual do Piauí – UESPI estava amparada pelas políticas educacionais do governo federal, pois segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2004, p. 93-94), “na década de 1990, a demanda por vagas no ensino superior continuava sendo fator de pressão sobre o governo federal”. Nesta década, em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no governo de Fernando Henrique Cardoso, atendendo a essas demandas junto com a legislação complementar.

Nesta perspectiva, a Universidade Estadual do Piauí - Uespi, impulsionada pela nova LDB (1996), ampliou sua organização interna, criou cursos, fixou currículos, assinou contratos e convênios, com autonomia proporcionada pela legislação em vigor, oportunizando a execução de planos de investimentos, administração de rendimentos, recebimentos de subvenções, entre outras ações. Portanto, a legislação “facultava às universidades públicas, inclusive, implantar cursos pagos, vender serviços, firmar convênios com setores privados, além de outras providências lucrativas” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 95).

Nesse período, a Uespi, através da administração representada pelo Reitor Dr. Jônathas de Barros Nunes (1995 a 2001), com sua visão de expansão, não deixou passar a oportunidade levantada pelas legislações e implementou a interiorização e expansão da Uespi, levando o ensino superior para os diversos locais do Estado em Regime Regular e **Regime especial**, notadamente o curso de Licenciatura em Educação Física, em 34 campis, e às cidades de que trata a referida pesquisa já citada no corpo desta tese e nesse sentido reforça-se a relevância desse período e momento da expansão e interiorização da Universidade Estadual do Piauí.

Nesse sentido, a pesquisa buscou compartilhar algumas reflexões sobre a participação da Universidade Estadual do Piauí sobre as mudanças educacionais ocorridas a partir da expansão na formação de professores para a Educação Básica no Estado, especialmente na formação de professores de Educação Física atuantes como docentes na rede de ensino no Piauí sem formação em nível superior no período de 1998, período do primeiro vestibular em Regime Especial, até 2006, período da conclusão do último vestibular realizado pela UESPI nesta modalidade de

Ensino, oferecido, no contexto da rede pública municipal e estadual, com o objetivo de formar professores para a rede de ensino básica.

Neste sentido, contextualizou a Educação Física como disciplina, levando em consideração seus aspectos históricos, atendendo às normas da Lei de Diretrizes e Base da Educação (1996), artigo 61^a a 63^a, no contexto do plano nacional de formação de professores, conforme o Decreto Lei 3.276 de 6 de Dezembro de 1999, que dispõe sobre a formação de professores, em nível superior, com o fim atuar na educação básica. Conforme texto:

Art. 1º A formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, observado o disposto nos arts. 61 a 63 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, far-se-á conforme o disposto neste Decreto.

Art. 2º Os cursos de formação de professores para a educação básica serão organizados de modo a atender aos seguintes requisitos:

I - compatibilidade com a etapa da educação básica em que atuarão os graduados;

II - possibilidade de complementação de estudos, de modo a permitir aos graduados a atuação em outra etapa da educação básica;

III - formação básica comum, com concepção curricular integrada, de modo a assegurar as especificidades do trabalho do professor na formação para atuação multidisciplinar e em campos específicos do conhecimento;

IV - articulação entre os cursos de formação inicial e os diferentes programas e processos de formação continuada.

Art. 3º A organização curricular dos cursos deverá permitir ao graduando opções que favoreçam a escolha da etapa da educação básica para a qual se habilitará e a complementação de estudos que viabilize sua habilitação para outra etapa da educação básica.

§ 1º A formação de professores deve incluir as habilitações para atuação multidisciplinar e em campos específicos do conhecimento.

§ 2º A formação em nível superior de professores para a atuação multidisciplinar, destinada ao magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, far-se-á, preferencialmente, em cursos normais superiores. (BRASIL, 1999, p. 1).

Desta forma, como afirma Feitosa (2005), busca-se num esforço teórico ampliar conhecimentos sobre a educação superior no Piauí, partindo do princípio de que a construção do conhecimento não acontece por uma ação individual, isolada, mas como uma ação coletiva resultado da interação que se estabelece com outros conhecimentos já construídos e sistematizados, num processo dialógico e continuado no qual cada nova informação se insere de forma complementar.

É neste contexto ambíguo de políticas governamentais que acenam para uma profissionalização docente, e de uma intensa produção teórica sobre a formação do

profissional da educação, que pretendemos estudar e analisar a formação no Curso de Licenciatura em Educação Física na modalidade Regime Especial.

3.3 - O DELINEAMENTO DA PESQUISA: PARTE II

3.3.1 - A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX – CONTEXTUALIZAÇÃO

Nas últimas décadas do Século XX, particularmente no que tange às reformas educacionais, vários estudos passaram a destacar a formação e a profissionalização do professor como fatores importantes para a melhoria da qualidade do ensino. Isso implicou ações diversas e contraditórias ligadas a um conjunto de reformas sintonizadas com os interesses internacionais na educação e na formação de professores, em países como o Brasil, de tal forma que os anos 90 ficaram conhecidos como a Década da Educação.

Para Dourado (2002), nos anos 90 do Século XX, tanto as políticas públicas quanto as educacionais foram balizadas por reformas do Estado. Tais mudanças, por sua vez, provocaram alterações no direcionamento dos mecanismos e na forma de gestão, sintonizando-as com organismos multilaterais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas orientações de descentralização, flexibilizações e novas formas de controle e padronização que, nesse contexto, influenciaram a oferta do ensino superior e, conseqüentemente, dos cursos de formação de professores.

Acerca do debate relativo à formação de professores no Brasil, nesse período, Freitas (2002, p.138) aponta dois movimentos que podemos considerar contraditórios: “[...] o movimento dos educadores e sua trajetória em prol da reformulação dos cursos de formação dos profissionais da educação e o processo de definição das políticas públicas no campo da educação, em particular, da formação de professores [...]”.

Para a autora, o movimento docente construiu sua trajetória com a colaboração de muitos educadores e suas entidades organizativas que, desde o final dos anos 70 do Século XX, defendiam uma formação de professores vinculada à “[...] concepção da forma de organização da escola, às grandes questões sociais e ao

movimento de trabalhadores pela construção de uma nova sociedade, justa, democrática e igualitária [...]”. (139) Foram discutidas também propostas alternativas ao modelo tecnicista existente na época.

Em relação às políticas públicas, os estudos de Kuenzer (2001) e Pérez Gómez (1998) revelam que foram feitos investimentos na formação de professores da educação básica, por meio de vários programas, com as mais diversas denominações (treinamento em serviço, aperfeiçoamento docente, capacitação docente, educação continuada, formação em serviço etc.).

No caso do Piauí, a implementação de projeto de formação de professores foi denominada de formação em “treinamento em serviço” nas modalidades de Licenciaturas em todas as suas áreas de formação (BRASIL, 1996, art.87, §4ª).

Nessa ótica, verifica-se uma preocupação com a melhoria da qualidade do ensino da educação básica, como definida na Carta de Jomtien (Declaração Mundial sobre Educação para todos, 1990). Contraditoriamente, são estabelecidas diretrizes para a formação inicial do professor que levam ao **aligeiramento** e à flexibilização da formação, em decorrência das especificidades apresentadas pelo quadro educacional brasileiro quanto a questões, como no caso do Piauí e de outras regiões do Nordeste, da baixa qualificação de professores que constituíam a rede pública de ensino, tanto a rede estadual como a rede municipal, especialmente na disciplina Educação Física.

Esse quadro possibilitou ao governo brasileiro institucionalizar a reforma no campo da formação de professores de modo mais intenso a partir de 1999, e contar com o apoio e a participação do empresariado do ensino na criação, na expansão e na ampliação de novos espaços e cursos de formação de professores, que resultaram na privatização desenfreada e no **aligeiramento** do ensino.

Ao lançarem mão de decretos, resoluções e pareceres, de certo modo, efetivaram a reforma no âmbito da formação do professor para a educação básica. Foram, pois, ignoradas as experiências bem-sucedidas de formação de professores, tanto as desenvolvidas quanto as que se encontravam em desenvolvimento nas várias regiões do país. Ou seja, “[...] a nova legislação traduziu, de forma substantiva, as relações de poder entre o Estado e a sociedade civil organizada naquele período [...]” (ROCHA, 2008, p. 38).

É impossível não reconhecer que a promulgação e a determinação da LDB garantiu os espaços necessários para a institucionalização de políticas educacionais que vinham sendo gestadas em governos anteriores.

Ao mesmo tempo em que as políticas se fortaleciam com o discurso da qualidade, as ações implementadas distanciavam-se cada vez mais de uma proposta de unidade ou de uma base comum de formação dos professores. Essa foi reduzida à dimensão técnica tanto no aspecto organizacional quanto no de gestão curricular. Assim agiam para cumprir a determinação de que “[...] somente [seriam] admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço [...]” (LDB, art. 87, § 4º) até o final da Década da Educação. – 1993 a 2003 (BRASIL, LDB, 9394/96).

Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, no ano de 1997, referente a dados de 1996, apenas 12,6% das vagas docentes do estado do Piauí eram ocupadas por professores que possuíam formação em nível superior, 60% ocupadas por professores com formação em nível de 2º grau (médio), 27,4% por professores leigos; ou seja, 87,4% dos cargos docentes no Estado do Piauí eram ocupados por professores que não possuíam ensino superior (Brasil, INEP, Educacenso, 1997).

Nesse sentido, como a normativa do plano decenal tinha abrangência nacional, e o padrão de formação em nível superior definido a exigência pela LDB, esse não era um problema restrito somente às cidades de Parnaíba, Picos e Floriano, mas de todo Estado do Piauí.

Nesta perspectiva, os sistemas de ensino estaduais e municipais estabeleceram convênios com as universidades para que elas ofertassem cursos de graduação para formar professores da educação básica. Esses cursos, muitas vezes, ocorreram em regime de oferta do tipo modular, com carga horária e currículo diferentes dos cursos de licenciatura regulares e em diferentes espaços e modalidades (presencial, a distância, modular, semipresencial, sequencial etc.), o que resultou num processo muito mais de titulação do que de qualificação.

Nessa trajetória, no final do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), já se podia observar um processo de “expansão desordenada”, portanto, com qualidade comprometida, de cursos e instituições de ensino superior para formar professores. Na maioria das vezes, os cursos eram de baixo custo, em razão da oferta de “[...] qualificação mais ágil, mais flexível [...]” e mais adequada aos princí-

pios da “[...] produtividade e da eficiência [...]” do mercado competitivo e globalizado (FREITAS, 2002, p. 145).

Muitos dos professores-alunos concluíram a educação superior em instituições onde não se valorizava a **produção do conhecimento** com base em pesquisas, mas numa perspectiva **exclusivamente emergencial e excludente**, que resultou em formação insuficiente, baixos salários e precárias condições de trabalho (DOURADO, 2001).

Kuenzer (2007, p.170) analisa essa dualidade como “[...] uma explícita negação das oportunidades de acesso à educação continuada e de qualidade [...]”, uma vez que seu caráter é desigual, meramente certificatório e não assegurava domínio de competências cognitivas para a autonomia intelectual.

A esse respeito, Freitas (2007, p. 120) assim declara: “[...] Esse modelo se organizava em projeto de cursos que partem do trabalho dos professores, exclusivamente da dimensão prática, reduzindo as possibilidades da mediação pedagógica necessárias no processo de ensino [...]”.

Neste sentido, ainda podemos ressaltar, junto à LDB (9394/96), a caracterização da formação continuada como sendo formação em serviço, segundo Gatti (2008, apud SANTOS, 2014). A ideia é de que essa formação seria continuada, por ser realizada “em serviço”. Trata-se, na verdade, de uma formação complementar dos professores em exercício, propiciando-lhes a titulação adequada a seu cargo no sistema de ensino somente para atender às normas estabelecidas pelo plano decenal de Educação ratificado pela LDB de 1996.

Esta questão se manifesta de forma contundente no Art. 87 § 3ª, Inciso III, da LDB – 9394/96, o qual estabelece que “até o fim a década da educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço” e que nesse sentido contribuiu para a proliferação de programas especiais de formação de professores em diversos estados brasileiros, especialmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

No caso da Universidade Estadual do Piauí, o projeto de formação implantado pela instituição corrobora Freitas (2007), que, ao analisar as políticas atuais de formação docente desenvolvidas com o aval do Ministério de Educação – MEC, no período da pesquisa dessa Tese (1998-2006), afirma que houve um “processo de institucionalização da concepção de formação de treinamento em serviço como forma-

ção continuada, direcionada aos professores leigos, antigos normalistas em exercício nas séries iniciais e na educação infantil” (p.152).

Ainda sobre a questão, o dispositivo da lei que privilegiou a formação de treinamento em serviço e a formação continuada teve como efeito certificar, mais do que realmente promover, um processo de formação e desenvolvimento profissional.

Sobre o processo de certificação, apoiamos-nos nas ideias de Freitas (2003) e Scheibe (2003 apud SANTOS, 2014) acerca das políticas de formação de professores, para explicitar o entendimento de que a certificação profissional tem um caráter pontual e restrito, na medida em que está diretamente vinculado à questão da empregabilidade e à aquisição de competência e habilidades favoráveis à adequação do ensino e do trabalho docente às novas exigências da sociedade.

Nesta perspectiva, as referidas questões ora discutidas demonstram os limites de uma formação em serviço que se fecha no cumprimento de adequação quanto à titulação dos professores para atender aos compromissos assumidos pelas reformas educativas. Mas que certificar, a formação continuada é requisito necessário para a promoção do desenvolvimento intelectual, profissional e pessoal dos professores no contexto da escola. .

E a Uespi, através do seu projeto de formação de professores, especialmente dos professores de Educação Física, realizou o tipo de formação continuada, treinamento em serviço, formação em treinamento em serviço, capacitação docente e aperfeiçoamento docente.

A investigação da produção dos dados referentes à análise documental, os questionários e as entrevistas aplicadas aos sujeitos dessa pesquisa oportunizou-nos a esclarecer o que realmente representou o projeto de formação de professores de Educação Física realizado pela Uespi.

Desta forma, o projeto de implementação e de implantação de cursos de formação de professores em Regime Especial realizada pela Universidade Estadual do Piauí não foi diferente de outras universidades que, utilizando das prerrogativas da Lei no que diz respeito à formação de professores, se valeram das mesmas prerrogativas estabelecidas na própria lei de diretrizes de bases da educação.

Neste contexto, o Estatuto Uespi, no seu artigo 2º, estabelece que “são princípios fundamentais da Universidade Estadual do Piauí”:

- I. Autonomia;
- II. Existência de hierarquia de valores, consubstanciada no princípio do mérito acadêmico e profissional internacionalmente aceito;
- III. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurado seu compromisso social;
- IV. Gestão democrática e colegiada;
- V. Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- VI. Compromisso com o desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura.

Para consubstanciar a sua missão na sociedade piauiense, o referido estatuto ainda estabelece no seu:

- Art 3º- A Universidade Estadual do Piauí tem por finalidade:
- I. Promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão integrados na formação técnico-profissional e na produção científica, tecnológica, filosófica, artística e cultural;
 - II. Participar na elaboração da Política de Desenvolvimento do Estado do Piauí, realizando estudos sistematizados da sua realidade;
 - III. Manter intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres, nacionais e internacionais, com vistas à universalidade de sua missão;
 - IV. Promover sua interiorização de modo racional, atendendo aos anseios e necessidades locais e regionais respeitadas suas condições sócioeconômicas e culturais;
 - V. Prestar serviços à comunidade como atividade indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão;
 - VI. Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, atentando para a formação de professores da Educação Básica;
 - VII. Desenvolver projetos de Educação Continuada;
 - VIII. Educar para a cidadania, estimulando a atuação coletiva;
 - IX. Propiciar condições para transformação da realidade, visando justiça e equidade social.

Além disso, há pouca produção teórica sobre a formação docente nessa modalidade de Regime Especial, o que constituiu um fato que nos chamou atenção; nesse sentido, podemos destacar que o trabalho mais próximo de nossa temática foi realizado por Aires (1998 apud FREIRE, 2002) quando discutiu aspectos da política de formação de professores nesta mesma modalidade de formação na Universidade do Tocantins, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. Destaca-se em seus estudos a “definição de aperfeiçoamento do sistema de formação e capacitação de professores através de modelos aligeirados” (2002, p.154)

Para compreender as indagações levantadas, faz-se necessária uma abordagem histórica dialética, em que o objeto de estudo é trabalhado numa visão de totalidade, considerando os aspectos sociais, político-educacionais e aqueles relativos ao cotidiano do seu fazer docente.

Nesse contexto é que apresentamos as instituições da Universidade Estadual do Piauí – Uespi, localizada nas cidades que fazem parte dessa pesquisa, destacando os seus aspectos socioeconômico e político, e ainda a infraestrutura de cada campus.

CAPÍTULO 4 - AS INSTITUIÇÕES (CAMPI) PESQUISADAS: Aspectos históricos.

4.1 – Campus de Parnaíba – Professor Alexandre Alves de Oliveira

Parnaíba é um município brasileiro do estado do Piauí, distante da Capital, Teresina, 338 Km. Localizada ao norte do estado, na bacia hidrográfica do Rio Parnaíba, é cortada por este rio que se divide em vários braços formando o Delta do Parnaíba, o único em mar aberto das Américas e o terceiro maior do mundo. Um desses braços é o rio Igaraçu, onde se localiza à sua direita a maior parte da cidade; já à sua esquerda está na Ilha Grande de Santa Isabel, fazendo parte do delta do rio Parnaíba. A única praia do município é a da Pedra do Sal. A cidade está localizada em terrenos do cenozóico quaternário e possui altitude de cerca de 5 metros nas regiões do centro urbano que é afastado do litoral. Encontra-se na planície litorânea e a topografia é bastante regular.

Foto: Praia Pedra do Sal (IBGE,2017)

Possui uma população de 178 483 habitantes (IBGE/2017), sendo o segundo município mais populoso do estado, perdendo apenas para a capital, Teresina. É um dos quatro municípios litorâneos do Piauí (além de Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia). Além das belezas naturais, Parnaíba apresenta um grande valor histórico e educacional para o Piauí.

No campo da Educação, Parnaíba destaca-se principalmente nos níveis médio e superior, atraindo pessoas das cidades da região. Dentre os maiores centros

educacional podem-se citar: **Universidade Federal do Piauí - UFPI, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPI e Campus da Universidade Estadual do Piauí – UESPI**. Esta universidade oferecia a cada ano 290 vagas no período de 1998 a 2007; com o avanço e o crescimento do referido campus oferece hoje, através do Enem, 445 vagas nos seguintes cursos: História, Agronomia, Pedagogia, Biologia, Enfermagem, Direito, Odontologia, Letras-Português, Letras-Inglês e Ciências da Computação, Filosofia e Sociologia. No período de 1998 a 2003, ofereceu o curso de Licenciatura Plena em Educação na modalidade de Regime Especial, oferecendo 119 vagas.

É preciso, mesmo que rapidamente, relatar a história do professor Alexandre Alves de Oliveira, homenageado pelo campus da Universidade Estadual do Piauí, na cidade de Parnaíba.

O amor pela matemática fez do professor Alexandre Alves de Oliveira um contador de memórias. Ele enumera os vários títulos registrados no currículo e conquistados ao longo da vida: educador, treinador, diretor, coordenador. Aos 92 anos, contabiliza as somas das experiências e histórias que viveu, sendo que desde 1957 tem se dedicado a prestar serviços ao município.

Professor Alexandre Alves de Oliveira (Arquivo Uespi , 2005)

Em 1993, a UESPI lançou o primeiro edital para vestibular da instituição. Na ocasião, foi autorizada a instalação de quatro campi da universidade em Floriano,

Picos, Corrente e Parnaíba. Nos primeiros doze anos de funcionamento, o campus do litoral se intitulava somente com o nome da cidade. Acompanhando o processo de nomeação de diversos campi, o prédio de Parnaíba passou a ser chamado de Professor Alexandre Alves de Oliveira, por meio do projeto de lei de nº 2075/05, datado do dia 29 de novembro de 2005, de autoria do deputado Moraes Souza Filho (UESPI, 2005).

A homenagem encheu de felicidade o professor, que dedicou a vida à educação da juventude parnaibana, e fortaleceu a sua relação com o Campus de Parnaíba. Laços que se estreitaram por questões geográficas e propósitos de existência: a residência de Alexandre Alves e o prédio da UESPI estão localizados próximos um do outro, na Avenida Nossa Senhora de Fátima. Em poucas palavras, ele revela emocionado: “Sou muito feliz por essa homenagem”.

4.2 – Campus de Picos – Professor Antônio Barros Araújo

A cidade de Picos é um município brasileiro do estado do Piauí. Conforme estimativa populacional de 2017, sua população era de 76.928 habitantes (IBGE, 2017). Geograficamente, a cidade é cortada pelo rio Guaribas e situa-se na região centro-sul do Piauí. Está entre as 50 melhores cidades do interior para se morar, segundo a Revista Exame (2014).

Essa característica, aliada ao seu posicionamento geográfico, conferem-lhe a condição de pólo comercial no Piauí, e até para outros estados, especialmente para serviços e mel (IBGE, 2017).

É cortada pela BR-316 (Rodovia Belém- Maceió), BR-407 (Rodovia Juazeiro-BA - Piripiri-PI), BR-230 (ou Rodovia Transamazônica) e fica muito próxima a BR-020 (Rodovia Brasília-DF - Fortaleza-CE). É a maior produtora de mel do país, ficando em 1º lugar no ranking nacional (IBGE, 2017).

O município de Picos é constituído de uma grande rede de ensino, nas redes pública e privada, desde o maternal, ensino infantil, fundamental e médio até o superior. A rede municipal dispõe 78 escolas, a rede estadual 17 escolas e a rede particular conta com 15 escolas; no ensino superior conta com cinco campus, a UESPI - Universidade Estadual do Piauí, UAB - Universidade Aberta do Brasil, UFPI - Uni-

versidade Federal do Piauí, IFPI - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí e IESRSA - Instituto de Ensino Superior R. Sá, instituição privada.

Campus da Uespi Professor Barros Araújo

O Campus de Picos foi criado através da Lei Estadual nº 4619, de 21 de setembro de 1993, publicada no Diário Oficial do dia 26 de fevereiro de 1993, com a assinatura do presidente da República na época, Itamar Franco. Em 1994, o decreto nº. 9.170, de 30 de março, atribuiu ao Professor Antônio de Barros Araújo a nomeação do campus localizado na região centro-sul do estado, distante de Teresina 314Km.

O atual campus da UESPI de Picos, situado na BR-316, no bairro Altamira, é o primeiro prédio inteiramente planejado e construído para sediar a universidade, sendo uma obra financiada pelo estado, através da Secretaria da Infraestrutura (Seinfra). O antigo prédio ficava localizado na Av. Senador Helvídio Nunes de Barros, S/N, bairro Junco, onde funcionou de 1993 a 2014.

Arquivo (Uespi, 2015) Fachada do prédio da UESPI de Picos

Atualmente, o Campus oferece à comunidade os cursos de: Administração de Empresas, Agronomia, Direito, **Educação Física**, Pedagogia, Ciências Contábeis, Letras-Português, Ciências Biológicas, Lic. Plena em Computação, Comunicação Social – HAB em Relações Públicas e Jornalismo, Enfermagem, Letras-Espanhol (EaD) e Administração Pública (EaD)

Antônio de Barros Araújo nasceu no dia 03 de setembro de 1934, em meio a uma realidade típica do sertão nordestino, na pacata cidade de Picos. De origem

humilde, família simples, o filho de Joaquim Antônio de Araújo e Maria Alvina de Araújo teve que abandonar bem cedo os familiares para ir em busca dos estudos.

Foi tabelião, advogado, político e professor. Na região em que morava, era conhecido pela simplicidade, carisma e amor pela educação. Como representante político do município, foi Deputado Estadual e Prefeito durante boa parte da vida.

Prof. Antônio Barros Araújo (Arquivo Uespi)

4.3 – Campus de Floriano Dra Josefina Demes:

Floriano é um município brasileiro do estado do Piauí. Situa-se na Zona Fisiográfica do Médio Parnaíba, à margem direita desse mesmo rio, em frente à cidade de Barão de Grajaú, Maranhão. A cidade fica a 240 km da capital do estado do Piauí, Teresina. Suas coordenadas geográficas são: 06°46'01" de latitude sul, e 43°01'22" de longitude oeste em relação a Greenwich. Sua altitude: 140 metros. Clima: quente seco, no verão, e úmido na época das chuvas.

Acidentes geográficos do Município: Rio Parnaíba, que banha a cidade e o município em toda sua extensão. Seguem-lhe os rios Gurgueia e Itaueira. Floriano está localizado num ponto referencial, o portão de entrada para o sul e sudeste do Piauí. Possui uma população de 58.969 habitantes, uma área total de 3.403,7 km² e densidade demográfica de 19,2 hab/km² (IBGE, 2017).

De acordo com os dados do IBGE (2017), Floriano é a quarta cidade mais rica do estado, com um Produto Interno de Bruto de 778 mil de reais, sendo o setor de serviços o mais importante na economia do município; seu comércio atrai pessoas de várias cidades do Sul do Piauí e do Maranhão. O setor de serviços de saúde e educação também vem se tornando um grande fator atrativo para o Município. Se destaca por sua fama como polo educacional, possuindo uma vasta rede de ensino, sobretudo em nível superior e técnico.

Principal centro educacional do sul do estado do Piauí, Floriano exerce influência sobre quase 30 municípios maranhenses e piauienses. Hoje, Floriano está consolidada como grande Polo Educacional, atendendo em nível fundamental, médio normal e profissional, bem como o ensino superior de qualidade, através de universidades públicas e particulares.

A região de Floriano é a 3ª região fiscal do Piauí que mais arrecada tributos, perdendo apenas para a região metropolitana da Grande Teresina e a Microrregião de Picos. É uma das cidades com maior potencial do sul do estado do Piauí, destacando-se na produção de medicamentos, com o Laboratório Industrial Farmacêutico Sobral. É considerada cidade polo nas áreas de saúde, educação, comércio e serviços.

O campus de Floriano foi implantado no processo de expansão e interiorização da Uespi no Piauí, no ano de 1991, por meio do Decreto Lei de 042/91. Nos primeiros anos do campus no município, a comunidade acadêmica chamava o prédio de “campus de Floriano”. No ano de 2005, a então deputada Maria José Leão propôs, através do projeto de Lei nº 5.550/2005, que o prédio universitário passasse a ser chamado de “Drª Josefina Demes”.

A família de Josefina Demes reconhece que a homenagem póstuma é muito justa, porque Josefina, mesmo sendo graduada em Farmácia, sempre atuou na área da educação. Segundo a irmã, Maria Demes, 88 anos, doutora Josefina se dedicou à educação de Floriano. “Ela dedicou a vida dela foi para o magistério, era onde ela se sentia realizada”(UESPI, 2005).

Além do prédio da UESPI na cidade, o legado de Josefina é lembrado em uma sala no campus, na biblioteca escolar do PREMEN (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino), e na Escola Josefina Demes, no bairro Malhada da Pedra. Além de nomear prédios públicos, Josefina Demes foi homenageada pelo governo do estado com a medalha do Mérito Renascença, outorgada pelo ex-governador Francisco de Assis de Moraes Sousa (Arquivo Uespi, 2003).

Fachada do campus de Floriano Drª Josefina Demes (FIGURA) (Foto autor)

Atualmente, o campus oferece à comunidade os cursos de: Administração de Empresas, Direito, Ciências Contábeis, Enfermagem, Ciências da Computação, **Educação Física**, Pedagogia, Letras-Português, Ciências Biológicas, Geografia e História.

Josefina Demes: origens e história

Josefina Demes foi umas das muitas crianças que migraram da Síria para o Brasil, fugindo da guerra. A filha de Auad José Demes e Séda Demes era a terceira de cinco irmãos: Joseph Demes (in memorian), Michel Demes (in memorian), Maria Demes e José Demes Filho. Nasceu em 10 de dezembro de 1920 em Kabab, distrito de Auran, na Síria, mas foi registrada no Brasil, em Salvador, quando conseguiu fugir do país com a mãe e o irmão, Michel.

Dr^a Josefina Demes (Arquivo UESPI)

CAPITULO 5 - A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ NO CENÁRIO POLÍTICO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM REGIME ESPECIAL

5.1 - ITINERÁRIO HISTÓRICO: de um ideal a uma realidade.

A história da Universidade Estadual do Piauí é o tema deste capítulo, reconstituída na visão de que a instituição educativa é construída a partir das histórias dos homens e mulheres, no processo pelo qual eles(as) produzem individualmente e socialmente suas histórias de vida.

Neste sentido, a pergunta que se faz é como ocorreu a implantação Universidade Estadual do Piauí e como se configurou sua interiorização e expansão no processo de formação de professores no Estado do Piauí. Na proposta de conhecer esse processo, nesse capítulo busco reconstituir a origem da Universidade Estadual, recontando a história da Uespi por meio da história relatada nos documentos oficiais e na oralidade de seus protagonistas.

Le Goff (1998, p.540) afirma que “numa reação de oposição ao paradigma positivista, tradicional, considerado como uma única maneira de se reconstituir a história, significativamente a história muda esse olhar linear para a percepção de uma visão múltipla” em prol de reconhecer as possíveis abordagens do passado, a valorização da simplicidade e da clareza.

Neste sentido, busca-se apontar alguns elementos fundamentais deste enfoque: o materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. Triviños (1987) afirma que o materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana.

Segundo Frigotto (1991), o que fundamentalmente importa para o materialismo histórico-dialético é a produção de um conhecimento crítico que altere e transforme a realidade anterior, tanto no plano do conhecimento como no plano histórico social, de modo que a reflexão teórica sobre a realidade se dê em função de uma ação para transformar. Neste sentido, podemos sim, fundamentalmente, afirmar que a formação de professores de Educação Física a partir do Regime Especial possibilitou uma transformação dialética entre a formação de nível médio e a formação de nível superior de cada sujeito entrevistado.

5.2 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ: O seu contexto histórico na formação de professores.

Reconstituindo essa história, a Uespi teve sua origem a partir da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí – FADEPI (entidade vinculada à Secretaria Estadual da Educação), que foi criada pelo Decreto Estadual nº 6.096, de 22 de novembro de 1984 (D.O PIAUI, 1984).

Sendo essa fundação a entidade mantenedora do Centro de Ensino Superior do Piauí – CESP e do Centro de Tele-Educação – Cetel . A FADEPI foi constituída pelo Centro de Ensino Superior do Piauí – CESP, o Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Piauí – CDRH e o Centro de Pesquisa e Tecnologia Educacionais – CPTE (UESPI, 2000).

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí – FADEPI foi instituída pela Lei n. 3.967, de 16 de novembro de 1984, quando o Poder Executivo fica autorizado a instituí-la de acordo com:

Art. 1º.

Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, uma organização de ensino, pesquisa, desenvolvimento de tecnologias educacionais e execução de serviços de radiodifusão educativa denominada FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ – FADEPI, com sede e foro na cidade de Teresina e jurisdição em todo território do Estado, com as seguintes finalidades básicas:

I – formação de recursos humanos á nível de 3º Grau para atender as necessidades do Sistema Estadual de Ensino, em especial as do interior do Estado, capacitação de pessoal como força qualificada de trabalho;

II – gerenciamento de programas de pesquisas aplicadas e desenvolvimento de

tecnologias de suporte ao processo de ensino-aprendizagem;

III – execução de serviços de radiodifusão educativa, compreendendo a produção e/ou veiculação de programas de rádio e televisão educativas, sem fins lucrativos. (ANEXO).

No ano de 1985 foram iniciadas, na cidade de Teresina (PI), as atividades da Televisão e Rádio Educativas, que tinham fins educativos, sendo criada a partir do Decreto nº. 91.316, de 11 de janeiro de 1985 (D.O.U, BRASIL, 1985) e através da lei Estadual nº 3.697 de 1984 (D.O.E, 1984). (ANEXO)

Posteriormente, em 1986, dentro do contexto político de estado, o governo autorizou a FADEPI a realizar serviços educativos de radiodifusão, pelo Decreto nº. 92.372, de 06 de fevereiro de 1986 (D.O.U, BRASIL, 1986).

O Centro de Tele-Educação - CETEL foi inaugurado neste mesmo ano, sendo extinto no ano seguinte (1987), passando suas funções a serem desenvolvidas até o ano de 1991 pela Fundação Antares (Radiodifusão).

Em 28 de julho de 1986, ocorreu a aula inaugural no Centro de Ensino Superior do Piauí, da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí, proferida pelo Prof. Dr. Luís Soares de Araújo Filho, durante a solenidade no Centro de Convenções, em Teresina-PI (UESPI, Relatório, 1986).

No período em que foi criada a Uespi, deu-se a posse dos primeiros governadores de Estado eleitos, em que a sociedade brasileira e, de forma específica, a educação passavam por mudanças. Havia também a necessidade de se investir na formação de professores para o que hoje denominamos de educação básica, principalmente no Piauí, que tinha um grande número de professores leigos, especialmente em Educação Física, nas cidades em que se localizam os campi pesquisados.

Passos (2003, p.43) afirma que “o ideal de implantação de uma Universidade Estadual, tornava-se realidade, pelas lutas estudantis, dos professores, profissionais da educação em geral e os considerados intelectuais”, em busca da reestruturação do ensino e da ampliação de vagas no ensino superior no Piauí.

Carvalho (2015) observa que o processo e institucionalização da UESPI remonta a três importantes etapas: criação da Uespi a partir da Instituição Fadepi em 1984, autorização de funcionamento da Universidade Estadual do Piauí a partir de 1993 e processo de reconhecimento dos cursos regulares que se inicia a partir do ano 1995 e o curso de Licenciatura em Educação Física em Regime Especial pelo Parecer CEE nº 046 de 2007.(Anexo)

A criação deu-se através da Lei Estadual nº 3.697 de 1984; a FADEPI foi instituída para manter os Centros de Recursos Humanos de Teleducação e de pesquisa, e surgia então o embrião da futura universidade. Em 1985, através do decreto federal nº 91.851, deu-se a autorização do funcionamento do Centro de Ensino Superior do Piauí – CESP, mantida pela FADEPI e com oferta de 6 cursos, sendo 5 na modalidade Licenciatura e 1 bacharel (UESPI, Doc. 1986).

Com uma estrutura de cursos superiores em funcionamento, o poder executivo Estadual aprovou a Lei 4.230/88, no sentido de criar as condições necessárias para a instalação da Universidade Estadual do Piauí.

Neste contexto, cria-se a Universidade Estadual do Piauí – UESPI, instituição de Ensino Superior **autorizada** pelo Decreto Federal de 25 de fevereiro de 1993, na

modalidade **multicampi**, com sede na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI, sucedânea da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí – FA-DEPI, instituída pela Lei Estadual nº 3967, de 16 de novembro de 1984, regida por Estatuto, Regimento Geral e Resoluções de seus Conselhos Superiores, obedecidas as Legislações Federal e Estadual pertinentes (ESTATUTO Uespi, 2005, p.1).

5.3 - A INTERIORIZAÇÃO E EXPANSÃO DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA UESPI.

Em 25 de fevereiro de 1993, através de Decreto Federal, o então presidente Itamar Franco autorizou o funcionamento da UESPI, com sede em Teresina – Campus do Pirajá, sendo também instalados os Campi de **Floriano, Picos, Parnaíba** e **Corrente**. Publicado em 26 de Fevereiro de 1993, Diário oficial da União seção1 2.359 que estabelecia através de:

DECRETO DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993

Autoriza o funcionamento da Universidade Estadual do Piauí:

O presidente da Republica no uso da atribuição que lhe confere o artigo 84 inciso IV, da Constituição, de acordo com o disposto no artigo 47 da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, com a redação dada pelo decreto Lei de nº 842 de 9 de setembro de 1991, regulamentado pelo Decreto nº 359 de 9 de dezembro de 1991, e tendo em vista o que consta no Processo nº 23123.004737/92-13, do Ministério da Educação e do Desporto DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada o funcionamento da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, mantida pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí, com sede na cidade de Teresina, estado do Piauí, na modalidade de sistema de Multicampi, instalada em Teresina, Floriano, Picos, Parnaíba e Corrente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de Fevereiro de 1993, 170º da Independência e 105º da República. (D.O.U, nº 38, 26 de Fev. de 1993) Anexo

A partir do Estatuto de 1995, começa uma nova fase na instituição que foi criada para apoiar o desenvolvimento da educação do Estado do Piauí. A começar pela nova designação que passa a ter a instituição. Segundo o novo Estatuto:

Art. 1º- A Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI, sucedânea da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí – FADEP, instituída pela Lei n. 3.967, de 16 de novembro de 1984, é a entidade mantenedora da Universidade Estadual do Piauí.

Art. 2º - A Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI, doravante denominada Fundação, tem sede e foro na cidade de Teresina e reger-se-á por este Estatuto.

Trata-se de um estatuto que inaugura uma nova fase na instituição, de ajustamento dos seus quadros, ampliação de cursos e **expansão** para outros municípios. Com a denominação de Fundação Universidade Estadual do Piauí, a UESPI, além do Campus do Pirajá, em Teresina, cria mais sete campi permanentes: Campus de Parnaíba; Campus de Picos; Campus de Floriano; Campus de Corrente; Campus de Piriapiri; Campus de Campo Maior e de São Raimundo Nonato. (Figura 1),

Ampliando seu campo de atuação, a UESPI comporta um novo redirecionamento de sua identidade institucional.

Daí em diante, a Uespi passou por uma fase de ajustamento com ampliação de cursos e expansão para outros municípios. Em 1995, ampliou seu campo de atuação, possibilitando um redirecionamento de sua identidade institucional com a cobrança de taxas e serviços a partir de 1996 (UESPI, Relatórios, 2000).

FIGURA 1: Mapa da expansão da Uespi (1998)

Fonte: UESPI – 1996

Observando o mapa da interiorização da Uespi, percebe-se que está vai acompanhar a necessidade de formação de professores, levando o ensino superior de um extremo a outro do Piauí, de Parnaíba a Corrente, inclusive as cidades protagonista desta pesquisa (figura 1) .

Em dezembro de 1995, como dito anteriormente, é aprovado o processo de expansão, e novo Estatuto da UESPI. Com esse documento, a instituição passa por mais ajustes, agora com a denominação de FUESPI. O Estatuto também cria mais três Campi permanentes: Piri-piri, Campo Maior e São Raimundo Nonato.

A partir desse novo Estatuto, a UESPI começa a ampliação de seu campo de atuação e redirecionamento de sua identidade institucional com a cobrança de taxas e serviços a partir de 1996, já dentro da nova proposta de Educação Superior oferecida pelo Estado no Piauí, em consonância com as normas preconizadas para esse nível de ensino em todo o Brasil. Nos anos seguintes, várias outras alterações ocorrem no Estatuto da Uespi, adequando-a à ampliação com novos cursos e de infraestrutura.

A expansão da UESPI, segundo Relatório UESPI/1999 sobre o crescimento do Ensino de Graduação, entre os anos 1995/2000, foi o espaço de tempo de maior expansão e ampliação da abrangência da instituição no Piauí e em outros Estados, considerando-se o número de cursos criados e municípios atingidos. Neste período, a UESPI inicia o grande processo de ampliação do programa de interiorização que já havia se iniciado em outras gestões durante o período de 1991/1994. A partir do ano de 1995 até 2000, a instituição passa oferecer 226 (duzentos e vinte e seis) cursos distribuídos nos 25 (vinte e cinco) campi que passaram a integrar a instituição (PI-AUÍ, Relatório Cplan/Uespi/2000)

O processo de expansão da UESPI tem continuidade em 1997, com divulgação de edital para a realização de vestibular em duas modalidades, Ensino Regular e em Regime Especial. A partir do ano de 1998 foi realizado de forma desproporcional, interiorizando-a sem um planejamento adequado e responsável, sem respeitar sua natureza de universidade e sem observar as suas reais condições de instalação para o funcionamento de forma mínima adequada de funcionalidade para cursos de graduação.

Nesta perspectiva, a expansão da Uespi funcionou com uma forma de oportunidade de acesso a professores com formação em nível médio (**alguns con-**

siderados leigos) a um curso de nível superior para uma grande parte de professores que até então exerciam cargo e função na rede estadual e municipal e que viviam sem essa perspectiva de ter uma formação em nível superior.

No entanto, à semelhança de outros profissionais, o professor leigo constitui uma autoimagem profissional dependente dos atributos valorativos que lhe são conferidos pelas autoridades do seu círculo social com os quais interagem.

Nesse sentido, Tardif (2016) afirma que os valores que são atribuídos ao professor como um profissional entre outros faz parte do reconhecimento social das aptidões e habilidades dos professores com a docência e que se tornam relevantes para a formação do seu Eu profissional.

Nessa perspectiva, o Relatório da Coordenadoria de Planejamento da Uespi, CPLAN/UESPI (2003), destaca que, com o Regime Especial, começa um dos mais ambiciosos programas de qualificação de professores, em parcerias com as Prefeituras do interior do estado e de outros estados e com o governo do Estado do Piauí, com o propósito de possibilitar a formação de professores amparado pelos recursos financeiros do FUNDEF (Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério), criado pela Lei 9424/1996.

Nesse sentido, o maior Programa de Formação de Professores na modalidade de Regime Especial passou a ofertar cursos de Licenciaturas Plenas para professores que já exerciam atividades docentes na rede pública estadual e municipal em seus municípios ou próximos deles, nos períodos de férias escolares. Segundo o Relatório CPLAN/UESPI (2003), foram conveniadas com a Universidade Estadual do Piauí no referido período da pesquisa 246 Prefeituras Municipais, sendo 220 (duzentos e vinte) no Piauí e 18 no Maranhão, 8 na Bahia, e a Secretaria de Educação do Estado do Piauí.

De acordo com a proposta, esta forma de curso objetivava responder aos desafios educacionais no que concerne à formação docente no estado, em cumprimento às exigências presentes no plano decenal e na Lei 9394/96, para assim contribuir na melhoria da qualidade da Educação Básica. Segundo o relatório CPLAN/UESPI (2003), era uma proposta que subsidiou o processo de valorização do magistério, na medida em que, qualificando-o, tornou-o mais apto para um trabalho docente de qualidade, fortalecendo o seu papel social, integrando-o de forma mais adequada ao contexto do desenvolvimento profissional.

5.4 - O CURSO DE LICENCIATURA EM REGIME ESPECIAL

Nessa seção pretende-se caracterizar o Curso de Licenciatura em Regime Especial a partir do conhecimento básicos sobre seu papel social na formação de docentes no Estado do Piauí. A caracterização do “regime especial” teve como base as diretrizes teórico-metodológicas do projeto pedagógico que orientou sua organização e funcionamento, o perfil docente formado em todos os campi da Uespi, particularmente nas cidades Parnaíba, Picos e Floriano em Educação Física e as possibilidades que esta modalidade formativa revelou .

A natureza do Curso foi definida pelo Projeto Pedagógico como pertencente a um modelo de formação com uma função global de aquisição de conhecimentos, capacidades e competências por parte dos docentes no sentido de desenvolver a autoformação e a inovação educacional continuada.

Além da expansão dos cursos de graduação em Regime Regular, a Uespi passa oferecer, a partir de 1998, o **REGIME ESPECIAL**, sob duas justificativas:

1 – O dispositivo da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – 9.493/1996, que dispõe o Artigo 62 (alterado pela Lei de nº 13.415 de 16/02/2017 Artigo 7º), sobre a necessidade de qualificar, com curso superior, os docentes da Educação Básica;

2 – O fim dos recursos do BIRD, que financiava os cursos de Licenciatura curta para os professores.

Dessa forma, foi criado na Uespi o mais ambicioso programa de qualificação de professores já feito no estado, em parcerias com as Prefeituras e o Governo do Estado com recursos do FUNDEF, o Regime Especial de Formação de professores atuava na modalidade Licenciatura Plena em: Pedagogia, Normal Superior, Letra-Português, Letra-Inglês, Matemática, Física, Química, Ciências Biológica, Computação, História, Geografia e **Educação Física**. (anexo, 5).

Nesta perspectiva, os cursos oferecidos em Regime Especial pela Uespi têm sua origem em determinado contexto da política educacional do país onde se ressalta a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/1996.

A partir da referida Lei, ficou instituída a Década da Educação (art. 87), estabelecendo que “até o final da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formado por treinamento em serviço” (art.

87 § 4º) (BRASIL, 1996). Dessa forma, ficou compreendido que, a partir de 2007, todo professor que pretendesse atuar na Educação Básica, precisaria ter o certificado de Curso de Licenciatura.

Este fato provocou uma grande procura por parte das Prefeituras do Piauí e de outros estados circunvizinhos às instituições de Ensino Superior, visando à realização de convênios para qualificação de seu quadro docente por meio de ofertas, em caráter especial, de cursos na modalidade Licenciatura já existentes nas referidas IES.

Neste contexto, os Cursos de Licenciatura Plena em Regime Especial foram instituídos com o objetivo primordial de qualificar e habilitar os professores que atuavam nas redes Estadual e Municipal de Ensino no Piauí e de outros Estados, através de Convênios/contratos. Conforme estabelecia o Estatuto desta IES, no seu Título I *da Universidade e seus fins* e ainda no capítulo I *dos princípios e das finalidades* no seu artigo 3º, a Universidade Estadual do Piauí tem por finalidade:

- I – Promover o ensino, a pesquisa e a extensão integrados na formação técnico profissional e na produção científica, tecnológica, filosófica, artística e cultural;
- II – Participar na elaboração da Política de Desenvolvimento do Estado do Piauí, realizando estudos sistematizados da sua realidade;
- III – [...]
- IV – Promover sua interiorização de modo racional, atendendo aos anseios e necessidades locais e regionais respeitando suas condições socioeconômicas e culturais;
- V – Prestar serviços à comunidade como atividade indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão;
- VI – Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, atentando para a formação de professores da Educação Básica.

Nesta perspectiva, os cursos em Regime Presencial Especial da Uespi tinham sua sede funcionando no Campus Poeta Torquato Neto em Teresina, e contavam com uma Coordenação geral e assessorias pedagógica, financeira e acadêmica, conforme estrutura de funcionamento dos cursos. Ainda, cada curso tinha sua coordenação específica, caso da Educação Física no período estudado.

Neste sentido, a coordenação do Regime Especial teve à frente os professores do quadro efetivo: Professores Ivaldo Coelho Carmo, Francisco Evaldo Orsano, Galba Coelho Carmo, José Wellington de Brito Passos, Aurinice Sampaio Irene Monte, responsável pelos aspectos pedagógico do curso e ainda pelo processo de lotação de professores, ofertas de disciplinas, organização de docu-

mentos para reconhecimento do curso junto ao Conselho Estadual de Educação – CEE. Cada campus, pólos e núcleos que oferecia os Cursos em Regime Especial possuía uma Coordenação Local responsável por todo funcionamento do curso.

Ainda neste contexto, o curso de Licenciatura Plena em Educação Física nos campi de Parnaíba, Picos e Floriano funcionavam em época de férias escolares atendendo à necessidade do corpo discente, formado basicamente por professores da Rede Estadual e Municipal de ensino e candidatos egressos do ensino médio.

A Proposta Curricular específica a cada curso correspondia a mesma dos cursos em Regime Regular, de acordo com seu fluxograma de disciplina, que era organizado em módulos integralizados, segundo o cumprimento da carga horária correspondente a cada período letivo (anexos 12 a 18).

O curso de Educação Física, na Universidade Estadual do Piauí, foi implantado em Regime Regular no ano de 1986, como curso de modalidade Licenciatura Plena. A expansão da Uespi estava amparada pelas políticas educacionais do Governo Federal. Segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2011, p. 90-94), “na década de 1990, a demanda por vagas no ensino superior continuava sendo fator de pressão sobre o governo federal”.

Nessa perspectiva ainda afirmam as autoras:

Ao longo da década de 1990, esses segmentos articularam e propuseram princípios para a reforma educacional que, somados à apropriação referida, favoreceram um sentimento de familiaridade ao projeto governista. Resguardados esses condicionantes, é importante verificar como foi construído o arcabouço de sua sustentação política (SHIROMA et.al, 2011, p.92-93).

Com isso, a Uespi, impulsionada por uma nova gestão, ampliou sua organização interna, criou cursos, fixou currículos, assinou contratos e convênios, com autonomia proporcionada pela legislação em vigor, oportunizando a execução de planos de investimentos, administração de rendimentos, recebimentos de subvenções, entre outras ações.

Definida como universidade no dia 25 de fevereiro de 1993, por meio da publicação no Diário Oficial Seção 1/ 2.359, a Uespi foi autorizada a funcionar como Universidade com instalação no Campus Pirajá em Teresina, sendo também criados os campi de Parnaíba, Floriano, Picos e Corrente.

Neste contexto, a Uespi, no período de 1995 a 2001, com sua visão de expansão, não deixa passar a oportunidade levantada pelas legislações e implementa a interiorização da Uespi, levando o ensino superior para os diversos locais do Estado. No ano de 1998, concretiza seu processo de interiorização, aumentando o número de cursos e vagas.

O primeiro vestibular da Uespi ocorreu a partir da Resolução Nº CSEPE 03/93, de 16 de abril de 1993, que aprovou o Edital nº. 01/93 do concurso vestibular 93/2. O edital autorizou concursos na cidade de Corrente (PI), para os Cursos de Engenharia Agrônômica e Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação para Magistério das matérias pedagógicas do 2º Grau, e para os Cursos de Licenciatura de 1º Grau nas áreas de Ciências e Letras (RESOLUÇÃO Nº. CSEPE 03/93, (1993, p. 9). Pode-se visualizar a expansão da Universidade Estadual em seus municípios-pólos.

O curso de EDUCAÇÃO FÍSICA passa a ser oferecido a partir do vestibular de 1998, no campus de Parnaíba, em REGIME ESPECIAL, conforme edital de nº 002/1998 (Edital, PREG/UESPI, 1998). O Núcleo de Concurso e Promoção de Eventos – NUCEPE torna público, para conhecimento dos interessados, as condições de habilitação para vestibular oferece em 1998:

[...] 2.674 (duas mil e seiscentas e setenta quatro) vagas oferecidas em período especial nos campi móveis e fixo de diversas cidades inclusive Parnaíba, Picos e Floriano, para o período de 1998, sendo oferecido 40 vagas, para o curso de Educação Física na cidade de Parnaíba (edital vestibular, 1997).

Nesse contexto, a Universidade Estadual do Piauí, nos anos subsequentes, passa a oferecer, dentro do processo de interiorização e expansão, vagas através de vestibular anual. O Núcleo de Concurso e Promoção de Eventos – NUCEPE, através de editais anuais, tornava público, para conhecimento dos interessados, as condições de habilitação a vagas oferecidas para os períodos letivos subsequentes de 1998 a 2006; através da Resolução de nº 002/97/CEPE, normatizou-se o currículo do período regular para o período em Regime Especial.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPE, desta Universidade, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com deliberação Plenária deste Conselho no dia 14/03/1997. Aprova o currículo do curso de Licenciatura Plena em Educação Física para a modalidade de Ensino em Regime Especial e:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprova a nova grade curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física desta IES.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrária. (UESPI/CONSUN, 1997)

Nesse contexto, no período de 1998 a 2006, a Uespi ofereceu em 34 cidades 2.009 (Duas mil e nove) vagas, sendo 359 (trezentos cinquenta e nove) vagas nos cursos de Licenciatura Plena em Educação Física nas cidades pólos da referida pesquisa, com o objetivo primordial de qualificar e habilitar os professores que atuavam na rede Estadual e Municipal, através de convênios/contratos assinados com prefeituras, Secretarias de Estado da Educação (UESPI, 1998-2005), utilizando no Regime Especial a mesma matriz curricular dos cursos em Regime Regular (Anexos).

Durante o período de 1998 a 2006, a Uespi realizou 07 (sete) vestibulares, totalizando 2.009 vagas distribuídas entre os cursos de Educação Física, tendo o seu período de 1998 a 2006 para formar docentes para a rede municipal e estadual de Educação nos mais diferentes campi, núcleos e pólos da Universidade Estadual do Piauí, em 34 cidades, sendo que desses 1.775 (Um mil e setecentos setenta cinco) receberam o grau, 234 (duzentos e trinta quatro) foram considerados desistentes, 359 alunos professores foram diplomados nas cidades desta pesquisa, conforme os quadros distribuídos a baixo:

QUADRO GERAL**QUADRO I**

Cursos de Período Regime Especial: edital 1997 Período ano /1998

Municípios Pólos	Vagas	Curso
Parnaíba	39	Educação Física

Cursos de Período Regime Especial: edital 1998 período ano/1999

Municípios Pólos	Vagas	Curso
Agua Branca	40	Educação Física
Anísio de Abreu	40	Educação Física
Barras	40	Educação Física
Picos	40	Educação Física

Cursos de Período Regime especial:edital 1999 período ano/2000

Municípios Pólos	Vagas	Curso
Agua Branca	40	Educação Física

Anisio de Abreu	40	Educação Física
Barras	40	Educação Física
Picos	40	Educação Física
Piripiri	40	Educação Física
São Raimundo Nonato	40	Educação Física
Simões	40	Educação Física
Simplicio Mendes	40	Educação Física

Cursos de Período Regime especial: edital 2000 período/ano/ 2001

Municípios Pólos	Vagas	Curso
Agua Branca	40	Educação Física
Anisio de Abreu	40	Educação Física
Barras	40	Educação Física
Bom Jesus	40	Educação Física
Elesbão Veloso	40	Educação Física
Esperantina	40	Educação Física
Fronteiras	40	Educação Física
Luzilândia	40	Educação Física
Oeiras	40	Educação Física
Picos	40	Educação Física
Piripiri	40	Educação Física
São Raimundo Nonato	40	Educação Física
Simões	40	Educação Física
Simplicio Mendes	40	Educação Física

Cursos de Período Regime especial:edital 2001 período ano/ 2002

Municípios Pólos	Vagas	Curso
Parnaíba	40	Educação Física
Corrente	40	Educação Física
Curimatá	40	Educação Física
Gilbues	40	Educação Física
Pedro II	40	Educação Física
Paulistana	40	Educação Física
Uruçui	40	Educação Física
São Joao do Piaui	40	Educação Física
Valença	40	Educação Física

Cursos de Período Regime especial:edital 2002 período ano/2003

Municípios Pólos	Vagas	Curso
Amarante	40	Educação Física

Anísio de Abreu	40	Educação Física
Bom Jesus	40	Educação Física
Canto do Buriti	40	Educação Física
Campo Maior	40	Educação Física
Castelo do Piauí	40	Educação Física
Floriano	40	Educação Física
Picos	40	Educação Física
Piracuruca	40	Educação Física
José de Freitas	40	Educação Física
Teresina	40	Educação Física
Teresina campus Clovis Moura	40	Educação Física
União	40	Educação Física

Curso de Período Regime Especial: edital 2003 período ano / 2004

Municípios Pólos	Vagas	Curso
Floriano	40	Educação Física
Parnaíba	40	Educação Física
Picos	40	Educação Física

Fontes: Edital Vestibular – Uespi - Período Especial (1997 – 2004)

Quadro Específico de formação em Regime Especial

Quadro II

Cursos de Período Regime especial – Campus de Parnaíba

Município Pólo	Ano – Início	Ano término	Vaga	Curso
Parnaíba	1998	2002	39	Educação Física
Parnaíba	2001	2004	40	Educação Física
Parnaíba	2003	2006	40	Educação Física
Total de vagas:			119	

Cursos de Período Regime especial – Campus de Picos

Município Pólo	Ano Início	Ano término	Vagas	Curso
Picos	1999	2002	40	Educação Física
Picos	2000	2003	40	Educação Física
Picos	2001	2004	40	Educação Física
Picos	2004	2007	40	Educação Física
Total de vagas			160	

Cursos de Período Regime especial – Campus Floriano

Município Pólo	Ano – Início	Ano término	Vagas	Curso
-----------------------	---------------------	--------------------	--------------	--------------

Floriano	2003	2006	40	Educação Física
Floriano	2004	2007	40	Educação Física
Total de Vagas			80	
Total de vagas Parnaíba, Picos e Floriano			359	

Fontes: Editais Vestibular Período Especial UESPI (1997 – 2004)

Neste contexto, podemos afirmar que os cursos em Regime Especial foram gerenciados por uma Coordenação Geral Administrativa, situada no Campus Torquato Neto em Teresina, responsável pela gestão administrativa e financeira dos cursos e dos convênios. Estas eram assessoradas pelas Coordenações Pedagógicas e de área de cursos e de Coordenações gerais situadas nos municípios onde funcionavam os referidos cursos nos diferentes campi de ensino da Universidade Estadual do Piauí.

5.5 - BASES PEDAGÓGICAS DO CURSO LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA EM REGIME ESPECIAL.

O curso de Licenciatura Plena em Educação Física da UESPI, autorizado pelo Decreto 97.051 de 4 de novembro de 1988 e reconhecido pela Portaria Ministerial 1817 de 27 de dezembro de 1994, teve no ano de 1997 modificação no seu currículo a partir de uma reorganização das disciplinas em termos de carga horária e de sequência lógica na oferta em cada bloco e/ou período oferecido para cada período letivo.

Nos campi da Uespi, em diversas cidades, o PPC do curso em Regime Especial foi realizado como as disciplinas se achavam distribuídas na matriz curricular do Regime Regular, aprovado pelo Colegiado do curso previsto no Regimento Interno da Uespi e autorizado a funcionar em diversos campi pelo Conselho Estadual de Educação – CEE/PI. (anexo 4).

5.6. - Estrutura Organizacional do Regime Especial:

Ao expandir e interiorizar o Ensino superior, a Universidade Estadual do Piauí – UESPI possibilitou aos piauienses a ampliação de conhecimentos científicos acadêmicos, favorecendo, assim, a democratização e valorização do ensino e dos profissionais da educação nos vários níveis de ensino. Nesse sentido, a Administra-

ção superior, ao estabelecer o funcionamento dos cursos de Licenciatura em Regime Especial, sentiu a necessidade de criar uma estrutura administrativa para gerir essa nova modalidade de ensino no contexto da Universidade; assim, criou, por ato administrativo aprovado pelo CEPEX Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a estrutura administrativa com respectivas funções, conforme mostra o fluxograma.

FIGURA II

O organograma acima (figura II) mostra que houve vários envolvidos com o fazer do curso em Regime Especial, e as responsabilidades definidas apresentavam intersecções das estruturas pedagógica e administrativa. Havia uma divisão de funções para cumprimento de atividades, que foram estabelecidas previamente pela coordenação geral do curso.

No caso do curso de Educação Física em Regime Especial, a figura da coordenação pedagógica geral tinha a função de acompanhar a execução do programa em todos os campi, pólos e núcleos da Universidade Estadual do Piauí, sobretudo para garantir a funcionalidade dos cursos.

Estrutura Pedagógica e Administrativa.

De acordo com o fluxograma (figura 2), as orientações pedagógicas do curso em Regime Especial eram emanadas diretamente da Administração superior por parte da Pró-reitoria de Graduação.

Os cursos de Licenciatura Plena em Educação Física, no Regime Especial, na busca incessante da melhoria de qualidade de ensino ofereceu aos seus graduandos (aluno-professor) uma estrutura organizacional conforme a própria estrutura da Universidade Estadual do Piauí, no sentido de ter atendido a demanda no período de 1998 a 2007, conhecimentos científicos acadêmicos, favorecendo, assim, a democratização e valorização do ensino e dos profissionais da Educação Física.

5.6.1 - Coordenação Geral Pedagógica:

Tinha como objetivo coordenar, acompanhar, avaliar, supervisionar o desenvolvimento dos aspectos pedagógicos e acadêmicos dos cursos de Licenciatura Plena – Regime Especial em Teresina e nos Campi/Núcleos Universitários instalados no interior do Piauí e de outros Estados. Tinha sede no Campus Pirajá, em Teresina, e mantinha contato com as demais Coordenações dos cursos de Licenciatura Plena – Regime Especial, através de correspondências e outros meios de comunicações.

Com vista a cumprir os objetivos para os quais foi instituída, esta Coordenação promovia, periodicamente, encontros com as Coordenações dos Campi e Núcleos Universitários, visando à melhoria qualitativa e quantitativa dos Cursos ofertados, bem como esclarecer, aprimorar e detalhar as ações pedagógicas desenvolvidas durante a realização dos módulos no período de férias.

5.6.2 - Coordenação Geral Administrativa:

Os Cursos de Licenciatura Plena – Regime Especial foram instituídos com o objetivo primordial de qualificar e habilitar recursos humanos que atuavam na rede estadual e municipal de ensino do Piauí e de outros Estados, através de Convênios/contratos. Era responsável pelo acompanhamento e gestão administrativa e financeira dos cursos e dos convênios/contratos firmados com a Secretaria da Educação e Prefeituras e desempenhava as seguintes atribuições: Elaborar propostas de convênios/Contratos e aditivos a ser firmados com instituições interessadas na qualificação de recursos humanos; controle financeiro dos recursos oriundos de convênios/contratos; organização e preparação de pagamento ao pessoal envolvido na realização dos cursos.

5.6.3 - Coordenações de área de curso:

No contexto estrutural da organização do Regime Especial cada curso oferecido tinha um Coordenador, especialista na área, pertencente ao quadro de professores efetivo, com objetivo acompanhar de modo específico o desenvolvimento de curso em cada Campus/Núcleo Universitário, que incluía:

- Acompanhar o desenvolvimento dos currículos;
- Conceder parecer aos pedidos de aproveitamento de disciplina;
- Elaborar o material básico de estudos (módulos por disciplina);
- Conferir os diários de classe;
- Preparar o quadro de oferta de disciplinas;
- Preparar a segunda e terceira avaliação e exames de Desempenho acadêmico;
- Acompanhar o processo de lotação dos professores.

5.6.4 - Coordenação acadêmica:

Tinha como objetivo centralizar as atividades de efetivação de matrícula institucional e curricular dos alunos dos cursos do Regime Especial, Controlar e informar sobre a situação acadêmica de cada aluno, montar, organizar e arquivar as pastas com os documentos de cada aluno, arquivar os diários de classe ao final de cada período letivo e emitir históricos escolar e declaração de vínculo acadêmico.

5.6.5 - Coordenações de campus/núcleo

Ainda no contexto da organização do Regime Especial, cada Campus e núcleo Universitário da UESPI possuía uma coordenação que era responsável por todas as atividades desenvolvidas em âmbito local, tornando-se um elo entre a UESPI e seu corpo docente e discente. Possuía o objetivo de desenvolver e executar atividades de efetuar matrícula curricular e institucional, receber e orientar os alunos sobre o funcionamento da Instituição, recolher curriculum vitae de professores residentes na região e sugerir a Coordenação geral a contratação destes, aplicar a segunda e terceira avaliação, o exame de Desempenho Acadêmico e a avaliação docente.

5.6.6 - Estrutura e modalidade de funcionamento do regime especial.

Para atender à crescente exigência da comunidade piauiense e de Estados circunvizinhos por profissionais de qualidade nos diversos níveis de ensino, a UESPI ofereceu os cursos de Licenciatura Plena – Regime Especial os quais funcionou em sistema de módulos e teve como parceiros principais as prefeituras municipais e secretaria de educação. Neste período, a Uespi formou mais de 12.000 alunos nos diversos cursos ofertados por esta IES, em 12 (dose) modalidade de Licenciatura desde 1998 a 2006, sendo 2.009 em Educação Física e 349 nas cidades de Parnaíba, Picos e Floriano, objeto da nossa pesquisa. O curso funcionava nos períodos de férias – Janeiro, Fevereiro e nos meses de Junho e Julho de cada ano.

Estabelecido em cada Campi/Núcleos/pólos Universitários, visava atender às necessidades do corpo discente, à disponibilidade de espaço físico, entre outros. Contudo todos os campi tinham uma carga horária diária de oito horas as quais eram distribuídas entre as diversas disciplinas ofertadas no período, obedecendo ao pré-requisito de que nenhuma disciplina ultrapassaria carga horária diária de 4 horas aulas, conforme carga horária das disciplinas organizadas na matriz curricular do curso (anexo 11 a 16).

5.6.7 - A forma de ingresso

Os interessados em frequentar os cursos oferecidos pela UESPI em Regime Especial tinham à sua disposição três formas de ingresso:

- A principal era o vestibular realizado anualmente; para inscrição, era pré-requisito ser portador de curso de nível médio ou equivalente e ser professor das redes Estadual e Municipal de Ensino;
- Através de transferência, isto é, o aluno que prestou vestibular em outra IES ou mesmo na UESPI para os cursos ofertados em Período Regular, no entanto para ser efetivada a solicitação de transferência era necessário atender às exigências desta IES.
- A última forma era ser portador de curso superior de curta ou longa duração e solicitar ingresso nesta IES, mas para esta modalidade era necessário também atender às exigências do Regimento desta IES ou manual de vestibular de cada ano.

5.6.8 - Sistemática de funcionamento do curso Regime Especial

Os cursos em Regime Especial funcionavam, primordialmente, na época de férias escolares e tinha a duração mínima de quatro anos e máxima de 7 anos, com carga horária de 2.730 a 2.910 horas até o ano de 2003; a partir de 2014.1, o curso sofreu modificação curricular e passou a funcionar com a duração de três anos e meio com carga horária de 3.220 horas e, a partir de 2005.1, com 3.250 horas de carga horária de disciplinas, atendendo às exigências do Ministério de Educação para o referido período, conforme matriz curricular (ANEXO, 13 a 18).

Neste sentido, a sistemática de funcionamento do curso de Licenciatura Plena em Educação Física estava consolidada pela Resolução CFE de 03 de 16 de Junho de 1987, que afirmava: *“fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física”*, que ainda estabelecia:

Artigo 1º A formação dos profissionais de Educação Física será feita em curso de graduação que conferirá o título [...] Licenciado em Educação Física.

Artigo 2º Os currículos plenos dos cursos de graduação em Educação Física serão elaborados pelas instituições de ensino superior, objetivando:

- a) possibilitar a aquisição integrada de conhecimentos e técnicas que permitam uma nos campos da Educação Escolar (pré escolar, 1º e 2º [...]), na atualidade conforme a lei 9394/96 educação infantil, ensino fundamental e médio
- b) [...]
- c) [...]
- d) Propiciar a auto realização do estudante (**aluno**), como pessoal e como profissional.

Art. 3º Os currículos plenos para os cursos de graduação em Educação Física terão duas partes:

- a) Formação Geral (Humanística e técnica)
- b) Aprofundamento de Conhecimentos
 - § 1º Na Formação Geral serão consideradas as seguintes áreas de conhecimento:
 - a) de cunho humanístico:
 - 1 – CONHECIMENTO FILOSÓFICO – compreendendo como conhecimento filosófico o resultado de reflexão sobre a realidade, seja no nível a práxis, a própria existência cotidiana do profissional de Educação Física, relacionada com eventos históricos, sociais, políticos, econômicos, seja no nível da teoria, apresentação rigorosa através das ciências dessa mesma práxis. O conhecimento filosófico deve consistir na articulação da práxis pedagógica com as teorias sobre o homem a sociedade e a técnica.
 - 2 – CONHECIMENTO DO SER HUMANO – entendido como o conjunto de conhecimento sobre o ser humano, durante todo o seu ciclo vital, no que concerne aos seus aspectos biológicos e psicológicos, bem como sua interação com o meio ambiente, face à presença ou ausência de atividade de Educação Física.
 - 3 – CONHECIMENTO DA SOCIEDADE – entenddo como a compreensão da natureza social das instituições, sistemas e processos, com vistas a uma efetiva contribuição da Educação Física para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, considerando-se especificamente a realidade brasileira.
 - 4 – CONHECIMENTO TÉCNICO – entendido como o conjunto de conhecimentos e competência para planejar, executar, orientar e avaliar atividades da Educação Física nos campos da Educação Física Escolar e Não Escolar, contribuindo para a geração e a transformação do próprio conhecimento técnico.

De acordo com o referido contexto, ainda no parágrafo § 4º, as IES deveria estabelecer os marcos conceituais fundamentais dos perfis profissionais desejados, elaborar as ementas, fixar a carga horária para cada disciplina e sua respectiva denominação, bem como enriquecer o currículo pleno, contemplando as peculiaridades regionais. As adaptações regimentais que se referem à respectiva Resolução deveriam ser e foram apreciadas, aprovadas, autorizadas e reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação - CEE, conforme portaria, decretos, resoluções (ANEXO 10).

5.7 - METODOLOGIA E MATERIAL BÁSICO DO REGIME ESPECIAL

Considerando que as regiões mais distantes da capital e os grandes municípios tinham dificuldades de acesso à bibliografia atualizada, as coordenações de área de cada curso elaboravam semestralmente o material didático de estudo, que era constituído por textos técnicos e científicos mais atualizados e pertinentes a cada disciplina ofertada no período. Este material servia como fonte norteadora do trabalho didático-pedagógico e científico e deveria ser enriquecido pelos docentes com outras referências bibliográficas.

Ainda neste sentido, no início de cada período letivo, as Coordenações de área realizavam reuniões com os professores que eram selecionados no sentido de orientá-los sobre o planejamento e execução do processo ensino e aprendizagem, em relação aos objetivos, conteúdos, metodologia, recursos didáticos e avaliação. A avaliação de aprendizagem era realizada com base na Resolução da Pró-Reitoria de Graduação - PREG/UESPI de 1988, 1998, 2002 e de 2004 respectivamente, que dispunham sobre a avaliação do Rendimento Escolar dos cursos de Graduação. (Anexo)

As práticas pedagógicas dos cursos do Regime Especial eram realizadas nas Escolas onde os alunos já exerciam a função de professores. Algumas disciplinas do Curso de Educação Física exigia a utilização de laboratórios para o desenvolvimento de aulas teórico-práticas, desta forma a Uespi, quando não tinha os referidos laboratórios, realizava convênios com outras instituições existentes nos municípios onde os cursos funcionavam.

5.8 - QUADRO DE PROFESSORES DO REGIME ESPECIAL

O quadro de professores para ministrar aulas no Regime Especial era feito em duas etapas: na primeira era lotados os professores efetivos e substitutos da UESPI; a segunda dava-se mediante o Processo Seletivo Simplificado publicado através de edital, constando apenas a avaliação do Curriculum Vitae, portadores de Graduação conforme a especificidade da área, pós-graduação compatível com as exigências técnicas e legais da disciplina para a qual a Coordenação designou o docente.

A referida contratação do docente não implicava estabelecimento de vínculo empregatício com a Uespi; ocorria em período determinado, sendo assim a Universidade Estadual do Piauí reservava o direito de dispensar os serviços daquele profissional (docente) que não atendia, em qualquer momento da execução do serviço, às finalidades para as quais foi contratado.

5.9 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO:

A Avaliação da Aprendizagem possibilitava ao aluno ser considerado aprovado nas disciplinas em que obtia média igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco) da carga horária total. Caso obtivesse faltas acima de 25% (vinte e cinco) de frequência ou média inferior a 4,0 (quatro), o

aluno era considerado reprovado. Caso obtivesse média inferior a 6,0 (seis) e superior a 4,0 (quatro), o aluno realizaria Prova Final (PF) visando lograr sua aprovação. O referido sistema de avaliação de aprendizagem na modalidade de Regime Especial permaneceu desta natureza nos currículos do período de 1998 a 2013.2.

Nesta perspectiva a partir da mudança do currículo de 4 (quatro) para 3 anos e meio, o sistema de avaliação de aprendizagem sofreu alteração na sua sistematização, a partir de 2004. A Avaliação da Aprendizagem permitia ao aluno ser considerado aprovado nas disciplinas quem obtia média igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco) da carga horária total. Caso obtivesse faltas acima de 25% (vinte e cinco) de frequência ou média inferior a 4,0 (quatro), o aluno era considerado reprovado. Caso obtivesse média inferior a 7,0 (sete) e superior a 4,0 (quatro) o aluno era submetido a realizar Prova Final (PF), e nesta situação a média final seria a média da nota semestral mais a nota do exame final - a média igual ou superior a 6,0 levava à sua aprovação.

5.10 - ORGANOGRAMA DO CURSO REGIME ESPECIAL.

Considerado as especificidades do funcionamento dos cursos de Licenciatura Plena – Regime Especial, os fluxogramas eram organizados em módulos os quais foram elaborados conforme o cumprimento da carga horária em certos períodos Letivos, os fluxogramas dos curso de Regime Especial eram organizados e identifiados de acordos com o ano de ingresso do graduando no período da matrícula.

No entanto, os cursos ofertados em Regime Especial seguiam a mesma organização curricular do regime regular,e a formação de professores por meio de Licenciatura Plena em Educação Física era autorizada pelos órgãos competentes e sua validade legal em todo território brasileiro. No período de 1998 a 2003.2 prevaleceu o currículo com carga horária de 2.880 e de 2.910 horas no período de quatro anos com alteração do currículo estabelecido pelo Ministério da Educação, conforme CNE/CP nº 01/1999 e Parecer CNE/CP nº 009/2001. Para adequação das normas, a Universidade Estadual do Piauí, no curso de Educação Física, passa a implantar o currículo com o curso em 3 anos e meio, a partir do período de 2004.1, com carga horária de 3.220h a partir de um currículo com distribuição de maior número de disciplinas pedagógicas e inserção de disciplinas de práticas pedagógicas integradoras curriculares, conforme Resolução CNE/CES nº 07/2004. Veja-se as disciplinas organizadas na matriz curricular do curso. (Anexos, 15 a 18)

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CURSOS DE LICENCIATURA PLENA – REGIME ESPECIAL

FLUXOGRAMA DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
INGRESSO VESTIBULAR: 2000

MÓDULO I	MÓDULO II	MÓDULO III	MÓDULO IV	MÓDULO V	MÓDULO VI	MÓDULO VII	MÓDULO VIII	CARGA HORÁRIA TOTAL: 2.730 HORAS OBS: As 300 horas/sem de Educação Física, 60 horas são de Fundamentação Teórica, enquanto 240 horas são destinadas ao Exatidão Supervisionada, que ocorrerá durante o REGIME Regular.
Anatomia I 60 h	Anatomia II 60 h	Fisiologia I 60 h	Fisiologia II 60 h	Metodologia do Treinamento Desportivo I 60 h	Didática 60 h	Medidas e Avaliações em Educação Física 60 h	Seminários 120 h	
Psicologia I 60 h	Bioquímica 60 h	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica 60 h	Futebol 60 h	Cinesiologia 60 h	Metodologia do Treinamento Desportivo II 60 h	Ginástica Especial 60 h	Ginástica Rítmica Escolar 60 h	
História da Educação Física 60 h	Recreação 60 h	Handebol I 60 h	Educação Motora 60 h	Basquetebol I 60 h	Aprendizagem Motora 60 h	Dança 60 h	Organização Desportiva 60 h	
Crescimento e Desenvolvimento Humano 60 h		Natação I 60 h	Atletismo II 60 h	Educação Física Adaptada 60 h	Natação II 60 h	Voleibol II 60 h	Sociologia Geral 60 h	
Atletismo I 60 h		Desenvolvimento Motor 60 h		Voleibol I 60 h	Basquetebol II 60 h	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação Física 60 h	Socorro de Urgência 30 h	
		Filosofia da Educação 60 h		Handebol II 60 h	Antropologia Cultural 30 h Higiene da Atividade Física 30 h	Prática de Ensino 300 h		
300 h	180 h	360 h	240 h	360 h	360 h	600 h	330 h	

CAPITULO 6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS – PARTE I

6.1 - O perfil docente do egresso do curso de formação em Regime Especial da Uespi: a análise do questionário

Na pesquisa qualitativa, a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo, o que exige o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação investigada. Em nossa pesquisa de campo, aplicamos um questionário, com o objetivo de caracterizar o perfil dos docentes formados em Educação Física, e, posteriormente, realizou-se entrevista pré-teste e a posteriori entrevista de aprofundidade a fim de apreender o ponto de vista dos sujeitos, de acordo com o objetivo geral e específico dessa pesquisa. (Apêndice D).

O questionário foi aplicado a 56 (cinquenta e seis) professores nas cidades de Parnaíba, Picos e Floriano e constituído por três tipos de questões, que objetivaram caracterizar o perfil dos professores das cidades pesquisadas a partir das informações gerais, caracterização profissional e a caracterização da pesquisa de cada sujeito. A interpretação da produção dos dados coletados foi elaborada utilizando-se planilha do programa Excel.

6.1.1 – Informações gerais do questionário

Tabela 1– Cidade de Parnaíba

Sujeito	Idade	Sexo	Escolaridade ensino	Naturalidade	Salário
P1	39	F	Médio	Parnaíba	<1
P2	40	M	Médio	Ceará	= 1
P3	49	M	Médio	Parnaíba	>1< 2
P4	48	M	Médio	São Paulo	>2 < 3
P5	53	F	Médio	Parnaíba	>1<2
P6	50	F	Pedagógico adicional	Porto	>2<3
P7	38	F	Médio	Parnaíba	=1
P8	42	M	Médio	Parnaíba	=1
P9	50	M	Técnico e pedagógico	Parnaíba	>1< 2
P10	40	F	Técnico	Parnaíba	<1
P11	56	M	Pedagógico	Parnaíba	<1
P12	41	M	Pedagógico	Fortaleza	=1
P13	51	M	Médio	Parnaíba	<1
P14	43	F	Médio	Parnaíba	=1
P15	53	F	Pedagógico	Parnaíba	=1
P16	42	F	Pedagógico adicional	Parnaíba	=1
P17	36	F	Médio	Parnaíba	<1
P18	37	F	Médio	Parnaíba	<1
P19	38	M	Médio	Parnaíba	<1

P20	61	F	Pedagógico adicional	Parnaíba	>1 < 2
P21	44	F	Médio	Parnaíba	=1
P22	34	F	Médio	Parnaíba	<1
P23	46	F	Pedagógico	B. dos Lopes	>1 < 2
P24	31	F	Médio	São Paulo	<1
P25	55	M	Médio	Parnaíba	=1
P26	37	M	Médio	São Paulo	=1
P27	53	F	Pedagógico adicional	Parnaíba	>1 < 2

Fonte: o próprio autor (2017)

A produção dos dados do questionário do quadro acima está apresentada nos gráficos que se permitem melhor analisar; tratam do perfil dos professores formados em Educação Física em Regime Especial e permitem melhor responder aos objetivos da pesquisa:

Gráfico 1

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 2

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 3

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 4

Fonte: O próprio autor (2018)

Na cidade de Parnaíba, dos 27 sujeitos que responderam ao questionário sobre as informações gerais, em relação ao sexo, 16 (desesseis) são do sexo feminino (59,25 %) e 11 (onze) do sexo masculino (40,75%). No que concerne à faixa etária, 7 (sete) professores possuem entre 30 a 39 anos, 10 (dez), entre 40 a 49 anos, 8 (oito), entre 50 a 59 anos e 2(dois) com mais de 60 anos de idade. A escolaridade, antes da formação em nível superior, 17 (dezessete) tinham ensino secundário (médio) (62%) e 10 (dez) (32%) formação em curso pedagógico ou técnicos. Em relação, remuneração paga pelo governo municipal e estadual 09 (nove) professores (37%) ganhavam menos de 1 salário mínimo, 10 (dez) (37%) ganhavam somente 1 salário mínimo, 2 (dois) professores (26%) recebiam mais que 1 salário mínimo e menos que dois salários mínimos e 2 (dois) professores ganhavam mais que 2 salários mínimos. O questionário revela que a naturalidade de 27 professores que participaram da pesquisa assim se distribui: 20 são de Parnaiba, 2 do Ceará, 3 de São Paulo, 1 da cidade de Porto e 1 da cidade do Buriti dos Lopes (Gráficos 1,2,3 e 4).

5.1.2 – Informações gerais

Tabela 2 – Cidade de Picos :

Sujeito	Idade	Sexo	Escolaridade ensino	Naturalidade	Salário
P1	41	F	Médio	Picos	<1
P2	61	M	Médio	Picos	>1 < 2
P3	65	M	Médio	Picos	>1 < 2
P4	47	M	Médio	Juazeiro do Norte	=1
P5	48	F	Pedagógico	Picos	>1 < 2
P6	45	F	Médio	Picos	<1
P7	61	F	Pedagógico adicional	Picos	=1
P8	52	F	Pedagógico adicional	Picos	>2 <3
P9	38	M	Pedagógico	Picos	=1
P10	41	F	Pedagógico	Ipiranga	<1
P11	47	F	Pedagógico	Ipiranga	<1
P12	39	M	Médio	Picos	=1
P13	45	M	Médio	Picos	=1
P14	32	F	Médio	Picos	<1

Fonte: o próprio autor (2017)

Gráfico 5

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 6

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 7

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 8

Fonte: o próprio autor (2018)

Na cidade de Picos, dos 14 sujeitos que responderam ao questionário sobre as informações gerais, em relação ao sexo, 08 (oito) são do sexo feminino (57,14 %) e 06 (seis) do sexo masculino (42,86%). Sobre a faixa etária, 3 (três) professores têm entre 30 e 39 anos, 7 (sete) entre 40 e 49 anos, 1(um) entre 50 e 59 anos e 3 (três) têm mais de 60 anos de idade. 08(oito) possuíam somente o ensino médio (57,15%), 4 (quatro), ensino pedagógico (28,57%) e 02 (dois) (14,28%) cursaram o pedagógico adicional antes de realizarem o curso superior em Educação Física. Em relação aos vencimentos, apenas 1 professor ganhava mais que 2 salários mínimos; 5 professores (36%), somente 1 salário mínimo e 3 professores (20%) ganhavam mais que 1 salário mínimo e menos que dois salários mínimos. O questionário também buscou saber sobre a naturalidade dos 14 professores que participaram da pesquisa; constatamos que 11 são de Picos, 1 da cidade de Juazeiro do Norte- Ceará, 2 da cidade de Ipiranga – Pi (Gráficos 5.6.7.8).

6.3. – Informações gerais

Tabela 3 – Cidade de Floriano

Sujeito	Idade	Sexo	Escolaridade	Naturalidade	Salário
P1	54	F	Pedagógico	Amarante	>1 < 2
P2	37	F	Médio	Arraial	=1
P3	48	F	Médio	Arraial	>2 < 3
P4	33	M	Médio	Amarante	<1
P5	58	F	Pedagógico adicional	Arraial	>2 < 3
P6	34	F	Médio e Técnico	Floriano	>1 < 2
P7	37	F	Médio	Guadalupe	>1 < 2
P8	34	F	Médio	Teixeira -PB	<1
P9	34	M	Médio	Canavieira	>1 < 2
P10	37	F	Médio Técnico	Floriano	>1 < 2
P11	51	F	Superior	Açu - RN	>2 < 3
P12	33	F	Técnico	Teresina	<1
P13	35	M	Médio	Guadalupe	<1
P14	47	F	Médio	Guadalupe	>2 < 3
P15	36	M	Médio	Jerumenha	<1

Fonte: o próprio autor (2017)

Gráfico 9

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 10

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 11

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 12

Fonte: o próprio autor (2018)

Na cidade de Floriano, dos 15 (quinze) sujeitos que responderam ao questionário sobre as informações gerais, em relação ao sexo, 11 (onze) são do sexo feminino (73,33 %) e 4 (quatro) do sexo masculino (26,67%). Em relação à faixa etária, 10 (dez) professores possuem entre 30 e 39 anos, 2 (dois) entre 40 e 49 anos e 3 (três), entre 50 e 59 anos. Em relação à escolaridade, antes da formação em nível superior, 9 (nove) possuíam o ensino médio (60%), 3(três) (20%) o ensino técnico, 2 (dois) (13%) curso pedagógico e 1 (um) (6,7%) o ensino superior. Em relação aos vencimentos pagos pelo governo municipal e estadual, 05 (cinco) professores (33%) ganhavam menos de um salário mínimo, 01(um) (6,7%) somente 1(um) salário mínimo e menos que dois salários, 5 (cinco) professores (33%) ganhavam mais que 1 salário mínimo e menos que dois salários mínimos e 4(quatro) professores (26,6%) recebiam mais que 2 salários mínimos e menos que três salários mínimos. Os professores tinham naturalidade de diversas cidades circunvizinhas a Floriano, destacando-se 2 professores da cidade de Amarante, a 86Km de Floriano, 3 de Arraial do PI, a 73Km , 5 de diversas mas domiciliados em Floriano. Dos entrevistados apenas 2(dois) professores pertenciam à rede municipal de Floriano (Gráficos 9.10.11.12).

Os dados levantados relativos à formação de professores leigos ministrando aulas no ensino ginásio, ensino fundamental e médio (conforme as Leis 4024/61 e 5.592/71) e a Resolução 69/69, indicam a precariedade do sistema de ensino no Estado do Piauí. Nesse sentido, a situação precária do ensino é confirmada pelas res-

posta obtidas no questionário aplicado a 56 professores da rede municipal, estadual e privada do magistério. Os salários da categoria revelam-se muito baixos, sendo que 19 docentes recebiam valores menores que o salário mínimo da época, 13 docentes1 salário mínimo, 13 docentes mais que um salário, sendo que a remuneração de 11 deles era inferior a 2 salários e 4 tinham remuneração entre 2 e 3 salários mínimos.

Analisando as informações apresentadas no portal da transparência do Estado do Piauí, disponibilizadas pela ATI – Agência de Tecnologia em Informação do Estado do Piauí, relacionado com servidores da Educação, constata-se que, após conclusão do curso de formação continuada em nível de especialização, a maior parte dos professores pesquisados em atividade passaram a ganhar mais que três salários e menos que 6 salário equivalentes ao valor do salário mínimo de hoje.

6.4 - DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS:

6.4.1 - Segunda parte – Caracterização Profissional da Pesquisa:

Tabela 4 - Caracterização Profissional - Parnaíba

S	F.acad		Atividade profissional - escola								tmsg	tmcg	MEAG				MEDG			
	I	T	Pm	pe	pme	Mp	Ep	f	oa	ano	ano	ei	Ef I	Ef II	em	E i	Ef I	Efi li	em	
P1	01	04	X							3	14			X				X	X	
P2	01	04	X	x						2	13			x				x		
P3	98	01							x											
P4	00	04	X							2	13			x				x	x	
P5	99	02			x					15	15			x				x		
P6	01	04	X								4								x	
P7	00	04	X							1	12			x				x		
P8	99	02		x															x	
P9	98	02	X	x			X		x	12	15			x	X			x	x	
P10	02	06		x						-	9							x		
P11	01	04					X			15	35				X	x		x	x	
P12	98	02	X	x						2	17		x					x	x	
P13	01	04	X						x	7	13			x	X			x	x	
P14	99	02							x		15									
P15	00	04	X																	
P16	01	04							x		10							x		
P17	00	04					X				13								x	
P18	01	04				X			x		13						x	x		
P19	00	04					X			4	12			x					x	
P20	98	01					X			10	25			x				x	x	
P21	00	04				X				3	17			x		x		x	x	
P22	01	04					X				13							x	x	
P23	99	02	X								12		x				x			
P24	02	06							x	1	10			x	X	x	x	x		
P25	01	04							x	02	08			x				x		
P26	00	05					X			1	15		x					x	x	
P27	00	04					X			15	15			x		x		x		

LEGENDAS: PM-E.P.Municipal, PE-Estadual, PME-Municipal e Estadual, MP-municipal e publica, EP –estadual e privada, F-federal, AO-outras atividades. TMSG- tempo magistério antes da graduação. TMDG – tempo de magistério depois da graduação. MEAG- modalidade de ensino antes da graduação. MEDG- modalidade ensino depois da graduação.

EI – Ensino infantil, ef – ensino fundamental I, EF II – ensino fundamental II em – ensino médio

Gráfico 13

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 14

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 15

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 16

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 17

Fonte: o próprio autor (2018)

A formação acadêmica dos docentes na cidade de Parnaíba que responderam ao questionário caracteriza-se pelo seguinte perfil: 4(quatro) foram aprovados no ano de 1998 na 1ª turma do regime especial, 4(quatro) na 2ª turma de 1999, 8 (oito) na 3ª turma de 2000, 9 (nove) na 4ª turma e 2 (dois) na 5ª turma e última turma oferecida em regime especial naquela cidade. É possível observar que, dos professores pesquisados, 25 concluíram o curso entre o período de 1998 a 2004 e 2 professores até o ano de 2007 (gráfico13).

Com relação à atividade exercida pelos professores antes da graduação, constata-se que 10 professores tinham vínculo somente com a escola pública municipal, 5 somente com a escola pública estadual, 2 com a escola municipal e estadual, 3 com a escola municipal e privada e 8 com a escola privada. Entre os docentes, 8 exerciam outras atividades de educação física fora da escola (gráfico 14).

No que se refere à modalidade de ensino exercida pelos professores pesquisados, observa-se na tabela e gráficos acima que, antes da graduação, 3 professores ministravam aula de Educação Física no ensino fundamental I, 12 no ensino fundamental II e 4 professores no ensino médio (gráfico 15).

Após a graduação, nota-se a ocorrência de algumas mudanças significativas na opção pelas modalidades de ensino quando 4 professores passaram a ministrar aulas no ensino infantil, 3 no ensino fundamental I, 18 no ensino fundamental II e 14 no ensino médio (gráfico 16).

É importante destacar na pesquisa o tempo de magistério exercido pelos professores antes e depois da formação em nível superior. Constata-se que 5 professores já tinham entre 10 e 15 anos de magistério antes graduação, 2 professores entre 5 e 10 anos, 10 professores entre 1 e 5 anos. Após a graduação, observa-se que o professor aqui denominado de P11 encontra-se com 35 anos de magistério, o professor entrevistado que aqui é denominado de P20, com 25 anos e 19 professores entre 5 e 15 anos de trabalho docente (gráfico 17).

6.4.2 – Segunda Parte do questionário

Tabela 5 - Caracterização Profissional - Picos

Sujeito	F.acad		Atividade profissional - escola							tmsg	tmcg	MEAG				MEDG			
	I	T	Pm	pe	pme	Mp	ep	ef	oa	ano	ano	ei	Ef	Ef	em	ei	efl	efii	em
P1	00	03		x						6	17	x						x	X
P2	00	03							x		8							X	
P3	00	03		x			X		x	10	23		X	x				x	X
P4	01	05							x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
P5	00	03					X			15	16			x				X	
P6	00	03	X							2	14			x				X	
P7	00	03	X			X			x	20	14			x					X
P8	00	03	X							18	10			x				X	
P9	02	05	X						x	4	12	x				x			X
P10	00	03		x			X		x	6	14	x	x	x		x	x	x	X
P11	02	05	X						x	-	15	-	--	-	-		x	x	X
P12	00	03	X			X				2	14		x				x	x	X
P13	03	06		x					x	1	9			x					X
P14	03	06		x						-	8	-	-	-	-			x	x

LEGENDAS: PM-E.P.Municipal, PE-Estadual, PME-Municipal e Estadual, MP-municipal e privada, EP –estadual e privada, F-federal, AO-outras atividades. TMSG- tempo magistério antes da graduação. TMDG – tempo de magistério depois da graduação. MEAG- modalidade de ensino antes da graduação. MEDG- modalidade ensino depois da graduação

Gráfico 18

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 19

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 20

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 21

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 22

Fonte: o próprio autor (2018)

Na cidade de Picos, em relação à formação acadêmica dos docentes participantes da pesquisa, com os quais foi aplicado o questionário, encontrou-se os seguintes resultados: 9 (nove) foram aprovados no ano de 2000 na 1ª turma do regime especial, 01(hum) na 2ª turma, de 2001, 2 (dois) na 3ª turma, de 2002, e 2 (dois) na 4ª e última turma oferecida. Constatou-se que 9 professores pesquisados concluíram o curso no período 2004 e 5 professores no período de 2007.

Em relação à atividade profissional exercida pelos professores antes da graduação, verifica-se que 6 professores tinham vínculo somente com a escola pública municipal, 5 somente com a escola pública estadual, 2 com a escola municipal e privada, 3 com escola estadual e privada e 8 exerciam outras atividades de educação física fora da escola.

Sobre a modalidade de ensino exercida pelos professores pesquisados antes da graduação, observa-se na tabela e gráficos acima que 3 professores ministravam aulas na educação infantil, 3 professores no ensino fundamental I, 07 no ensino fundamental II.

Quanto às mudanças de modalidade de ensino após a graduação, nota-se que 2 professores passaram a ministrar aulas no ensino infantil, 3 no ensino fundamental I, 10 no ensino fundamental II e 09 no ensino médio, o que indica que há migração dos professores para o ensino médio.

Relacionado ao tempo de magistério exercido pelos professores antes da formação em nível superior, constata-se que, ao iniciarem a graduação, 3 professo-

res tinham entre 10 e 20 de magistério, 7 professores entre 1 e 10 anos, e 1 professor mais de 22 anos de magistério. Após a graduação, havia um professor, aqui denominado PI03, com 23 anos de magistério, 8 professores entre 10 e 20 anos e 4 entre 1 a 10 anos de trabalho docente (gráficos 4).

6.4.3 – Segunda parte

Tabela 6 - Caracterização Profissional - Floriano

Sujeito	F.acad (ano)		Atividade profissional - escola							tmsg	tmcg	MEAG				MEDG			
	I	T	Pm	pe	pme	Mp	ep	ef	oa	ano	ano	ei	ef	Ef	em	ei	efl	efii	em
P1	04	07	X	X						21	-	X							
P2	03	06	X	x						4	10		x						x
P3	03	06	X	x						6	11	x		x				x	x
P4	03	06	X							4	09	x						x	
P5	04	07		x						20	10	x		x				x	x
P6	03	06		x						-	07	-	-	-	-				x
P7	03	06	X	x					x	1	11		x				x	x	x
P8	02	06		x			X			2	11	x						x	x
P9	04	07							x	4	5			x			x	x	
P10	04	07	X	x						5	10		x				x	x	
P11	03	06	X	x						10	16			x				x	x
P12	03	06							x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
P13	03	07							x	-	5	-	-	-	-		x	x	x
P14	04	07	X							4	14			x				x	
P15	02	06	X							10	10		x			x	x	x	x

LEGENDAS: PM-E.P.Municipal, PE-Estadual, PME-Municipal e Estadual, MP-municipal e pública, EP –estadual e privada, F-federal, AO-outras atividades. TMSG- tempo magistério antes da graduação. TMDG – tempo de magistério depois da graduação. MEAG- modalidade de ensino antes da graduação. MEDG- modalidade ensino depois da graduação.

Gráfico 23

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 24

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 25

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 26

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 27

Fonte: o próprio autor (2018)

A formação acadêmica dos docentes na cidade de Floriano que responderam ao questionário apresenta o seguinte perfil: 02 (dois) foram aprovados no ano de 2002 na 1ª turma do regime especial; 08(oito) na 2ª turma, em 2003; 05 (cinco) na 3ª turma, em 2004, a última turma oferecida em regime especial na cidade de Floriano. O gráfico mostra que todos os 15 professores foram formados no período entre 2004 a 2007.

Quanto à atividade profissional exercida pelos professores antes da graduação, verifica-se que 8 professores tinham vínculo somente com a escola pública. Quanto à modalidade de ensino exercida pelos professores pesquisados antes da graduação, observa-se na tabela e gráficos acima que 5 professores ministravam aulas na educação infantil, 4 professores ministravam aula de educação física no ensino fundamental I e 04 no ensino fundamental II.

Após a graduação, 1 professor continuou a ministrar aulas no ensino infantil, 5 no ensino fundamental I, 11 no ensino fundamental II e 09 no ensino médio. Observa-se, como nos casos anteriores, a mudança dos professores para o ensino médio.

No que se refere ao tempo de magistério exercido pelos professores antes e depois da graduação, constata-se que dois deles, P1 e P5, já tinham 20 anos de magisterio ao iniciarem o curso superior; 3 professores entre 05 e 10 anos de magistério; e 7 professores entre 1 e 05 anos de serviço.

Após a graduação, o professor P1, segundo o seu relato na entrevista, deu entrada no pedido de aposentadoria após a conclusão do curso superior; o professor P5 possui 10 anos de magistério após a formação em nível superior, 2 professores entre 10 e 15 anos de magistério, 8 professores entre 5 e 10 anos e 2 professores entre 1 e 5 anos de atividades docente ministrando aulas de educação física (gráfico 5).

Os dados obtidos com a aplicação do questionário mostram que, após a conclusão do curso em nível superior, 95% dos professores participantes da pesquisa dos municípios de Parnaíba, Picos e Floriano mudaram de modalidade de ensino, o que implica mudanças sensíveis no perfil dos professores e na configuração da rede de ensino das referidas cidades (gráficos 28,29,30).

Gráfico 28

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 29

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 30

Fonte: o próprio autor (2018)

6.5.1 - CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA - PARNAÍBA

QUADRO 3

S	P1		Complemento	P2				P3				P5				P4						P6				P7			
	s	n		A	b	C	D	A	b	c	d	a	b	c	d	s	n	a	b	c	d	a	b	c	d	A	b	c	d
P1	X		Especialização	X				X					X			X		X				X				X			
P2	X		Especialização		X				X				X			S			X				X				X		
P3		X		X				X				X							X			X				X			
P4	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P5		X		X				X				X				X						X				X			
P6		X			X				X				X			X			X				X			X			
P7	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P8	X		Aperfeiçoamento	X				X				X				X		X				X				X			
P9	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P10		X		X				X				X					X				X	X				X			
P11	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P12	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P13	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P14	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P15		X		X				X				X				X		X				X				X			
P16		X		X				X				X				X		X				X				X			
P17	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P18	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P19	X		Especialização	X				X				X				X			X			X				X			
P20	X		aperfeiçoamento	X				X				X				X		X				X				X			
P21	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P22	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P23	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P24	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P25		X			X			X					X			X		X					X			X			
P26	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P27	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			

Resultado do questionário perguntas Fechadas																						
Totalidade das respostas. Pergunta																						
	2				3				5				4				6				7	
(a) Muito importante	2				2				2				2				2		2			
	4				5				3				2				4		6			
(b) Moderadamente		3				2				4				4				3	1			
(c) Pouco importante			0				0				0				1			0				
(d) Nada importante				0				0				0				0			0			

Gráfico 31

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 32

Fonte: o próprio autor (2018)

O resultado do questionário sobre avaliação da formação continuada indica que, após o curso de Educação Física em nível superior em Regime Especial, 7 (sete) professores permaneceram somente com a graduação, 2 professores buscaram cursos de aperfeiçoamento, enquanto 18 professores concluíram pós-graduação no grau de especialização, como mostra o gráfico 31.

As questões fechadas do questionário visam contribuir para a análise da importância da formação em nível superior de cada sujeito da pesquisa. Em relação à segunda pergunta, concernente à avaliação do curso de graduação para a prática pedagógica, 24 sujeitos responderam ter sido muito importante na sua formação como professor de Educação Física e 3 professores consideraram-na moderadamente importante. Em relação à terceira pergunta direcionada a avaliação estratégica em sala de aula, 25 professores responderam que a contribuição do curso foi muito importante e 2 professores consideraram essa contribuição moderadamente importante.

Quanto às experiências adquiridas na práticas da Educação Física, 21 professores consideraram-nas muito importante, 6 professores moderadamente importantes. No que diz respeito à avaliação do conjunto da formação recebida durante o curso de graduação em regime especial, 24 professores avaliaram que essa formação foi muito importante na sua vida profissional e 3 professores responderam que foi moderadamente importante.

Sobre a influência da formação em uma possível mudança na apreensão do conceito de Educação Física, 26 professores responderam que foi muito importante e apenas 1 respondeu que foi moderadamente importante

6.5.2 - CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA - PICOS

QUADRO 4

S	P1		Complemento	P2				P3				P5				P4						P6				P7			
	s	n		A	b	C	D	A	b	c	d	a	b	c	d	s	n	a	b	c	d	a	b	c	d	A	b	c	d
PI	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P2		X		X				X				X				X		X				X				X			
P3		X			X			X				X				X		X				X				X			
P4	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P5	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P6	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P7	X		Especialização	X				X				X				X		X					X			X			
P8		X		X				X				X				X		X				X				X			
P9	X		Especialização		X			X				X				X			X			X				X			

Observa-se que em Picos, após a formação em nível superior, 5 professores permaneceram somente com a graduação, enquanto que 9 professores concluíram pós-graduação na modalidade especialização, como mostra o gráfico 8.

Em relação às questões fechadas concernente à avaliação da prática pedagógica, 12 sujeitos acharam a graduação muito importante e 2 professores consideraram-na moderadamente importante. Em relação a terceira pergunta, sobre a avaliação das estratégias em sala de aula, 13 professores responderam que foi muito importante e 1 professores moderadamente importante.

Quanto às experiências adquiridas no curso sobre as práticas de educação física, 11 professores responderam que foram muito importante, 2 professores moderadamente importante e 1 nada importante.

No que diz respeito à avaliação do conjunto da formação recebida durante o curso de graduação em regime especial, 14 professores responderam que ela foi muito importante para a sua prática profissional e que contribuiu muito para o desenvolvimento de uma nova compreensão do conceito de Educação Física.

6.5.3 - CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA - FLORIANO

QUADRO 5

S	P1		Complemento	P2				P3				P5				P4						P6				P7			
	s	n		A	b	C	D	a	b	c	d	a	b	c	d	s	n	a	b	c	d	a	b	c	d	A	b	c	d
PI		X		X				X				X				X		X				X				X			
P2	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P3	X		Especialização	X				X				X					X				X	X				X			
P4	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P5	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P6		X		X				X				X				X		X				X				X			
P7	X		Aperfeiçoamento	X				X				X				X		X				X				X			
P8	X		Especialização		X				X				X			X		X					X			X			
P9	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P10	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P11	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P12	X		Especialização	-	-	-	-	-	-	-	-	X				-		-	-	-	-	X				X			
P13	X		Especialização	X					X			X				X		X				X				X			
P14	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			
P15	X		Especialização	X				X				X				X		X				X				X			

Totalidade das respostas. Pergunta:

	1			2			3			5			4			6			7		
(a) Muito importante	1			1			1			1			1			1			1		
	3			2			4			3			4			4			5		
(b) Moderadamente		1			2			1								1					
(c) Pouco importante																					
(d) Nada importante			1				1					2		1							

Gráfico 35

Fonte: o próprio autor (2018)

Gráfico 36

Fonte: o próprio autor (2018)

O resultado do questionário aplicado sobre avaliação da formação continuada, em nível superior, mostra que 2 professores permaneceram somente com a graduação, enquanto que 1 realizou durante após a graduação cursos de aperfeiçoamento e 12 professores concluíram pós-graduação em grau de especialização, como mostra o gráfico 35.

O gráfico 36 nos mostra as respostas das questões fechadas do questionário sobre a importância da formação em nível superior em Educação Física em Regime Especial e revelam que, no concernete à avaliação da prática pedagógica, 13 sujeitos acharam muito importante, 1 professor moderadamente importante e 1 nada importante. Em relação à terceira pergunta, sobre a avaliação estratégica em sala de aula, 12 professores responderam que foi muito importante, 2 professores moderadamente importante e 1 nada importante. Sobre as experiências nas práticas, 13 professores responderam que foram muito importante e 2 professores responderam nada importante.

Na questão relacionada com a formação recebida durante o curso, 13 professores responderam que foi muito importante, 1 respondeu que foi moderadamente importante e 1 professor respondeu nada importante. Sobre os saberes adquiridos, 14 professores responderam que foi muito importante e 1 respondeu que foi moderadamente importante. Na pergunta relacionada com a mudança na compreensão do conceito de Educação Física, todos os 15 professores responderam que foi muito importante.

CAPÍTULO 7 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RESULTADO DA ENTREVISTA

Essa etapa da pesquisa consiste na apresentação e análise de 25 entrevistas no primeiro momento, sendo 6 na cidade de Parnaíba, 11 na cidade de Picos e 8 na cidade de Floriano, com a proposta de entender o porquê de cada entrevistado pela escolha de realizar o curso superior de Educação Física no Regime Especial, sua relevância no aspecto profissional, acadêmico e financeiro. No segundo momento, tem-se uma entrevista de aprofundamento com 6 professores, sendo 3 de Floriano, 2 de Picos e 1 de Parnaíba, no sentido de responder de forma sistemática aos objetivos proposto para esta pesquisa. O trabalho de interpretação foi realizado por meio da definição de categorias, pois a qualidade de uma análise de conteúdo depende categorização temática estabelecida para análise.

A categorização permite identificar classes que reúnem um grupo de elementos que caracterizam a unidade de registro. As classes são compiladas a partir da correspondência entre o significado, a lógica do senso comum e a orientação teórica do pesquisador.

Os critérios para a categorização podem ser semânticos; sintáticos; léxicos ou expressivos, e existe ainda a possibilidade de uma categorização com categorias a priori, sugeridas pelo referencial teórico, e outra com categorias a posteriori, elaboradas após a análise do material (BARDIN, 2016).

O sistema de categorização é composto por um reagrupamento progressivo de categorias, cuja amplitude varia de uma forte generalidade até a eleição de categoria cuja especificidade é definida pelo pesquisador.

Nesse sentido, Bauer (2000) sugere que todas as unidades de registro sejam categorizadas mesmo que as categorias devam ser exclusivas e auto-excludentes sob pena de haver problemas quanto à fidedignidade. Bauer (2000) ainda sugere princípios para aquilo que ele chama de qualidade na análise de conteúdo, destacando: a) coerência e simplicidade do referencial de codificação; b) transparência da documentação; c) fidedignidade; d) validação; e) boa resolução dos três principais dilemas estabelecidos na análise de conteúdo.

Foi com essa perspectiva que se buscou a análise das vozes produzidas pelos sujeitos participantes, professores entrevistados das cidades em foco na pesquisa.

7.1 - RESULTADO DA ENTREVISTA DOS PROFESSORES DA CIDADE DE PARNAÍBA.

7.1.1 – DELINEANDO A CATEGORIZAÇÃO DO CONTEÚDO DA ENTREVISTA – PARNAÍBA.

Pergunta 1: Qual o seu percurso formativo até tornar-se professor(a) com nível superior?

SUJEITO1

Conteúdo: Bem, tenho toda minha formação básica desde ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio, quando eu dei início a esse ingresso na faculdade, prestei vestibular e na época eu fiz o meu curso no período de férias da Uespi também com essa concepção, a gente prestou vestibular e as vagas que eram oferecidas para a comunidade e para os professores que já trabalhavam na área para ter essa formação.

SUJEITO2

Conteúdo: Bem, cursei ensino fundamental I, depois o II, depois o ensino médio que na época era o magistério. Depois passei sete anos sem estudar e aí prestei vestibular na universidade em regime especial e passei, fui aprovada. Na época havia uma vaga só, existiam as vagas para os municípios direcionadas para a secretaria de educação e para a comunidade. Era uma vaga e eu conquistei essa vaga, foi minha.

SUJEITO3

Conteúdo: Fiz o curso pedagógico na escola normal.

SUJEITO4

Conteúdo.: A minha formação foi o ensino médio.

SUJEITO5

Conteúdo: Antes, quando terminei meu curso ginásial, eu fiz um curso muito bem feito no Ginásio Clóvis Salgado, então esse ginásio me deu uma grande oportunidade de eu já começar a passar a gostar da Educação Física, então ali eu me realizei. Eu cursando o curso ginásial já comecei a me desenvolver e trabalhar a educação física com minhas próprias amigas porque naquela época nós não tínhamos professor de educação física, tínhamos só no nome, e como eu sempre fui muito esforçada e interessada eu pegava as meninas e a gente marcava treino às cinco horas da manhã, íamos treinar lá na quadra do ferroviário, a gente ia atrás de

material esportivo então era uma coisa que eu me realizava sempre e fui passar a gostar com tempo e cada vez mais me realizando. Quando fui para o curso normal, comecei a trabalhar, minha diretora do Clóvis Salgado me chamou para ficar apoiando os alunos dando as aulas para os alunos. Terminei meu curso pedagógico, fiz o adicional e logo em seguida aconteceu a grande oportunidade de eu passar na minha graduação para Educação Física, eu nem sabia que tinha passado, um amigo meu que me avisou – Jane, tu fizestes o curso de educação física, fizestes o vestibular? – Fiz. – Pois tu passou. Pronto, juntou o desejo com a vontade e estou me realizando, graças a Deus.

SUJEITO6

Conteúdo.: Antes da formação, eu já atuava na área pedagógica até porque eu tive o ensino médio pedagógico, depois passei a cursar o científico para unir os dois e dava aula, mas eu senti que tinha algo vago que eu poderia buscar bem mais do que aquilo que eu almejei no curso de Pedagogia.

Entrevistador: Mas, nesse período você já trabalhava com educação física?, Já trabalhava sim com a educação física escolar de nível fundamental e o infantil

7.1.1.1 - CATEGORIZAÇÃO DO CONTEUDO DA PRIMEIRA PERGUNTA:

QUADRO 1 – Unidade de significados.

Categorias (Percurso Formativo)	SUJEITOS					
	1	2	3	4	5	6
Curso ginásial						x
Ensino fundamental I, II e Médio	x			x	x	x
Curso pedagógico normal			x		x	
Já trabalhava ministrando aula de Educação Física	x				x	x
Já pertencia a rede de ensino	x				x	x
Não pertencia a rede de ensino		x				

Análise das unidades de significados das categorias de acordo com a 1ª pergunta

A análise do percurso formativo dos 6 (seis) sujeitos entrevistados revela que, antes de iniciar o curso superior, 4 (quatro) já eram professores com o ensino médio concluído e 2 (dois) haviam cursado o ensino na modalidade pedagógico

(antigo curso normal) . Quanto ao pertencimento à rede de ensino somente 3 faziam parte da rede pública e já eram docentes de Educação Física e 1 fizera o curso de formação sem pertencer à rede de ensino.

Corroborando os dados observados na pesquisa, Shiroma, Moraes e Evangelista (2000 baseados nos dados do censo do Ministério da Educação em 1996, revelam que “mais de 100 mil docentes em exercícios sequer completaram o 1º grau e outros 100 mil possuíam apenas o 1º grau. Para a autora, nos termos definidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei 9394/96, “seriam necessários a formação de 117 mil docentes para atuar da 1ª a 4ª séries e de 51 mil para atuar de 5ª a 8ª séries e de 215 mil para o ensino médio. Nesse sentido o papel da LDB/96, no contexto da legalidade das políticas educacional, é que a Uespi, utilizando-se da política educacional de formação utiliza-se do programa Regime Especial, buscou superar e/ou minimizar a lacuna existente pela falta de professores sem a formação em nível superior na red estadual de ensino.

7.1.2 – Delineando a categorização do conteúdo da entrevista

PERGUNTA 2 - Qual a sua opinião a respeito da Formação na graduação em Regime Especial realizada pela Uespi?

SUJEITO 1 – Bem, assim, eu tenho duas opiniões. A primeira que foi uma oportunidade muito boa a Uespi oferecer esses cursos de férias, principalmente Educação Física, porque em nossa cidade Parnaíba a gente não contava com essa modalidade, Educação Física, então assim se a gente quisesse cursar teríamos que sair pra Teresina e outras cidades. E a questão da qualidade, lógico, a gente teve um curso que foi resumido, que a gente cursava em um mês e meio algumas disciplinas e nesse sentido ela deixou a desejar. Por que? A gente não adquiriu de forma mais ampla os conhecimentos que a gente poderia ter adquirindo, mas eu acredito e considero que foi de suma importância a proposta desses cursos de férias (Regime Especial)

SUJEITO 2 – Bem, hoje acho que [...] naquela época foi importante mesmo porque esse Regime Especial foi criado para formar professores que durante aqueles meses letivos não tinham como aumentar os seus conhecimentos em determinada área e durante o período de férias não tinha como eles se deslocarem de casa para ir até a Uespi em Teresina para fazerem suas respectivas graduações.

SUJEITO 3 – Bem.... foi muito importante porque na época só existia esse curso e foi muito corrido mas quando você se dedica fica bem proveitoso.

SUJEITO 4 – Por ser a minha turma a primeira do regime especial então a estrutura teve algumas falhas na Uespi, como quadra, piscina, estágio, então tudo isso a universidade no momento não tinha. Então teve falha nisso mas valeu assim mesmo.

SUJEITO 5 – A minha graduação foi o seguinte, nós fizemos lá na Uespi, então aqui nós não tínhamos professores que tivessem suporte para dar orientação para a gente naquelas nossas aulas da graduação. Então nós tivemos a oportunidade de todos os nossos professores virem de Teresina, todos os professores que abraçaram a nossa causa, aqui da nossa graduação, foram excelentes, maravilhosos. Nós aprendemos com vontade, só não aprendemos muito mais porque foi em regime de férias, muito corrido. Em relação a material às vezes tinha ou não tinha, porque às vezes faltava coisa, ficou um pouquinho a desejar mas a gente com boa vontade a gente ia atrás, a gente corria.

SUJEITO 6 – O curso em regime de estrutura em si, nos faltou muito, porque a Uespi realmente no nosso campus principalmente não teve uma estrutura adequada para suprir a necessidade com relação as ações após a teórica que é justamente parte de prática mas em termos de teoria a Uespi foi incisiva, ela supriu bem as necessidades teóricas inclusive trouxe professores já no término do curso com o nível de mestre e de doutores, o que muito nos engrandeceu.

7.1.2.2 - CATEGORIZAÇÃO DO CONTEUDO DA PRIMEIRA PERGUNTA:

QUADRO 2 – Unidade de significados.

Categorias	SUJEITOS					
	1	2	3	4	5	6
Uma boa oportunidade de fazer o curso, aumentar os conhecimentos	x	x	x	x	x	
Parnaíba não tinha curso d Educação Física regular	x	x			x	
Algumas disciplinas deixaram a desejar, ocorrendo muitas falhas na estrutura do curso	x			x		x
Curso muito resumido e corrido, porem supriu a nossa necessidade	x	x	x			
Considero de suma importância a proposta desse curso de férias, foi criado para formar professores	x	x			x	

Análise das unidades de significados das categorias de acordo com a 2ª pergunta

Em relação à segunda pergunta, constatou-se que 5 dos entrevistados afirmaram que foi “Uma boa oportunidade de fazer o curso de EF na perspectiva de aumentar os seus conhecimentos, e que 3 sujeitos (S1,S2 e S4) afirmaram que, “Em Parnaíba a UESPI não tinha o curso na modalidade Regular”, assim como três dos sujeitos (S1, S2 e S4) afirmaram que “mesmo durante o curso algumas disciplinas apresentaram falhas em relação aos conteúdos e sendo muito corrido (aligeiramento), porém supriu as necessidades, destacando ainda que o curso foi oferecido para formar professores”.

Nesse sentido, Freire (2002) corrobora o discurso do sujeito 1 - “Algumas disciplinas deixaram a desejar, ocorrendo muitas falhas na estrutura do curso” - e dos sujeitos 2, 3, 4: “Curso muito resumido e corrido, porém supriu a nossa necessidade”; a “legislação foi muito flexível, ao permitir que se formassem professores em cursos de qualidade duvidosa e que possibilitou muitos governos a criação desses cursos como forma de baratear custos e atender às determinações legais para habilitar professores em nível superior até o fim da década da Educação”. Foi dessa forma que o curso em regime especial funcionou no processo de formação de docentes em Educação Física na cidade de Parnaíba.

7.1.3 – Delineando a categorização do conteúdo da entrevista.

PERGUNTA 3 - O que o(a) levou a cursar a graduação em Educação Física em Regime Especial?

SUJEITO 1 – Na época eu não trabalhava ainda no estado e município, então não foi uma questão de imposição, por necessidade atender ao MEC que impôs essa colocação para o município e para o estado para formação de nível superior, mas sim por uma paixão. Eu sempre fui apaixonada por Educação Física, então quando surgiu a oportunidade eu abracei com todas as forças e entrei no curso e consegui me formar, graças a Deus.

SUJEITO 2 – Bem, a paixão, eu sempre gostei, quando eu fui me inscrever no vestibular, antes de me inscrever eu peguei um livro de história, as paixões que era história e biologia, eu vou ler os dois e o que eu me apaixonar mais, eu vou prestar o vestibular. Aí o livro de biologia que pedi emprestado de uma professora aqui, eu li o

livro todinho que já era estudando para a prova do vestibular. E me apaixonei, um mundo fascinante, pronto é aqui que eu quero ficar.

SUJEITO 3 – Porque aqui em Parnaíba não tinha o curso normal, só tinha regime especial. E eu escolhi.

SUJEITO 4 – Foi a oportunidade da minha cidade ter o curso de Educação Física.

SUJEITO 5 – Simplesmente porque a gente tem que sonhar um pouco alto e já com a nossa graduação, para lecionar com mais afinco para os nossos alunos.

SUJEITO 6 - Bom, na verdade eu era um atleta de ponta de futsal, e como atleta de ponta eu não tinha tempo para conciliar trabalho, estudo e mais a necessidade que eu tinha como atleta de ponta. Surgiu a oportunidade de fazer inclusive o vestibular da época para licenciatura em Educação Física em regime especial e assim eu fiz e graças a Deus fui agraciado com a aprovação.

7.1.3.3 - CATEGORIZAÇÃO DO CONTEUDO DA TERCEIRA PERGUNTA

QUADRO - 3

Categorias	SUJEITOS					
	1	2	3	4	5	6
Foi por necessidade de atender ao MEC, imposição do município e estado .	x					
Fiz o curso que queria, foi importante na construção da minha vida profissional, hoje estou aqui formada em Educação Física graças ao curso de Regime Especial.		x	x	x	x	x

Análise das unidades de significados das categorias de acordo com a 3ª pergunta

Em relação à terceira pergunta, constatou-se que 5 sujeitos (2,3,4,5,6) afirmaram que fizeram o curso que queriam, já 1 sujeito afirmou que pela necessidade de atender à demanda do plano decenal estabelecido pelo MEC, e que fez o curso pela imposição do município e do estado.

7.1.4 – Delineando a categorização do conteúdo da entrevista.

PERGUNTA 4 – Fazer o curso superior em Educação Física foi imposição da lei, da secretaria de educação da época ou a necessidade de formação de nível superior?

SUJEITO 1 – Foi a necessidade em formação de nível superior, então por isso eu entrei na universidade e tive sorte de fazer um curso que me identificava bastante.

SUJEITO 2 – Assim como foi falado, o governo do estado oferecia isso na universidade e as prefeituras, as secretarias municipais de educação exigia que os seus professores tivessem um curso de nível superior. E como eu falei tinha as vagas destinadas para as secretarias de educação e tinha vagas determinadas para a comunidade geral e eu entrei nessa vaga da comunidade geral mesmo por paixão.

SUJEITO 3 – Foi a necessidade de cursar , porque eu gostava da área, eu já trabalhava e gostava e sempre gostei e tive que fazer para me qualificar.

SUJEITO 4 – Na época foi só a vontade de cursar o curso de Educação Física.

SUJEITO 5 – Um pouquinho de tudo, sempre trabalhei na rede, então juntou a vontade com a necessidade , a gente queria se especializar, pra gente ter aquele argumento maior de trabalhar com segurança.

SUJEITO 6- A princípio a lei não exigiu tanto, ela já tinha suas imposições como sempre mas eu senti a necessidade maior de ter um curso superior até porque o curso superior me abria novas portas, novas oportunidades e foi então que eu decidi fazer um curso superior.

7.1.4.4 - CATEGORIZAÇÃO DO CONTEÚDO DA QUARTA PERGUNTA

QUADRO 4 - Unidade de significados.

Categorias (Necessidade da formação em nível superior)	SUJEITOS					
	1	2	3	4	5	6
Foi uma necessidade em formação de nível superior e a vontade de entrar na universidade	x		x	x	x	X
As prefeituras as secretarias municipais de educação exigia que os seus professores tivessem um curso de nível superior, pela imposição da lei		X	X			x
Tinha vagas determinadas para a comunidade geral e eu entrei nessa vaga		X				
Agente queria se especializar, gostava da área abria novas portas, novas oportunidades			x	x	X	x

Esta categoria foi criada no sentido de atender a 83% dos sujeitos entrevistados que confirmam a necessidade da formação, a vontade de entrar na universidade e também a oportunidade de novos horizontes, novas oportunidades, buscar a especialização da área de Educação Física; 50% buscaram a formação pela imposição da lei e 16% porque esta oportunidade também foi oferecida à comunidade. De

acordo com o que dito pelos sujeitos 1,3,4,5,6, foi uma necessidade de formação de nível superior e a vontade de entrar na universidade, o que confirma a necessidade dos professores que atuavam no ensino na cidade de Parnaíba e denuncia a falta de oportunidade de ter uma formação em nível superior. Isto confirma a relevância da presença da Uespi na implantação do curso em Regime Especial, no sentido de atender à demanda em oportunizar ao professor uma formação em nível superior e a busca de melhorar sua competência e melhoria profissional. Como afirmam os sujeitos 3,4,5,6 (66% dos entrevistados), 'a gente queria se especializar, gostava da área, abriria novas portas, novas oportunidades'.

7.1.5 – Delineando a categorização do conteúdo da entrevista.

PERGUNTA 5 – Qual sua opinião sobre o papel da Universidade Estadual do Piauí para sua formação como professor(a) de Educação Física no ensino básico?

SUJEITO 1 – Extremamente importante, porque assim quando se tem uma formação ocorre uma preparação completa, se recebe um suporte, uma preparação para poder atuar nessa área, então vai com conhecimento, com uma proposta, temos diversas áreas do conhecimento, que ajudam a levar de fato e de verdade, como se deve transmitir esses conhecimentos, como se deve trabalhar nessa área, coisa que quando você é leigo você não tem conhecimento, não tem essas técnicas, não trabalha didaticamente correto, então assim eu acho extremamente importante, extremamente essencial a minha formação. Eu acredito que todos que passam numa universidade levam esse lado positivo que é essa formação realmente necessária para poder exercer a profissão com conhecimento e com segurança para o próprio aluno.

SUJEITO 2 - Muito, foi um papel muito importante, e eu hoje agradeço ainda por aquela vitória que eu conquistei porque eu nunca esqueci aquele dia de ter conseguido entrar para a universidade para uma área que eu queria e que ainda sou apaixonada, muito importante e só tenho a agradecer.

SUJEITO 3 – Foi muito importante, como eu já falei, foi proveitoso, corrido como falei anteriormente. Mas foi importantíssimo.

SUJEITO 4 – A capacitação do profissional na educação física para melhorar na relação de ser um bom professor, de explorar mais e ser capacitado para poder educar os novos profissionais da área que vão atuar.

SUJEITO 5 – Em primeiro lugar, eu quero dizer o seguinte, porque naquela nossa época que nós fizemos a nossa graduação e a nossa formação foi essencial porque nós tínhamos bastante interesse e aquela preocupação em querer aprender, e a universidade teve este papel relevante.

SUJEITO 6 – Hoje já com o curso de licenciatura, já estou fazendo duas pós-graduação, me supriu muitas necessidades, abriu um campo novo, e a Uespi contribuiu bastante, não só acadêmica mas no campo profissional. A Uespi se tornou sim parte da minha vida, hoje eu defendo nome Uespi, hoje eu defendo a instituição na qual eu fui formado.

7.1.5.5 - CATEGORIZAÇÃO DO CONTEÚDO DA QUINTA PERGUNTA

QUADRO 5 - Elaborado com as frases com mais unidade de significados.

Categorias	SUJEITOS					
	1	2	3	4	5	6
Extremamente importante porque assim quando se tem uma formação ocorre uma preparação não completa, mas se recebe um suporte	x	x	x	x	x	X
Era leigo, você não tem conhecimento, não tem essas técnicas, você não trabalha essas pedagogia então essencial a minha formação		x	x	x		
Eu acredito que todos que passam uma universidade levam esse lado positivo que é essa formação realmente necessária	x	x	x	x	x	x
Melhorar na relação de ser um bom professor, de explorar mais a suas capacitado.	x			x	x	x

Analisando o que foi apontado na entrevista pelos docentes, todos afirmaram a importância da Uespi durante e depois de suas formações, ressaltando que, mesmo sendo uma formação com deficiência acadêmica e estrutural, deixou um suporte, um lado positivo; observa-se neste contexto que 3 dos entrevistados eram leigos (denominação dada ao professor não formado em nível superior), e que 4 sujeitos entrevistados ressaltam a melhoria na relação de ser um bom professor e de explorar mais suas capacidades.

O resultado da entrevista realizada com os professores de Parnaíba revela a situação educacional que se encontrava o Piauí no período de 1990, quando o corpo docente das escolas públicas, tanto municipal como estadual e privada, encontravam-se em estado de precariedade. Ao mesmo tempo em que as políticas se fortaleciam com o discurso da qualidade, as ações implementadas distanciavam-se

cada vez mais de uma proposta de unidade ou de uma base comum de formação dos professores. Ela foi reduzida à dimensão técnica, tanto no aspecto organizacional quanto no de gestão curricular. Isto vem corroborar o que o artigo art. 87, § 4º determinava, que “[...] somente [seriam] admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”, no sistema educacional do ensino básico a partir de 2003.

Observa-se ainda, na fala dos sujeitos, a relevância atribuída à Universidade Estadual do Piauí na formação de professores, na abertura de novos horizontes, na realização de um sonho pessoal e na melhoria do sistema educacional em Parnaíba.

Nota-se ainda que a maioria dos professores, ao responder ao questionário referente ao tempo de serviço, confirmou durante a resposta o seu período formativo; constatamos que 76% haviam concluído o ensino médio e 24% o curso pedagógico. Para nós este dado é importante na medida em que sem sua inclusão no Regime Especial, não possuíam a formação mínima necessária para o exercício do cargo de magistério como previa a LDB 9.394/96, em seu artigo 61 e 62.

Contrariando a referida lei, os dados do questionário confirmam na entrevista que 37%, 33% e 7% ministravam aulas nas modalidades ensino fundamental I, II e médio sem a devida qualificação exigida. E 23% dos entrevistados exerciam outras atividades informais, neste caso contrariando a lei 9696/98 da regulamentação do profissional de Educação Física. Neste sentido, reafirma-se a relevância da formação em Regime Especial em Educação Física no processo de qualificação de cada docente na cidade de Parnaíba, possibilitando sua legalidade e legitimidade no processo educacional na referida cidade.

7.2 - RESULTADO DA ENTREVISTA DOS PROFESSORES DA CIDADE DE PICOS

7.2.1 - Delineando a categorização do conteúdo da entrevista.

P1 – Qual o seu percurso formativo até torna-se professor(a) com nível superior?

SUJEITO 1 – Só nível médio.

SUJEITO 2 – O ensino médio.

SUJEITO 3 – Passei pelo ensino médio e logo em seguida eu já entrei no curso superior.

SUJEITO 4 – Primeiro fiz um curso técnico em contabilidade, depois fiz até o quarto ano pedagógico, aí eu ingressei como professora e só depois foi que eu cursei o curso de Educação Física em período especial.

SUJEITO 5 – Professor, eu comecei a trabalhar no estado como professora no ano de 94 e fiquei só com o nível médio, não tinha nível superior e assim foi uma necessidade que a gente vê que a cada dia a gente quer procurar e quanto mais formação melhor e eu estava tendo essa necessidade de um curso superior.

SUJEITO 6 – Vinte anos, foi quando chegou o curso em Picos, até então eu trabalhava só com o curso técnico que o próprio estado fornecia e a gente ia pra Teresina, vinha o projeto “Rondon” pra Picos e assim a gente foi trabalhando.

SUJEITO 7 – Eu estudei o ensino fundamental na rede pública de ensino, concluí o ensino médio na rede privada, depois fiz graduação em Biologia, até chegar o curso de graduação em licenciatura em Educação Física pela Uespi.

SUJEITO 8 – O meu percurso eu iniciei com termo de chamado, era muito nova e fui convidada a uma escola que eu estudava que era um colégio privado de Picos, que tem 77 anos na cidade, que é o Instituto Monsenhor Hipólito, IMH, e devido minha trajetória como aluna e como infelizmente na época tínhamos pouquíssimos professores de educação física e devido a minha facilidade para trabalhar com isso fui convidada a me tornar uma professora de educação física, então foi por acaso mas me identifiquei e com isso fui dando conta do recado. Comecei pegando turma de fundamental I com 40 e tantos alunos e logicamente fui à busca em termos de livros e de pesquisa para dar conta desse recado.

SUJEITO 9 - O meu percurso de formação é longo, vem desde a década de setenta, em 74 quando entrei na educação como professor de Educação Física até 81, quando nós fizemos um vestibular na Federal e eu consegui uma formação de licenciatura curta em educação física, só após oito anos foi que eu consegui uma graduação para ministrar educação física.

SUJEITO 10 - Iniciando da parte de educação infantil, nível ensino fundamental, depois eu estudei SEMEC que na época era ginásio, fiz escola normal e depois, na época em que eu estudei, tinha na época o quarto ano adicional, fiz o quarto ano adicional e foi na época que passei para um concurso que teve aqui como professora e a necessidade da gente fazer um curso superior que foi quando teve

essa oportunidade da Uespi, que era para professores que já trabalhava na sala de aula e que não tinham curso.

SUJEITO 11 - Na verdade, eu passei pelo ensino fundamental I, fui para o fundamental II e estudei na época, foi a última turma do pedagógico, na época era a SEMEC então no meu tempo foi a última turma, daí pra lá foi o científico. **ENT.:** E esse período do ensino médio para o superior demorou, passou muito tempo? Passou mais ou menos, sempre fui apaixonada por educação física mas quando eu terminei não tinha aí passou um ano foi letras, eu fiz e não passei, graças a Deus, aí fui pra biologia, fiz e não passei, graças a Deus, aí só quando surgiu a primeira turma em Picos que eu fui aprovada por paixão mesmo.

7.2.1.6 - CATEGORIZAÇÃO DO CONTEÚDO DA PRIMEIRA PERGUNTA

QUADRO 6 - Elaborado com as frases com mais unidade de significados

Categorias	SUJEITOS										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1
Fiz ensino médio	x	x			X		x	x	x		
Fiz o curso técnico em contabilidade				x		X					
Fiz o quarto ano pedagógico				x						x	x
Me tornei professora ainda com o ensino fundamental na rede privada					X						
Comecei a trabalhar no Estado como professora de EF só com ensino médio									x		
Foram vinte anos assim, sendo professor só com o curso técnico. Projeto Rondon						X					
Naquela época não tinha professora de Educação Física, estudava o ensino fundamental II e dava aula de EF no ensino fundaental I								x			
Fiz a graduação em Biologia							x				
Fiz um curso de Educação Física Curta Duração									x		

De acordo com os sujeitos 1,2,5,7,8 e 9 – que representam 54% dos entrevistados – no seus percursos formativos até começar o curso superior já possuíam o ensino secundário; os sujeitos 4 e 6 o curso técnico em contabilidade e os sujeitos 4, 10 e 11 o curso pedagógico, inclusive com o quarto ano adicional, representando 27% dos sujeitos ; os sujeitos 7 e 9 já possuíam curso superior de plena

e curta duração, representando 18% dos sujeitos entrevistados. Neste percurso formativo, o sujeito 8 já ministrava aula só com o ensino fundamental. No seu discurso, afirma que “... era muito nova e fui convidada pela escola que eu estudava, que era um colégio privado, fui convidada a me tornar uma professora de Educação Física, então foi por acaso mas me identifiquei e com isso fui dando conta do recado” . Já o sujeito 6 passou 20 anos ministrando aula de Educação Física só com curso técnico realizado pelo projeto Rondon.

O resultado mostra a precariedade do corpo docente no sistema de ensino na cidade de Picos, e a necessidade da formação de professores em nível superior na perspectiva da melhoria da qualidade do ensino no mesmo sentido de atender aos anseios dos professores de buscar realizar suas demandas de formação e a relevância da UESPI na realização dessa formação, no sentido de oportunizar o desenvolvimento educacional no estado.

7.2.2 Delineando a categorização do conteúdo da entrevista

PERGUNTA 2 - Qual a sua opinião a respeito da formação na graduação em Regime Especial realizado pela Uespi?

SUJEITO 1 - Foi um marco diferencial para nossa cidade que era muito carente, então fez toda a diferença, o curso veio encaixar bem na vida de muita gente.

SUJEITO 2 - Foi uma formação muito boa, o curso muito bom, me identifiquei e no geral foi muito positiva.

SUJEITO 3 - Então, foi muito importante por conta de na época eu já trabalhava então ficava mais difícil você ter uma disponibilidade pra ir pro regime normal, então foi importante porque a gente estava de férias e aí ofereceram esse regime especial que na época chamava regime de férias. Então a gente tinha disponibilidade de segunda a sábado e passava o dia na universidade estadual. E foi importante por conta disso, porque pegou a gente numa época que não estava tendo aula então deu pra você assistir um curso que caso você tivesse que trabalhar e ao mesmo tempo ensinar talvez não daria certo. Aí a universidade ofereceu esse curso nesse regime especial e foi muito importante para a formação de quem fez o curso.

SUJEITO 4 - Citando a minha formação como exemplo, eu não vejo na questão do aluno que se interessou e se esforçou em estudar eu não vejo nenhuma diferença na questão da aprendizagem com relação ao regime normal. Então, assim, nós

tivemos uma boa qualificação haja vista que todos os meus colegas estão bem sucedidos em suas áreas, em suas cidades.

SUJEITO 5 - Para mim foi de grande proveito, eu sempre tive vontade de fazer esse curso de Educação Física e o que surgiu foi o regime especial da UESPI, foi muito proveitoso, querer dizer cada aluno depois tem que correr atrás, ele dá o pontapé inicial e cada aluno depois corre atrás que foi o que eu fiz, graças a Deus eu sou muito grata à Uespi por esse curso.

SUJEITO 6 - Eu acho muito importante porque como eu falei sempre dá oportunidade para o profissional trabalhar e se qualificar, muito importante mesmo.

SUJEITO 7 - Eu considero muito bom porque foi na UESPI, no regime especial, que eu adquiri todos os conhecimentos científicos, teóricos e práticos no curso de educação física e esses conhecimentos foram que me deram subsídio para que eu pudesse trabalhar. Depois eu fiz a formação continuada que me ajuda bastante.

SUJEITO 8 - Com certeza foi muito válida, eu vou falar aqui pelo curso em si que foi imensamente válido, até porque você atuar em uma área que não tinha a formação devida, digamos assim, porque aquela coisa por mais que tenhamos uma tendência, um preferência por aquilo e ter um conhecimento mas é preciso muito mais, sempre precisa de muito mais. Então isso foi muito benéfico ao surgir na nossa cidade, que como eu tinham várias outras pessoas que atuavam nessa área sem ter a formação superior dentro da área de Educação Física.

ENT.: O que a levou a cursar a graduação em educação física em regime especial?

INF.: Primeiro porque era uma área que eu me identificava demais, segundo, como já falei anteriormente, já estava trabalhando então a necessidade se tornava ainda maior.

SUJEITO 9 - Bom, foi uma formatura especial porque a gente tinha a necessidade de ter esse curso aqui em Picos, mesmo porque quem participou desse curso já era o pessoal que tinha vínculo com o Estado ou com o Município, tanto é que o município e os prefeitos das cidades circunvizinhas eram quem seguravam o curso através de recursos. E aí gente aproveitou que veio esse curso para Picos através da Uespi e a gente conseguiu fazer esse curso em regime especial.

Nesse caso, para o senhor, foi a plenificação? Com certeza, porque eu já tinha curta, como eu já tinha curta foi fácil nem precisou eu fazer vestibular para entrar, eu já entrei direto só para pagar as disciplinas que restavam para o curso de licenciatura.

SUJEITO 10 - Na época foi fundamental porque como a gente não tinha a oportunidade de ingressar numa escola de ensino superior normal, veio assim com muita importância, foi uma base muito grande para a gente porque foi uma oportunidade para a gente desenvolver e aprender realmente, a gente tinha a didática da sala de aula mas não tinha o curso superior então pra mim foi ótimo, não tenho o que dizer.

SUJEITO 11 - Bom, foi muito boa, deveria ser melhor porque a gente sabe que Regime Especial é um período muito corrido, foi período de férias, a gente estudava janeiro, fevereiro e julho mas foi bom, passava o período e eu corria atrás, eu passava os seis meses estudando então deu pra ficar, eu agradeço muito esse tempo.

7.2.2.7 - CATEGORIZAÇÃO DO CONTEÚDO DA SEGUNDA PERGUNTA

QUADRO 7 - Unidade de significados

Categorias	SUJEITOS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	
Foi um marco diferencial na nossa cidade, foi muito importante, foi uma formação muito boa	x	x	X		X	X		x	X	x	X	
O curso realizado nas férias algo facilitador, todos os meus colegas estão bem sucedidos em suas áreas, em suas cidades		x		x	X	X			X		x	
Possibilitou adquirir conhecimentos científicos, esses conhecimentos foram que me deram subsídios para trabalhar							x	x	x	x		
Antes eu atuava na área sem formação, muita gente já tinha vínculo com o município e o estado.								x	x			

Esta categoria é expressa por 82% dos sujeitos entrevistados, que destacam que a formação no Regime Especial ‘foi um marco diferencial em sua cidade, foi muito importante e muito boa a sua formação’; 54% relata que ‘o curso realizado nas férias foi algo que facilitou concluir o curso e que todos estão bem sucedidos em suas cidades’. Ainda se destaca o dito pelos sujeitos 7,8,9,10, que representam 36% do curso em Regime Especial: “Possibilitou adquirir novos conhecimentos científicos e deu subsídios para trabalhar na área”; os sujeitos 8 e 9 representam 18% dos entrevistados: ‘antes atuávamos na área de Educação Física sem formação e o

curso nos permitiu regularizar a nossa situação”. Neste contexto, é o sujeito 8 que melhor caracteriza a importância da Uespi na formação do curso em nível superior, quando destaca: “Bom, foi uma formatura especial porque a gente tinha a necessidade de ter esse curso aqui em Picos mesmo porque quem participou desse curso já era professor, tinha vínculo com o Estado ou com o Município, tanto é que o município e os prefeitos das cidades circunvizinhas eram quem seguravam o curso através de recursos. Aí a gente aproveitou que veio esse curso para Picos através da Uespi e a gente conseguiu fazer esse curso em Regime Especial”. Nesse sentido, podemos afirmar e acreditamos que qualquer melhora na condição de vida do professor passa impreterivelmente pela melhoria de sua formação a partir do fomento de políticas educacionais de boa qualidade.

7.2.3 – Delineando a categorização do conteúdo da entrevista.

PERGUNTA 3 O que o(a) levou a cursar a graduação em Educação Física em Regime Especial?

SUJEITO 1 - Na época a necessidade de ter o nível superior mesmo.

SUJEITO 2 - Eu sempre tive afinidade e devido a minha irmã ser de uma turma anterior também despertou ainda mais a minha curiosidade em cursar.

SUJEITO 3 - Foi justamente isso, a disponibilidade que eu não tinha na época de aula, eu dava aula no fundamental II e por conta desse regime especial que ofereceu numa época de férias era o mês de julho, janeiro e entrava um pouco fevereiro e ficou melhor para poder conciliar. **ENT.:** Já trabalhava na área antes?; Já trabalhava, eu já dava aula no ensino fundamental II.

SUJEITO 4 – Inicialmente, eu já estava trabalhando com a educação básica e tinha a necessidade de fazer um curso superior, no início Educação Física não era minha primeira opção mas por ter um certo envolvimento, por gostar de futebol fiz o vestibular em Educação Física justamente pensando em ser treinador de futebol e acabei enveredando para a área do treinamento de força que hoje vejo que é realmente o que tinham guardado da área para mim.

SUJEITO 5 - Aqui na cidade de Picos, como eu já falei anteriormente, eu sempre tive vontade de fazer esse curso de Educação Física e aqui na cidade de Picos nessa época só tinha em Regime Especial e não pensei duas vezes, corri atrás.

SUJEITO 6 - Foi por exatamente ter aparecido nesse período, foi ofertado nesse período para a gente que já trabalhava na área então ter a oportunidade de fazer um

curso superior porque também vinha a lei para vir atrás porque não iria mais se aceitar mais ninguém.

SUJEITO 7 - Como eu falei, eu já tinha outra graduação mas meu sonho era o curso de Educação Física e na época eu não tive oportunidade porque Picos não tinha o regime regular, então surgiu no Regime Especial, eu fiz a seleção e fui selecionada e consegui passar, então foi principalmente por um gosto pessoal, uma vontade pessoal.

SUJEITO 8 - Primeiro porque era uma área que eu me identificava demais, segundo, como já falei anteriormente, já estava trabalhando então a necessidade se tornava ainda maior.

SUJEITO 9 – Bom, o que me levou a cursar esse curso foi a necessidade que a gente tinha aqui em Picos de aprender alguma coisa a mais em Educação Física, as disciplinas que a gente não conhecia a gente passou a ter conhecimento de modo que nós tivemos a oportunidade de aplicar mais conhecimentos para os alunos.

SUJEITO 10 - Eu gosto da disciplina, me atraiu, eu queria trabalhar não só conteúdos em sala de aula, a outra parte, a parte física, a parte emocional das crianças que é o que a gente mais trabalha, a gente ver a dificuldade numa sala de aula em que você está trabalhando só português, matemática, essas disciplinas a dificuldade que as crianças tem de ter uma momento de lazer, de jogar para fora toda aquela adrenalina que elas tem na sala de aula então isso me chamou atenção, por isso que eu escolhi.

SUJEITO 11 - Na verdade, como eu sempre gostei eu comecei a trabalhar com Educação Física desde muito cedo, eu tinha dezessete anos, ainda era estudante, aqui no Ipiranga ainda não tinha nenhum profissional e na época não era obrigatório, então quando surgiu a primeira turma eu já trabalhava com educação física, então de lá eu fui me especializando, sempre corri atrás e até hoje estou aí agora ajudando os meus alunos.

7.2.3.8 - CATEGORIZAÇÃO DO CONTEÚDO A TERCEIRA PERGUNTA

QUADRO 8 - Unidade de significados

Categorias	SUJEITOS										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1
Necessidade de ter um curso superior	x		X	x	X	X		x	x	x	X
Despertou curiosidade em fazer o curso		x									
Já trabalhava na área, Fiz o curso de Educação física vontade pessoal	x		X	x		X	x	x		x	X
A obrigatoriedade de ser formado, para ser professor						X					
Pessando em ser treinado de futebol, fiz o curso de Educação Física				x							

A categoria ‘Necessidade de ter um curso superior’ representa 82% dos sujeitos entrevistados’. O significado desse discurso é podemos afirmar a necessidade dos sujeitos em realizar o sonho pela formação em nível superior, sonho possível com a interiorização e a expansão da Uespi, dando oportunidade a docentes vinculados ao sistema educacional da cidade sem a formação adequada para exercer a docência com decência. Este fato é relatado por 72% dos sujeitos (1,3,4,6,7,8,10 e 11) que disseram que ‘Já trabalhavam na área, fizeram o curso de educação física por vontade pessoal’.

7.2.4 – Delineando a categorização do conteúdo da entrevista

PERGUNTA 4 - Fazer um curso superior em educação física foi uma imposição da lei, da secretária de educação da época ou a necessidade em formação de ensino superior?

SUJEITO 1 - Já era muito exigida a questão da formação superior, para a gente conseguir um trabalho as escolas já estavam cobrando muito, para exercer a função de personal trainer o conselho também estava cobrando muito isso, então houve essa necessidade e também a realização de um sonho.

SUJEITO 2 - A necessidade de formação de um curso superior

SUJEITO 3 - Na época tinha muito professor que não tinha nível superior, então a gente tinha a necessidade de fazer a graduação mas não tinha como dar aula e ao

mesmo tempo fazer no regime regular, então eles pediram que a gente fizesse o vestibular na época para a gente poder ter o curso de graduação.

SUJEITO 4 – Inicialmente, era a necessidade da formação de nível superior mas assim que eu ingressei no curso me encantei com a área. É uma área que para mim, como todo popular, eu tinha uma ignorância com relação ao treinamento de força e depois de cursar, enfim amei o curso e hoje vivo do curso, vivo da minha formação.

SUJEITO 5 - Com certeza foi uma necessidade da formação em nível superior, necessidade, todo professor hoje tem que estar o quanto mais especializado ele estiver melhor, eu já falei anteriormente.

SUJEITO 6 - Foi tudo isso aqui porque como eu também, eu já trabalhava, vinha a lei e eu também já ia assumir a coordenação, mais uma forma que eu tinha que cursar.

SUJEITO 7 - A minha procura foi por questão mesmo pessoal, eu tinha vontade de fazer, tinha vontade de trabalhar na área e eu já via que o campo tinha espaço para essa área então eu já sabendo que tinha essa imposição da lei então eu já fui me preparando pra trabalhar nessa área.

SUJEITO 8 - Foi do querer mesmo de buscar novos conhecimentos, de adquirir maiores conhecimentos, também tem um porém, como até o senhor falou antes que seria da lei, existia também isso só tem eu como seis outros alunos que você vai ver depois dentro dessa turma, nós entramos como comunidade porque teve vagas e nós fizemos o vestibular, a gente não entrou como pessoas que era das cidades de prefeitura que eram colocados não; nós, como tinha vaga e foi aberto o vestibular, nós fizemos então conseguimos entrar nessas vagas, tinha 5 vagas para a comunidade.

SUJEITO 09 - Não, eu já tinha um curso, embora tenha sido de licenciatura curta, mas a lei não impunha que eu tinha que fazer um curso pleno, a gente era quem tinha a escolha de melhorar a nossa situação, ter mais conhecimento, se atualizar porque o curso da gente era muito antigo, então a gente passou a ter melhor conhecimento da disciplina.

SUJEITO 10 - Não foi uma imposição, foi uma necessidade de ter um curso superior realmente, queria ter um curso superior e eu optei pelo curso de Educação Física.

SUJEITO 11 - Na época não era obrigatório ainda porque era a primeira turma e não tinha alunos formados mas daí pra cá já era obrigatório, então graças a Deus eu já estava estudando, quando se tornou obrigatório nas escolas eu já estava regular.

7.2.4.9 - CATEGORIZAÇÃO DO CONTEÚDO DA QUARTA PERGUNTA

QUADRO 9 -Unidade de significados

Categorias	SUJEITOS										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1
Já era muito exigido a questão da formação superior, a imposição da lei	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X
Conselho já estava cobrando	X										
A realização de um sonho.	X										
Sempre tive vontade de fazer o curso de Educação Física,							X				
Fiz para melhorar a nossa situação, ter mais conhecimento									X		
Não, eu já tinha um curso mesmo curta									X		

Nessa categoria configura-se que 91% dos sujeitos entrevistados demonstram conhecimento sobre a importância e a necessidade da formação em nível superior; segundo o sujeito 1, 16% , o “conselho profissional já estava cobrando” a necessidade de atender ao processo de regularização profissional junto ao conselho profissional de educação física, regulamentado em 01 de setembro de 1996, pela Lei 9696/98, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física, que em seu artigo 1ª designa que “o exercício das atividades de Educação Física [...] é ser prerrogativa dos profissionais de Educação Física [...] e possuidores de diploma em Educação Física oficialmente autorizado ou reconhecido”. Nesse sentido, a Uespi, no processo de interiorização, também se apresenta como uma instituição de ensino superior preocupada com a formação, no sentido de legalização de docentes que atuam no exercício de professor na rede básica de ensino sem sua devida qualificação profissional.

7.2.5 Delineando a categorização do conteúdo da entrevista

PERGUNTA 5 – Em sua opinião qual foi o papel da Universidade Estadual do Piauí para sua formação como professor de Educação Física no ensino básico?

SUJEITO 1 - Foi muito importante, fez toda a diferença

SUJEITO 2 - O papel da universidade estadual foi importante também, porque foi através dela que eu realizei meu curso superior

SUJEITO 3 - Foi muito importante, muito mesmo porque se eu não tivesse feito eu acho que hoje eu não estaria com 17 anos dando aula de Educação Física na rede particular e já passei também pela rede municipal.

SUJEITO 4 - A Uespi, ela teve um ponto fundamental para mim porque até então se eu não tivesse cursado o curso de Educação Física eu estaria na educação básica, eu era concursado na época, a lei me amparava mas “galguei” outros ares que o curso me possibilitou, hoje, graças a Deus, sou bem sucedido em minha área, aqui, e isso só foi possível devido a minha formação no curso de Educação Física no momento na Uespi.

SUJEITO 5 - Ave Maria, eu sou muito grata à Universidade Estadual no campus de Picos que na época teve essa oportunidade de fazer esse curso, sou muito grata, sou grata mesmo

SUJEITO 6 - Foi o alicerce, o alicerce de Educação Física, foi lá que eu comecei a trabalhar, foi lá que eu comecei fazer meus cursos técnicos. A rede estadual sempre ofereceu esses meios para a gente trabalhar e se reciclar. **ENT.:** E na sua opinião a Uespi teve um papel relevante? **INF.:** Sim, a Uespi sim, era ela que fazia os cursos, os cursos vinham através da Uespi principalmente porque antes era para Teresina, nós íamos para Teresina como professor e depois que a Uespi teve um pólo em Picos aí então era em Picos os cursos técnicos.

SUJEITO 7 - Foi de grande relevância porque a Uespi me proporcionou a oportunidade de ter essa formação no curso de Educação Física para que eu pudesse trabalhar no ensino básico e futuramente no curso superior, que é onde eu estou atuando hoje.

SUJEITO 8 - Fundamental, muito bom, quer dizer como é que você tá dentro de uma área, qualquer área que a gente resolva assumir por mais que a gente diga que tem um certo conhecimento não é só assim, é preciso de muito mais, certo, lógico

agradeço a Uespi tudo isso, sempre a gente tem que ser muito verdadeiro, digamos assim honestos, foi um curso que ainda poderia ter sido melhor nós ainda não tínhamos as condições necessárias que a gente tinha para atuar é tanto que, às vezes, a gente passou algumas disciplinas como anatomia, atletismo, principalmente algumas nas áreas de prática, nós não tínhamos onde fazer. Como nossa turma tinha pessoas que já atuavam, nós íamos até nossas escolas onde a gente atuava, conversava com diretores, conseguimos quadras, conseguimos piscina, conseguimos, devido a amizade dentro da cidade, o terceiro BEC, o pouco que tinha para uma pista de atletismo para podermos cursar nosso curso de atletismo. Ficou a desejar na área de anatomia que não deu para está indo até Teresina, mas era uma turma toda com pessoas mais experientes entre aspas porque experiência todo dia se precisa, mas era uma turma que tinha condições de procurar meios para o curso acontecer e a gente foi juntando de um e de outro, tínhamos um aluno que se sobressaiu muito na área do atletismo, que é o Tourino, acho que alguém vai comentar sobre ele, tinha um material rico que nos ajudou, levou o material para a gente, ajudou o professor que podia vir cheio de materiais e isso foi juntando e o nosso curso só enriqueceu com tudo isso.

SUJEITO 9 - Bom, o papel da UESPI foi de fundamental importância primeiro para modernizar os professores que não tinham esse curso, também valorizar a cidade. A gente teve a oportunidade assim como os companheiros tiveram de modernizar o curso da gente, e a gente se comparar a outros professores de outras cidades que tinham curso em Licenciatura Plena em Educação Física.

SUJEITO 10 - Foi fundamental, me trouxe muita experiência, muito aprendizado, para mim foi indiscutível o papel da universidade, a Uespi; não deixou nada a desejar, apesar de ser um curso só no período de férias, a gente aproveita bem, a gente consegue lidar e para mim foi fundamental.

SUJEITO 11 - Foi muito bom porque eu já gostava e com o nível superior só me ajudou porque lá trouxe mais conhecimentos, me ajudou a correr atrás e só me engrandeceu como profissional da área.

7.2.5.10 - CATEGORIZAÇÃO DO CONTEÚDO DA QUINTA PERGUNTA

QUADRO 10 - Elaborado com as frases com mais unidade de significados

Categorias	SUJEITOS										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1
Foi muito importante, fez toda a diferença para a nossa formação.	x	x	x	x	X	X	x	x	x	x	X
Através dela realizei o meu sonho, oportunizou ser o que sou hoje, professor de educação física.		x	x			X					
A Uespi teve um ponto fundamental, eu já era da rede mas a minha formação possibilitou galgar maiores posições na profissão				x							
O curso não deixou nada a desejar, apesar de ser em regime de férias, trouxe mais conhecimento, só engrandeceu como profissional da área.										x	x

“Foi muito importante, fez toda a diferença para a nossa formação”, essa foi a afirmativa que teve maior convergência entre os discursos dos sujeitos entrevistados, sendo 100% desses. Ao nosso ver, isso representa a relevância do curso em Regime Especial na cidade de Picos, condiz com o papel da Uespi no cumprimento do seu papel acadêmico e a responsabilidade pela formação dos nossos professores em nível superior, até então professores com formação em nível básico. Para os sujeitos 2, 3, e 6 (27% dos sujeitos entrevistados), “através dela realizei o meu sonho, oportunizou ser o que sou hoje, professor de educação física”; estas falas vêm demonstrar assim a gratidão, a possibilidade de realização de um sonho, de aproximação melhor com a realidade do cotidiano escolar, através dos conhecimentos adquiridos durante a formação. “A Uespi teve um ponto fundamental, eu já era da rede mas a minha formação possibilitou galgar maiores posições na profissão” – esta afirmativa dita pelo sujeito 4 representa 9% dos entrevistados. “O curso não deixou nada a desejar, apesar de ser em regime de férias, trouxe mais conhecimento, só engrandeceu como profissional da área” – esse discurso dito pelos sujeitos 10 e 11, representando 18% dos entrevistados, relata ao nosso ver uma convergência entre todos os sujeitos entrevistados nas três cidades, destacando a influência da Uespi nesse processo de formação e de transformação de suas práticas pedagógicas.

RESULTADO DA ENTREVISTA DOS PROFESSORES DA CIDADE DE FLORIANO

7.3.1 – Delineando a categorização do conteúdo da entrevista

P1 – Qual o seu percurso formativo até tornar-se professor(a) com nível superior?

SUJEITO - 1 - Na minha terra, eu fiz até o ensino fundamental maior, oitava série, fui para Floriano e lá continuei o ensino médio no atual Instituto Federal. Logo após eu fiz o técnico em Informática e depois disso entrei na universidade para o curso de Educação Física de período especial.

SUJEITO – 2 - Em primeiro momento, quando eu terminei o ensino fundamental, passei um tempo parado porque aqui não tinha ensino médio; um ano depois a coordenadora na época conseguiu um ensino médio para cá e eu fiz parte da primeira turma do ensino médio daqui da cidade. Na época, quando eu estava cursando o terceiro ano eu fui o único aluno de todo o terceiro ano a conseguir entrar na faculdade.

SUJEITO 3 - Eu estudei o ensino básico todo em escola particular, fiz o meu terceiro ano no Colégio Potencial e meu primeiro vestibular foi para Educação Física na Uespi que eu passei e fui cursar.

SUJEITO 4 - Primeiro apareceu a oportunidade de Letras-Português na universidade da Uespi, foi a primeira oportunidade que teve pra gente, foi regime normal e no horário noturno porque eu trabalhava e fui fazer esse curso. Depois eu comecei fazer curso de inglês porque me interessava para exatamente numa especialização ter um nível maior, mestrado e quando apareceu a oportunidade da Educação Física foi que eu me engajei nela.

SUJEITO 5 - Eu era professora do ensino fundamental I numa sala regular antes de fazer a graduação.

SUJEITO 6 - Bom dia, antes de entrar na universidade eu fiz meu ensino fundamental II e I todo na cidade de Guadalupe e como a cidade é pequena meus pais me trouxeram para Floriano, onde eu cursei o ensino médio. Vim cursar o técnico em Enfermagem no Colégio Agrícola e depois adentrei na universidade como primeiro curso na área de Pedagogia no Regime Especial também. Quando vim fazer o vestibular para Educação Física, acreditando que daria para eu levar os dois

curso só que quando fui fazer a matrícula os dois acabaram no mesmo horário e acabei optando por ficar em Educação Física e tranquei o curso de Pedagogia.

SUJEITO 7 - Bom, primeiro eu fiz ensino médio concomitante com o curso técnico de enfermagem na Universidade Federal do Piauí, campus aqui de Floriano, e depois que eu terminei meu curso técnico eu resolvi tentar o vestibular pra licenciatura.

SUJEITO 8 - Bem, eu cursei o ensino médio, logo em seguida eu fiz o curso pedagógico, fui pra UESPI no período regular e cursei o curso de Ciências Biológicas mas não tinha me encontrado ainda, então eu me identifiquei desde sempre com atividades, então optei a fazer o curso de educação física.

7.3.1.11 - CATEGORIZAÇÃO DO CONTEÚDO A PRIMEIRA PERGUNTA

.QUADRO 11

Categorias	SUJEITOS							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Cursei o ensino médio e o técnico em Informática e Enfermagem	x	x	x	x	X	x	x	x
Fiz o ensino médio e o curso técnico de Enfermagem						x	x	x
Fiz o curso pedagógico								x
Fiz Letras-Português na Uespi				x				
Eu já era professora do ensino fundamental antes de fazer a graduação					X			

A análise do percurso formativo dos sujeitos entrevistados revela que 100% deles, antes de iniciar o curso superior, possuíam a formação ensino médio e, além dos cursos técnicos de Informática, Enfermagem e pedagógico, o sujeito 4 (12% dos entrevistados), antes de iniciar o curso de Educação Física, já tinha o curso superior em Licenciatura em Letras Português. Apenas o sujeito 5 (12% dos entrevistados) pertencia à rede de ensino antes de fazer o curso em Educação Física, e 88% dos sujeitos entrevistados fizeram o curso em Regime Especial sem pertencer à rede municipal e estadual, contrariando os objetivos da formação em Regime Especial, que era designado para docentes pertencentes à rede de ensino. “O **REGIME ESPECIAL** foi instituído com o objetivo primordial de qualificar e habilitar os professores que atuavam nas redes Estadual e Municipal de ensino do Piauí e de

outros Estados, através de Convênios/contratos assinados com as prefeituras e secretarias de estados da educação”.

7.3.2 – Delineando a categorização do conteúdo da entrevista

PERGUNTA 2 - Qual a sua opinião a respeito da formação na graduação em regime especial realizado pela UESPI?

SUJEITO 1 - Bom, pra mim foi excelente como qualquer outro curso superior, muito corrido realmente, bem dadas as matérias num tempo mais corrido. Mas a gente soube aproveitar e aprender bastante, foi bem importante, serviu bastante e até hoje tem muita coisa que a gente usa no dia-a-dia.

SUJEITO 2 - Bom, hoje para mim é a base de tudo, tudo o que eu conheci eu aprendi ali, foi o início de tudo, apesar da carência, porque na época era muito sacrifício, a gente ganhava pouco, minha mãe ajudava, ganhava mal e a gente tinha que ter casa alugada, alimentação. Apesar de ser um curso rápido, que era só nas férias, mas pra mim foi tudo, foi onde eu aprendi tudo, minha base, foi onde eu comecei.

SUJEITO 3 - Assim, na época eu não tinha muita noção das coisas, mas eu achei que era bem puxado e isso os próprios professores diziam que era mais intenso que o Regime Normal mas depois que a gente sai da universidade é que a gente descobre que não sabe de nada.

SUJEITO 4 - Foi uma grande oportunidade, eu já trabalhava com Educação Física no Estado, eu tinha passado e quando apareceu a oportunidade fui para Educação Física. Eu já trabalhava com Letras-Português e quando apareceu a oportunidade da gente fazer principalmente no Regime Especial, era uma oportunidade que estava sendo oferecida, a Uespi fez uma seletiva e a gente foi aprovada.

SUJEITO 5 - Professor, eu acho muito importante, a qualidade do Regime Especial pra mim foi exemplar, foi muito importante, ela me deu todo o suporte de conhecimento em relação ao conteúdo, todo suporte de fundamento técnico, foi lá ele que me deu o embasamento total. O Regime Especial é certo que é um período corrido, que é um período intenso, mas que eu acho que é benéfico por conta de que a gente fica totalmente focada naquele período para o estudo.

SUJEITO 6 - Bem, só não acho muita vantagem porque é período de férias e o aproveitamento é assim, o aluno é quem tem que buscar fora da universidade;

mesmo não sendo período regular, a gente tem que buscar e o período especial se torna mais dificultado porque o que um aluno vê num período normal de quatro meses a gente vê uma disciplina em um mês, então o conteúdo é um pouco reduzido. A questão da dificuldade que a gente tinha com relação ao tempo era muito porque a maioria dos alunos da nossa turma era de fora, a gente não tinha muito acesso à internet, laboratório de informática, então assim a UESPI contribuiu e foi muito bom porque era pra professor no período, quem estava na docência, inclusive o Regime Especial eram as prefeituras que destinavam os professores, então foi bom porque foi uma formação que a gente obteve numa área que a gente quis fazer, a gente escolheu o curso. Foi bom essa questão da contribuição, mas eu senti muita dificuldade porque era muito reduzida a questão da carga horária.

SUJEITO 7 - Bom, é uma opção muito boa porque para a gente, principalmente, que trabalha o ano todo ou até mesmo para os professores só tem os meses de férias escolares; o mês de julho, janeiro e fevereiro abriram as portas pra gente fazer um curso de graduação.

SUJEITO 8 – Na verdade, por ser a primeira turma, a princípio, a gente encontra algumas dificuldades, mas no que se refere ao quadro de professores foi muito bom e em questão de estrutura foi procurado através da gestão atual os melhores locais para que a gente realizasse dentro do possível as nossas práticas.

7.3.2.12 - CATEGORIZAÇÃO DO CONTEÚDO DA SEGUNDA PERGUNTA

QUADRO 12

Categorias	SUJEITOS							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Foi importante, muito bom, excelente, muito corrido mas deu para aproveitar bem	X	x	x	x	X	x	x	x
Uma grande oportunidade oferecida pela a Uespi, já trabalhava com Educação Física no estado				x	X	x	x	
A UESPI contribuiu muito, era um curso pra professor						x	x	
Quadro de professores muito bom, em relação à estrutura a gestão procurava os melhores locais para as práticas, havia a questão da carga horaria reduzida						x		X
Eram as prefeituras que destinavam os professores						x		

Esta categoria é expressa por 100% dos sujeitos entrevistados. Destaca que a formação no Regime Especial “foi importante, muito bom, excelente, muito corrido mas deu para aproveitar bem”, e que 50% dos sujeitos (4,5,6 e 7) relatam que “foi uma grande oportunidade oferecida pela a Uespi, já que trabalhavam com Educação Física no estado”. Esta afirmação diverge do que foi dito em relação à 1ª pergunta, quando só o sujeito 5 afirmou que já trabalhava no estado como professor de Educação Física. Ainda se destaca o dito pelos sujeitos 6,7 e 8 (que representam 37,5% dos entrevistados), que o curso em Regime Especial “contribuiu muito para formação, com um quadro de professores muito bom; mesmo com a carga horária reduzida e não apresentando uma infraestrutura adequada a gestão do campus sempre procurava os melhores locais para as aulas práticas”. Neste contexto, o sujeito 6 (representando 12,5% dos entrevistados) demonstra conhecimento da obrigatoriedade da formação prevista no plano decenal, na Lei de Diretrizes e Bases e a Lei 9.424/96, a Lei do Fundef, no seu artigo 9º parágrafo 2º, a qual determina que, nos primeiros cinco anos a contar de sua publicação, “parte dos recursos destinados à remuneração do magistério poderia ser aplicado na capacitação dos professores leigos em atuação no ensino fundamental”.

Corroborando esse contexto, a Lei 9493/96 já passava a exigir como qualificação mínima a “formação em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, com habilitação específicas em área própria, para a docência nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio” (BRASIL, 1996).

Ressalte-se aqui, mais uma vez, a importância da Uespi nesse processo. Acreditamos que qualquer melhora na condição de vida do professor passa, impreterivelmente, pela melhoria de sua formação a partir da formulação de políticas educacionais inseridas na década de 90.

7.3.3 – Delineando a categorização do conteúdo da entrevista

PERGUNTA 3 - O que a (o) levou a cursar a graduação em Educação Física no Regime Especial?

SUJEITO 1 – Bom, eu procurei fazer um curso superior em Regime Especial e me identifiquei com o curso de Educação Física, olhei os demais e não me interessaram e o de educação física foi o que mais me chamou atenção.

SUJEITO 2 – Na época, é porque eu não queria ficar parado, acho que eu tinha a necessidade de fazer algum curso, alguma coisa e como aqui não oferecia essas coisas a gente tinha que correr atrás, que era outra cidade e cidade de fora. O que me levou a cursar a graduação é porque na época a nossa cidade toda vida foi carente, carente em tudo; eu senti a necessidade de fazer algum curso, algo a mais e o que me levou a fazer foi porque minha mãe disse assim, minha mãe é professora aposentada, que antes dela morrer ela queria que eu chegasse pelo menos onde ela chegou e foi um dos incentivos que tive pra correr atrás de um curso de graduação.

SUJEITO 3 – Não foi assim uma escolha, vou fazer no Regime Especial, lançou o edital na época e foi uma oportunidade que eu tive de fazer, não era porque eu era professora e precisava daquele regime especial, que na verdade era pra isso.

SUJEITO 4 – Primeiro foi o tempo e segundo a necessidade, eu já trabalhava na área e eu precisava me formar em Educação Física.

SUJEITO 5 – Professor, eu acho muito importante a qualidade do Regime Especial, pra mim foi exemplar, foi muito importante, ele me deu todo o suporte de conhecimento em relação ao conteúdo, todo suporte de fundamento técnico foi lá, ele que me deu o embasamento total. O Regime Especial é certo que é um período corrido, que é um período intenso, mas que eu acho que é benéfico por conta de que a gente fica totalmente focado naquele período para o estudo.

SUJEITO 6 – A questão da Educação Física não foi bem uma escolha que eu fiz com muita vontade, não vou mentir, fui uma aluna de ensino médio e não gostava de Educação Física, eu mesma no período sempre dava atestado médico e nunca participei das aulas mas as opções que tinham lá na grade curricular não eram muitas e a que mais me condizia comigo foi Educação Física; então eu fui pra Educação Física não foi nem por uma questão de querer, foi uma opção que tomei tomando por base as opções que tinham lá e Educação Física foi a que mais me agradou. Mas hoje confesso que me apaixonei pela área e não quero mais sair dela.

SUJEITO 7 – Eu trabalhava na época durante manhã e tarde, todos os dias, só tinha um mês de férias durante o ano, então a única opção que eu tinha era tentar o Regime Especial porque só daria certo no regime de mês de julho, janeiro e fevereiro ou então eu de opção ou o trabalho ou o estudo. E aí eu consegui conciliar tanto o trabalho como os estudos nos meses de férias.

SUJEITO 8 - Ao cursar educação física, na verdade, como eu já falei, é uma vocação, é um amor que eu tenho desde sempre e como eu já trabalhava ficava mais difícil de cursar no período regular, então eu procurei o período especial e fui agraciada pela Uespi, que nos forneceu essa oportunidade.

7.3.3.13 - CATEGORIZAÇÃO DO CONTEÚDO DA TERCEIRA PERGUNTA

QUADRO - 13

Categorias	SUJEITOS							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Os demais não me interessava, o curso de educação física foi o que mas me chamou atenção.	x	x	X			x		
Não queria ficar parado, tinha a necessidade de fazer um curso superior		x		x				
Já era professora, precisava fazer o curso superior			x	x			x	x
Pela qualidade do regime especial, O regime especial é um período corrido, um período intenso, mas que eu acho que foi benéfico por conta de que a gente ficar totalmente focado naquele período para o estudo.						x		x
O curso de Educação física não foi bem uma escolha, não gostava de Educação Física no ensino médio, terminei me apaixonando, Fiz o curso por vocação, por amor						x		x

A categoria “Foi o curso que mais me chamou a atenção”, “Não queria ficar parado”, “O curso de Educação Física não foi bem uma escolha”. “No ensino médio não gostava de Educação Física” - representado pelos sujeitos 1,2,4,6 e 8 (50% dos sujeitos entrevistado) nos oferece um significado de que os sujeitos cursaram Educação Física não por vocação e sim porque não tinham outro curso a ser oferecido e nos remete que o curso foi ofertado a alunos que não pertenciam à rede de ensino. Retrata o distanciamento da proposta do Regime Especial, ou seja, fora do perfil proposto para o curso de modelo de formação em serviço ou em treinamento em serviço (art.87 § 4, BRASIL, 1996). 50% dos sujeitos entrevistados (representados pelos sujeitos 3,4,7 e 8) “já trabalhavam na área, fizeram o curso de educação física por vontade pessoal”. Neste sentido, justificando a necessidade da formação e a busca da qualificação profissional. Os entrevistados 6 e 8 (25% dos

sujeitos) destacam a “qualidade do regime especial, mesmo sendo um período intenso, foi benéfico no processo de formação” e acentuam que “todos estavam focados naquele período”. Nesse sentido, pode-se concluir que, mesmo com todas as deficiências estruturais do Regime Especial citado pelos entrevistados, a formação em Regime Especial tornou-se, nesse período, a opção para os docentes em serviços e outros aprovados para cursar Educação física. Foi relevante para a mudança do perfil dos docentes em suas respectivas cidades e para o sistema educacional do Piauí.

7.3.4. – Delineando a categorização do conteúdo da entrevista

PERGUNTA 4 - Fazer um curso superior em Educação Física foi uma imposição da lei e da secretaria de educação da época ou a necessidade em formação de ensino superior?

SUJEITO 1 - Foi a necessidade de fazer a formação de ensino superior. Até então eu não trabalhava na área de ensino, eu tinha concluído e não atuava ainda na área, então foi a necessidade mesmo de fazer um curso superior.

SUJEITO 2 – Bom, na época, como eu não trabalhava como professor, foi a necessidade, eu tive a necessidade de fazer um curso superior; só que eu não sabia que era Educação Física, mas quando eu vi a lista à disposição para minha cidade foi a que mais me chamou atenção, Educação Física.

SUJEITO 3 – Foi a formação em nível superior mesmo.

SUJEITO 4 – As duas. Tanto a lei me cobrava uma graduação como eu precisava continuar no cargo, eu tinha que me formar, então por isso que eu fiz também, são as duas.

SUJEITO 5 – Eu tinha uma queda para a Educação Física e o curso superior foi uma necessidade de formação de curso superior e Educação Física foi porque eu adorava esporte, então eu fui pra linha da Educação Física. **ENT.:** Nesse caso, não foi imposição da lei? **INF.:** Não, não foi. Foi uma escolha, uma necessidade para eu me graduar.

SUJEITO 6 – A questão foi uma imposição da lei porque todos os professores tinham que ter formação; já a questão da escolha do curso de Educação Física não foi porque eu gostava da área, pra mim foi o curso que mais me adequou, mas foi imposição da lei e da secretaria também.

SUJEITO 7 – Não, foi a necessidade de uma formação em curso superior; eu queria licenciatura porque eu sempre quis ser professora e eu gosto muito do lúdico, gosto muito de brincar e era a área que eu achava que ia me encaixar melhor era a Educação Física.

SUJEITO 8 - Na verdade uma imposição não foi, mas como eu já falei anteriormente foi uma vocação; eu já tinha um curso superior, já atuava na educação, inclusive com Educação Física, e por gostar e ter a oportunidade eu fui atrás e busquei, e hoje já estou com 20 anos trabalhando na área.

7.3.4.14 - CATEGORIZAÇÃO DO CONTEÚDO DA QUARTA PERGUNTA

QUADRO 14 - Elaborado com as frases com mais unidade de significados

Categorias	SUJEITOS							
	1	2	3	4	5	6	7	8
A necessidade de fazer a formação superior	x	x	x		x		x	X
A imposição da lei				x		X		
Um imposição da Secretaria de Educação						X		

Esta categoria foi criada no sentido de atender a 75% dos sujeitos entrevistados, que confirmam a necessidade da formação, a vontade de entrar na universidade e também a oportunidade de novos horizontes, novas oportunidades, buscar a especialização da área de Educação Física. 25% buscaram a formação pela imposição da lei (sujeitos 4 e 6); 12% (sujeito 6) afirmam que fizeram o curso pela imposição da Secretaria de Educação. De acordo com o que foi dito pelos sujeitos 1,2,3,5,6, 7 e 8, “foi uma necessidade em formação de nível superior e a vontade de entrar na universidade”, o que confirma a necessidade dos professores que atuavam no ensino na cidade de Floriano, a falta de oportunidade em ter uma formação em nível superior. Isto vem a confirmar a relevância da presença da Uespi na implantação do curso em Regime Especial: atender à demanda em oportunizar ao professor uma formação em nível superior e a busca de melhorar a competência e melhoria profissional dos docentes.

7.3.5 – Delineando a categorização do conteúdo da entrevista

PERGUNTA 5 – Em sua opinião, qual foi o papel da Universidade Estadual do Piauí para sua formação como professor de Educação Física no ensino básico?

SUJEITO 1 - A universidade, com sua equipe e professores, foi excelente, o único problema foi a nossa necessidade e uma deficiência da estrutura física para atender o curso, no caso, quadra de esportes e alguns materiais. Mas em relação ao corpo docente não deixou a desejar, foi ótimo, os professores ajudaram bastante e hoje são colegas e amigos que quando a gente se cruza pode contar com eles, sempre dá apoio. Então, só mesmo o lado da parte material e física para atender o curso de Educação Física que é necessário.

SUJEITO 2 – Bom, eu posso dizer hoje com toda a certeza que foi a base de tudo, muito importante, que se não tivesse sido a Uespi ter aberto essa possibilidade eu acho que eu não teria chegado ao que eu sou hoje, meu ganha-pão hoje, meu reconhecimento; é tanto que o senhor falou “quem é o professor Galego?” e todo mundo me conhece como professor Galego, então acho que eu devo desde essa época aí, é tanto que na época também tem uma história de que eu ia fazer escondido da minha mãe e por incrível que pareça eu não tinha o dinheiro de pagar a inscrição e eu tentando enrolar, mas eu sou ruim de mentira e aí eu inventei uma história lá e consegui; ela emprestou e um primo meu lá da cidade de Floriano foi quem ligou e disse “teu nome tá aqui, tá constando que tu passou”. Para minha mãe foi o presente do ano e eu não esqueço disso nunca.

SUJEITO 3 – Bom, foi assim, eu nunca sonhei em ser professora de Educação Física, como eu disse foi uma oportunidade; só que no primeiro bloco eu me apaixonei realmente pelo curso, me apaixonei pela área e foi muito importante para mim porque me ajudou a descobrir essa vocação que eu nem sabia que eu tinha, graças a Deus, tenho sido bastante feliz na minha profissão até agora e bastante realizada, consigo sobreviver dela e muita gente não.

SUJEITO 4 – Foi maravilhosa a oportunidade que a Uespi fez ao professor, existiu nessa época exatamente pra isso, quem está na área e não é formado, então foi uma oportunidade assim que foi mandada por Deus porque a gente necessitava, principalmente aqui em Floriano. A gente tinha regime normal no horário da manhã e da tarde mas esse Regime Especial a gente não tinha, foi maravilhoso, só tenho a agradecer.

SUJEITO 5 – Foi lá que eu tive todo o embasamento, o embasamento didático para que eu pudesse ser uma professora com uma boa qualidade, tivesse uma boa qualidade em relação ao desempenho da minha profissão; foi lá que eu recebi todo o aparato, o embasamento didático mesmo. **ENT.:** Na sua opinião, o curso de regime especial não deixou nada a desejar? **INF.:** Não deixou nada a desejar, nada a desejar em relação aos outros cursos que eu via e pela atuação que eu vejo os outros profissionais da minha área que eu tenho contato, eu não deixei nada a desejar.

SUJEITO 6 – Foi muito importante assim como qualquer instituição de ensino superior; na vida da gente é sempre importante a gente buscar instâncias superiores para nós adquirirmos conteúdos no decorrer da nossa vida, então a UESPI contribuiu muito, devo muito a UESPI; como eu já falei, antes cursei a metade do curso de pedagogia, terminei Educação Física, lá estou querendo ingressar como professora do quadro, então eu acredito assim: a UESPI tem as suas desvantagens como qualquer outra instituição; tem, mas contribuiu muito para minha formação.

SUJEITO 7 – Não, pra mim foi tudo porque depois de fazer meu curso de Educação Física, hoje, eu sou uma professora concursada do estado do Piauí, ganho bem melhor, inclusive, já consegui fazer minha pós-graduação; sou realizada graças a Deus e agradeço muito à oportunidade da UESPI com o curso de férias. Já estou na minha segunda graduação e daqui pra frente é estudar porque o estudo não para.

SUJEITO 8 - Na verdade, me deu todas as estruturas teóricas para que eu pudesse atuar de forma eficaz nas minhas atividades na educação básica, que até então eu tinha na teoria, aliás, na prática. Então, eu peguei a teoria, a experiência dos meus mestres e isso eu aplico até hoje.

7.3.5.15 - CATEGORIZAÇÃO DO CONTEÚDO DA QUINTA PERGUNTA

QUADRO 15 - Elaborado com as frases com mais unidade de significados

Categorias	SUJEITOS							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Foi excelente, com uma equipe de professores que não deixou nada a desejar na nossa formação, foi a base de tudo	x	x	x	x	X	x	x	x
Eu nunca sonhei em ser professora de Educação Física e a Uespi me deu esta oportunidade, me fez descobrir minha vocação profissional			x					

Uma boa qualidade no desempenho da docência, ofereceu toda a estrutura teórica, embasamento para eu atuar no ensino básico				x				x
---	--	--	--	----------	--	--	--	----------

“Foi muito importante, fez toda a diferença para a nossa formação, uma equipe de professores que não deixou nada a desejar, foi a base de tudo” – essa foi a que teve maior convergência entre os discursos dos sujeitos entrevistados, sendo 100% desses. Ao nosso ver, representa a relevância do curso em Regime Especial na cidade de Floriano, condiz com o papel da Uespi no cumprimento de sua missão papel acadêmico e a responsabilidade pela formação dos nossos professores em nível superior naquele momento histórico da Uespi. Para o sujeito 3 (representando, 12% dos entrevistados), na cidade de Floriano : “[...] Eu nunca sonhei em ser professora de Educação Física e a UESPI me deu esta oportunidade, me fez descobrir minha vocação profissional [...] Uma boa qualidade no desempenho da docência, Ofereceu toda a estrutura teórica, embasamento para me atuar no ensino básico [...]”. Já os sujeitos 4 e 8 (representando 24% dos entrevistados), possibilitando a convergência entre todos os sujeitos entrevistados nas três cidades, destacam a influência da Uespi nesse processo de formação e de transformação de de práticas pedagógicas dos sujeitos.

Nesse sentido, o final dessa análise possibilita-nos ver a configuração historiograficamente contada pelos 56 sujeitos participantes da pesquisa, destacando a importância e a relevância da Universidade Estadual do Piauí no período temporal de 1998 a 2006, em diferentes espaços geográficos, possibilitando, mesmo no contexto de suas limitações estruturais, a realização de sonhos de vários docentes com longo tempo de docência, que realizaram sua formação acadêmica em nível superior através do Regime Especial.

7.6 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RESULTADO DE INTERCLUSÃO

7.6.1 - DADOS PARA ANÁLISE SOBRE AS ENTREVISTAS DE PROFUNDIDADE

Nesse trabalho, conforme apontam as entrevistas, a prática dos formadores é apontada pela maioria dos egressos como tradicional e de qualidade. Nesse sentido, as entrevistadas expressam, ainda, que pautam suas práticas em sala de aula nas orientações do curso de formação em Regime Especial. A relevância das práticas dos professores, na pesquisa, expressa o que Shiroma e Evangelista (2004) pontuam como “contribuição direta para as práticas profissionais”.

Nesse sentido, os questionários aplicados aos pesquisados revelam que os professores estudados tinham na sua maioria titulação de magistério, mas expressavam ter pouco domínio de questões conceituais e didáticas no fazer da sala de aula. Prática essa revelada pela maioria dos entrevistados. Pontuam ainda os limites de suas práticas; mesmo após a formação, falam das mudanças nas práticas pedagógicas, um discurso positivo em relação ao curso em Regime Especial.

Isto nos revela ainda os limites da prática durante o curso nesse modelo aligeirado. Por outro lado, outros registros falam das mudanças na prática pedagógicas, um discurso positivo em relação ao curso em Regime Especial e seus desdobramentos em relação a novos saberes, transferência na modalidade de ensino, mudança na compreensão do conceito de Educação Física, considerados **muito importantes** – aspectos esses conquistados após a formação no Regime Especial.

Com o objetivo de contribuir com os estudos realizados sobre a formação de professores em Regime Especial, esta Tese envereda pelo caminho de pontuar as aproximações e também, em certos momentos, distanciamento da formação, por ser considerada uma formação de forma aligeirada. Conforme afirmam os trabalhos de Silva (2002), Oliveira (2002) e Pinho (2004), que

“limites dos cursos de férias para a formação de professores e a necessidade de se criarem condições para aspectos da relação formação, profissionalização e prática, que outros estudos não abordam e a pontam lacunas na prática dos professores formados em cursos de férias”, (2004, p.

Essa afirmação é corroborado pela fala dos sujeitos participantes da entrevista. Nesse sentido, a referida tese traz a discussão sobre políticas aligeiradas de for-

mação de professores em Regime Especial no Estado do Piauí, destacando a prática pedagógica e a influência de diversos aspectos, sejam econômicos, sociais e de formação na prática cotidiana do professor.

No padrão de entrevista semiestruturadas de profundidade como modelo de roteiro escolhido, desenvolvemos três questões-chave para as entrevistas, como recomenda Duarte (2008). Cada questão abordou um tema de interesse de discussão, de modo que se pudesse inter cruzar com questões já discutidas no primeiro momento da pesquisa. Foram elas:

QUESTÕES-CHAVE
1 – Qual a relevância de sua formação em Educação Física na modalidade Regime Especial, e o que representou sua formação nos aspectos pessoal, econômico e social?
2 – Em sua opinião, o currículo do curso atendeu à sua expectativa durante sua formação?
3 – Em sua opinião, os aspectos didáticos utilizados pelos professores-formadores foram suficientes para uma mudança na sua prática pedagógica cotidiana?

Os dados foram agrupados de modo que as questões levantadas a partir da entrevista de profundidade constituam um eixo de discussão sobre os professores alunos, fazendo uma congruência com os resultados verificados do questionário e as entrevistas realizadas no primeiro momento dessa tese.

Ao discorrem sobre a relevância de sua formação em Educação Física no Regime Especial, constata-se que essa foi muito importante, segundo relato dos entrevistados:

Sujeito Flo1: *“Em princípio, eu passei no concurso do Estado e eu já trabalhava na rede municipal, então quando eu fui trabalhar, eu vi a oportunidade que eu gostava de Educação Física e tinha essa sala de aula que eu poderia ir para Educação Física. Então, apareceu essa oportunidade da UESPI e eu entrei. Bons professores e como o tempo era muito corrido. Mas foi um curso muito bom. Tinha hora*

que como era muito corrido, eu tinha que fazer muitas coisas, rápido e prestar conta de todo o conteúdo”.

Sujeito Flo2: *“A Educação Física no Regime Especial pra mim foi primordial, eu fiquei mais focada, era corrido mas os objetivos foram alcançado, me deu mais oportunidade, era professora só com o magisterio, com a graduação em Regime especial melhorou minha vida como professora , mas valorizada, né?”*

Sujeito PC01: *Eu já era professora do estado, mas não de Educação Física, apareceu o curso regime especial ai eu disse é esse curso que quero fazer, [...], foi tudo de bom aqui em Picos foi esse regime especial “*

Nesse sentido, Paz (2007, p.158) afirma “a universidade como espaço privilegiado para a formação de professores, por articular ensino, pesquisa e extensão”. Isto corrobora os estudos de Dourado (2001, p.143), que pondera: “Sem negligenciar a fertilidade dos diversos cenários de formação, focaliza, especialmente, a universidade como lócus de formação de nível superior”. É nessa perspectiva que a presença da Uespi pode e deve ser considerada relevante nesse processo de oportunidade na formação de diversos professores pertencentes à rede de ensino básico, que até aquele momento histórico se encontravam sem formação em nível superior.

Corroborando aquela afirmação, os estudos de Pinto (2011, p.118) apontam “o reconhecimento do professor, como figura que desempenha papel importante na escolarização dos membros da comunidade” na qual atua, sendo um elemento que configura como realidade educacional de alguns municípios, constituindo parte do mundo social da cidade a qual está inserido.

Os professores entrevistados, quando indagados sobre o currículo, relatam a dificuldade encontrada, a perspectiva na mudança cotidiana em suas práticas pedagógicas, as mudanças nos saberes, a formação recebida etc. Nesse sentido, afirmaram:

Sujeito Flo1 – *“Sim, o currículo foi tão bom que a partir do momento que vivi o currículo do curso, abriu outros campos, minha cabeça, quer dizer, contemplou total, especializei em aluno especial”*

Sujeito Flo3 – O currículo? As disciplinas do currículo deixou a desejar, muito corrido as disciplinas, era estudada muito rápido, mesmo assim atendeu o nosso objetivo, o currículo do nosso do nosso curso a gente sai como Licenciado e bacharel, minha carteira do cref ... mesmo hoje vejo que deixou a desejar nas disciplinas do bacharel, [...] nosso currículo foi de 4 anos”

Sujeito PHB1 – “As disciplinas do currículo atendeu perfeitamente, houve um grande despertar da nossa parte, passamos a valorizar o nosso curso, eu já era professor de Educação Física, e só ministrava aula prática, só esporte, e o currículo deu mais oportunidade de conhecimento”

A estrutura curricular do curso de Educação Física da Universidade Estadual do Piauí, Regime Especial, estava alicerçada em disciplinas que provocavam uma renovação na preparação de profissionais para uma Educação Física de qualidade, harmonizada com renovações conceituais, incorporando perspectivas de uma Educação continuada e fazendo com que os egressos pudessem acompanhar os avanços tecnológicos e científicos da área. Nesse sentido o PPC estabelecia:

A proposta curricular do Curso, permitia a articulação entre a teoria e prática, como eixo complementares e justaposta, sendo a teoria uma fundamentação mediadora e transformadora da realidade, com respaldo na prática, [...], considerando que o futuro egresso necessitaria de uma formação dotada de competência técnica, prática científica e pedagógica sólida e que assuma uma postura ética, política e cidadã (UESPI, Preg, 1999, p. 13).

A formação do egresso possibilitou ter-se um perfil pautado em princípios éticos e com base no rigor científico e de natureza generalista, qualificado para o exercício da profissão docente, com um campo de estudo multidisciplinar e de intervenção profissional, por meio de diferentes manifestações da cultura do movimento humano, a partir de conteúdos que contemplava a matriz curricular com disciplinas específicas com 2.22 horas, Prática pedagógicas com 400 horas, atividades científica e culturais com 200h e estágio curricular com 400 horas.

Nesse sentido, para Neira e Nunes (2009, p.98)], ao se “elaborar uma proposta curricular, torna-se necessário selecionar uma parcela do capital cultural disponível na sociedade para ser partilhado e socializado com o público escolar”. Nesse sentido, as considerações comentadas pelos sujeitos da pesquisa demonstram a complexidade da estrutura curricular marcada pelos vários aspectos que a compõem, sejam eles de caráter social, político ou cultural. No currículo do Regime Es-

pecial aparecem complexidades nos aspectos estruturais no sentido de uma melhor aplicabilidade da teoria e prática pelo seu caráter de execução aligeirado.

No que concerne ao ser perguntado sobre os aspectos didáticos utilizados pelos professores formadores, se foram suficientes para mudança na sua prática pedagógica cotidiana, os entrevistados relataram:

Sujeito Flo1: *“Tudo! Porque saber é uma coisa, mas quando você vai para teoria e também para a prática, mas a teoria ensina muita coisa, porque você é eventual em alguma coisa, mas você tem nome[...] Então, quando a gente vai para a sala de aula, professora formada, a gente vai com mais ênfase, com novas estratégias”,*

Sujeito Flo2: *“Com certeza, professor. A gente... os fundamentos, né, lá repassados, eles nos norteiam na parte de como aplicar, do que aplicar nas faixas etárias que a gente tem que tem que estar obedecendo, não é uma coisa aleatória, é uma coisa embasada obedecendo regras, limites, então a gente tem que ter essa preocupação, né, e assim foi a minha fundamentação na UESPI que me deu muita base, muito conhecimento e a partir daí, eu pude avaliar o que eu tava fazendo de errado e aprimorar para fazer coisas certas”.*

Sujeito Flo3: *“Mudou assim, extremamente porque assim, quando a gente não tem a formação, né, a nossa prática pedagógica é de uma maneira, principalmente que Educação Física é uma área prática, né, se volta mais naquele tempo. Agora não, que já temos aulas teóricas na disciplina, mas antigamente, a disciplina era mais só prática... A prática pela prática, então quando eu comecei a ministrar, como eu não tinha ainda a formação propriamente dita na área, né, a minha prática pedagógica era um pouco assim, vamos dizer, monótona, porque eu não tinha ainda pleno conhecimento das habilidades que tinham que ser desenvolvidas nos alunos. Estratégia de aula no início, mas com o passar dos anos e com o final do curso, né, com certeza, minha prática foi melhorando, minhas aulas foram ficando mais bem elaboradas, meus planos de aula já ficaram melhores... já foram mais destinados à questão do desenvolvimento das habilidades dos alunos, né, em melhor desempenho deles, então foi bem melhor.”*

Sujeito PHB1: *“Mudou porque nós tínhamos sempre aquele planejamento que nós recebíamos, porque nós nunca fazíamos a olho nu, de jeito algum. Então, a gente se*

preocupava muito com a maneira mais adequada da gente proporcionar o melhor para os nossos alunos com os nossos trabalhos, que eram muito relevantes, as nossas aulas institucionais dentro da nossa própria Educação Física”.

Diante dessas questões, delimita-se a problemática deste estudo, buscando compreender a relevância do curso de Regime Especial diante da política de formação de professores, mediante a mudança na prática pedagógica na inovação de estratégias didáticas nas aulas de Educação Física no cotidiano de cada professor, na perspectiva da aproximação e distanciamento da política de formação de professores nesse modelo de treinamento em serviço de modo aligeirado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

“Ao chegar ao fim dessa tese, reconheço que eu escrevo isso, pois é isso que posso”
(Ricardo Rezer)

Saliento inicialmente que debater história não é estabelecer certezas, mas sobretudo reduzir o campo das incertezas; não é dizer tudo sobre determinadas realidade ou objeto, mas explicar o que nesses é fundamental, pois todas as nossas conclusões devem ser consideradas como provisórias, porque podem ser aprofundadas e revistas por trabalhos posteriores. Enfim, precisamos acreditar e saber que a história, ao mesmo tempo que nos ajuda a explicar a realidade, pode nos ajudar a transformá-la.

Há muito a fazer e a sistematizar sobre a história da formação docente em Educação Física. Espera-se que esse estudo sobre a formação docente em Educação Física no Regime Especial desenvolvida na Universidade Estadual do Piauí possa contribuir para o avanço do conhecimento no tema e estimular novas investigações que discutam essas e outras questões pertinentes.

Emfim, a partir de meados da década de 1990 e tendo como respaldo os preceitos legais, a educação brasileira foi sendo reformada em todos os níveis e modalidades. No campo específico da formação de professores, estabeleceu-se uma tendência em considerar a formação como elemento básico das reformas, pois a capacitação e a formação desses são percebidas como condição de mudança qualitativa na educação básica, em especial, na educação física.

É nesse panorama que programas especiais de formação de professores foram elaborados pelas IES, entre elas a Universidade Estadual do Piauí - UESPI, através do Regime Especial de formação de professores leigos que atuavam na educação básica no Piauí, respaldado pelas Leis 9394/96 (LDB) e 9.424/96, Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Esse ato legal, apesar das controvérsias, mesmo assim quanto ao alcance dos objetivos a que se propôs, provocou impacto no interior das escolas e nos sistemas de ensino, no que se refere à Década da Educação: formar no período de dez anos os professores leigos em exercícios e sem a devida qualificação. A Tese em estudo,

desenvoída pela Universidade Estadual do Piauí através do Regime Especial, inscreve-se no âmbito dessa política de formação de professores.

Enfim, muito se tem a fazer e sistematizar sobre a história da formação docente em Educação Física no Regime Especial configurado através da Universidade Estadual do Piauí. Sob o olhar desta pesquisa, não se encerra nada, ela talvez inaugure uma possibilidade de se fazer outras investigações que discutam estas e outras questões em sentidos diversos.

Reconhecemos, durante a elaboração da tese, as dificuldades, os limites e as lacunas do Regime Especial. Mas isso não significa desconsiderar a relevância que foi para os alunos/professores receberem uma formação em nível superior e que oportunizou redimensionamentos de suas práticas pedagógicas. Destacamos, nas falas dos hoje egressos, como aspectos relevantes, assegurados como processo formativos: “ministrar aulas com mais segurança”, “melhoria salarial”, “formação continuada”, “melhoria dos saberes”; ou seja, permitiu que professores/egressos tivessem acesso a conhecimentos e obtivessem fundamentação teórica dos conteúdos curriculares da Educação Física e melhoria de suas competências e habilidades.

Ainda em suas falas, destaca-se a afirmativa: “O curso favoreceu a aquisição de elementos mais teóricos do que a prática”, o que é justificado pelas lacunas da infraestrutura oferecida pela Uespi. Entretanto, ainda afirmam que os “saberes adquiridos favoreceram a reflexão e o redimensionamento de suas práticas pedagógicas”, “a contribuição do curso no aumento da autoestima e na conquista da posição de professor formado”. O status que os professores assumiram pode se considerar um ponto positivo na formação de uma identidade profissional nas cidades de Parnaíba, Picos e Floriano e – porque não dizer? – em todo o Piauí.

Na conclusão dessa pesquisa, pretendeu-se mostrar que o Regime Especial, enquanto modalidade formativa, estruturada como curso superior, em nível de graduação, na modalidade Licenciatura Plena, não se constituiu como opção mais adequada para proporcionar uma boa formação ao professor de Educação Física em exercício na escola pública do Piauí, respectivamente nas cidades de Parnaíba, Picos e Floriano. O modelo formativo proposto e desenvolvido pelo curso apresentava muitos limites no que se refere aos aspectos estruturais e muitas possibilidades referentes à formação a partir da imposição da lei, levando em conta o tempo para a realização da formação, o espaço e as experiências vivenciadas pelos docentes nas diferentes cidades que adotamos para se analisar a formação docente em cursos desta natureza.

Além disso, dizer que as mudanças sociais por que passou requerem do professor conhecimentos, habilidades e atitudes que dificilmente um curso com tais características podem atender em toda a sua plenitude pedagógica.

Diante dessa compreensão, emergiu o desafio particular de estudar, pesquisar esse fenômeno que perpassa tanto pela minha história de vida como a trajetória da formação de professores em Regime Especial e a própria trajetória da Universidade Estadual do Piauí – UESPI e da Educação Física a partir de sua expansão e interiorização.

Para responder à questão da história da formação de professores em Educação Física em Regime Especial, no sentido de alçar os objetivos, procuramos aprofundar, a partir da Reforma Educacional do Plano Decenal, a formação de professores em Regime Especial amparado pela lei 9394/96 e historicizar a Universidade Estadual do Piauí, destacando sua relevância no contexto das políticas de formação de professores no Piauí.

Neste contexto, pode-se destacar que o processo de institucionalização da Uespi ocorreu a partir de três etapas: criação, autorização de funcionamento e processo de reconhecimento dos cursos, conforme parecer CEE/PI 046/2007.

Nesse discurso que demonstra a grande diversidade de opiniões e questionamentos sobre a temática, a expansão da UESPI, constata-se o caráter utilitarista que permeou o processo expansionista ora em estudo.

Tal constatação difere da opinião da maioria dos que se beneficiaram com o sistema, no caso os professores, pelo elemento "necessidade" que caracteriza o imediatismo dessas práticas. A maioria dos professores entrevistados, que buscavam um diploma para resolver um problema de sobrevivência pela permanência na profissão, não demonstrou conhecer o outro lado da situação exposta pelos documentos e pelas falas dos respectivos entrevistados, até porque ocorreu em espaços e tempos diferentes.

A maioria se referiu ao curso como uma oportunidade há muito esperada e que veio resolver um problema de possibilidade de ascensão intelectual pela busca do conhecimento em si. Ressalta-se que a contribuição deste trabalho pode ter seus limites. Entretanto, a explicitação das intervenções externas nas políticas de formação de professores e seus desdobramentos na prática dos alunos-professores, busca evidenciar a submissão da educação aos apelos do neoliberalismo, presente naquele momento político que vivia o Brasil, especialmente no Piauí, e tendo como

instituição de ensino superior responsável pela interiorização e qualificação dos docentes leigos a Universidade Estadual do Piauí, no cumprimento de sua missão como instituição de formação de professores do sistema educacional no Piauí.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, David Marcos Emérito. **A formação do professor de educação física no estado do Piauí: 1969-1995**. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR: 1996
- BARDIN, Laurence, **Análise de Conteúdos**. Editora edições 70, São Paulo:2016
- BERTUCCI, I.M., FARIAS FILHO, I.M, OLIVEIRA, M.A.T. **Edward P. Thompson história e formação**, editora UFMG, BH:2010
- BOGDAN, R.C., BILKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em Educação**: Uma introdução a teoria e aos métodos. Reimpressão, Porto editora, Portugal-Porto:2003
- CARVALHO, Rui D. dos Santos, **As ações de governo empreendidas pela Universidade Estadual do Piauí na expansão da formação de professores**. Dissertação de (mestrado) Universidade do Vale dos Rio dos Sinos – UNISINOS, Centro de Ciências da Educação, 2014. 111f.
- BRASIL. MEC INEP. **Plano Decenal de Educação**. Brasília/DF: MEC. 1993
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**/ Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. **Constituição Federativa dos Estados do Brasil**, Brasília, 1937.
- _____. **Constituição Federativa dos Estados do BRasil**, Brasília, 1988.
- _____. Congresso Nacional. **Lei nº. 4.024/61** (Diretrizes e Bases da Educação nacional), Brasília, 1961.
- _____. Congresso Nacional. **Lei nº. 5692/71** (Diretrizes e Bases da Educação nacional), Brasília, 1971.
- _____. Congresso Nacional. **Lei nº. 9.394/1996** (Diretrizes e Bases da Educação nacional), Brasília, 1996.
- DAÓLIO. Jocimar. **Educação física Brasileira: nautores e atores da década de 1980**. Campinas papirus, SP:1998
- DARIDO, S.C. Teoria, prática e reflexão na formação profissional em Educação Física. **Motriz**, v.1, n.2,p.124-128, 1995.
- DOURADO, L.F. Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. Ver. Educ. Soc. Campinas, vol 23, n 80, disponível em www.cedes.unicamp.br 2000.

DOURADO, L.F. A interiorização do ensino superior e a privatização do público. Goiás: 2001

DUARTE, J. Entrevista em Profundidade. In: Duarte, Jorge, Barros, Antonio (Orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2ª edição. Editora Atlas: São Paulo, 2008, p.62-83.

FREIRE, José Carlos da Silveira., **A formação de professores na Universidade do Tocantins – UNITINS**: Limites e possibilidades do curso de Licenciatura em Regime Especial. Dissertação de (mestrado) Universidade Federal de Goiás – Programa de Pós – Graduação em Educação Brasileira, 2002. 151f.

FREIRE, P. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000a. _____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. Cartas a Cristina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 353p

_____. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Pedagogia do oprimido. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

_____. Educação como prática da Liberdade. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b. _____. Política e educação: ensaios. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2000c.

_____. Educação: o sonho possível. In. BRANDÃO, C. R. (org.) O educador: vida e morte. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 89-101.

_____. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAS, Sônia Maria. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo. Universidade de São Paulo – USP, SP:2002

FRIGOTTO,

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de pesquisa**. 4ª edição, editora Atlas, São Paulo – SP:2009

LE GOFF, Jacques. Trad. Bernardo Leite, et.all. **História e Memória**. 7ª edição Revisita. Editora da Unicamp, Campinas SP: 2013.

PAZ, S.L., **A formação e profissionalização docente**: alinhamentos às articulações do Banco mundial. (dissertação apresentada a Universidade Federal de Goiás, 182f 2007)

PATRIARCA, Hemerson., Reformas educacionais dos anos 90 e sua relação com a educação física escolar. (Dissertação apresentada a Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep) 169 Piracicaba-SP: 2010

PINHO, C. S.B., **A produção do conhecimento sobre formação de profissionais em educação física**: realidade e perspectivas superadora. (Tese de doutorado apresentada a Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 276f. 2017

PONTES, João Airton de Matos. **História da educação física no Ceará**: o processo de implantação dos cursos superiores de formação de professores em educação física (1950-1990).Fortaleza, (Tese de doutorado apresentado) /FACED/UFC, 2005.

KUENZER, A. Z. **As Mudanças no Mundo do Trabalho e a Educação**: novos desafios para a gestão, In: FERREIRA, N. C. (org.). Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A. Z. **A proposta pedagógica (do Ensino Médio)**. In: ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

MEIHY, J.C. S.B. **Manual de História Oral**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MARX, K. Crítica ao programa de Gotha. In: _____ e ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. p. 203-234.

MENGA, Lüdke. ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em Educação**: Abordagens qualitativas. 2ª Ed. – reimpressão, EPU, Rio de Janeiro RJ:2014

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Educação Física, Currículo e Cultura**. Phorte editora, São Paulo-SP:2009

PÉREZ-GÓMES, A. O pensamento prático do professor;a formação do professor como profissional reflexivo.In: NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**.Dom Quixote, Lisboa: 1992.

PIAUÍ, Universidade Estadual do Piauí – UESPI / Coordenadoria de Planejamento – CPLAN / Divisão de Planejamento e Estatística. **Relatório Histórico-Institucional e funcional da UESPI – de 1984 a março de 2003**. (Relação dos campi e núcleos instalados / Relação dos cursos de graduação, autorização e reconhecimento). CPLAN (org.) 2003.

PIAUÍ. **Lei nº 3.967, de 16 de novembro de 1984**, Institui a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no Estado do Piauí

PIAUÍ, Diário Oficial do Estado, Teresina,

PINTO, J.B.S.S. Os docentes leigos da zona rural em Pernambuco: Um estudo de suas Representações Sociais. **Revista Interfaces da Educação**. Paranaíba, v.2, nº 5 p.104-118. 2011

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a.

_____. **A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002b.

_____. **A formação da classe operária inglesa III: a força dos trabalhadores**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002c.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. As peculiaridades dos ingleses. In.: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). **E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998. n. 10, v. 1 (Coleção Textos Didáticos).

RICHARDSON, R.J. et. all. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**, 3ª edição Revisada, Editora Atlas: São Paulo, 2009.

SANTOS, Edlamar Oliveira dos, **Políticas e Práticas de Formação Continuada de Professores da Educação Básica**. Jundiaí – SP: Paco Editorial: 2014

SANTOS JÚNIOR, C. L. **A formação de professores em educação física: a mediação dos parâmetros teórico-metodológicos**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2005

SCHÖN, D.A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Dom Quixote: Lisboa, 1992.

SHIROMA, E.O. MORAES, M.C.M. EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**, 4ª edição. Rio de Janeiro: editora lamparina, 2011

SILVA, P. T. N. **A formação do professor de Educação Física no Brasil: avanços e retrocessos**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas:2002

SOUZA JUNIOR, Marcílio. **O saber e o fazer pedagógicos: a formação como componente curricular...? isso é história?**. Recife-PE: EDUPE, 2005.

_____. **Livro didático - ensino de Educação Física** In: Breve historia da educação física na escola brasileira: refletindo sua inserção como componente curricular. João Bosco de Castro Guerra...[et al] – Natal-RN: Pandéia: 2005

SOUZA, Joiciane Aparecida de; LIMA, Lana Ferreira de; SILVA, Rossana Valéria de Souza. **A história oral nas teses e dissertações em educação física**. Disponível em: <www.pos.historia.ufg.br>. Acessado em 04 de Nov. de 2017

VERGARA, Sylvia Constani. **Métodos de coleta de dados no campo**. Editora Atlas, São Paulo, SP:2009

APÊNDICES

Apêndice A

ENTREVISTA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - (TCLE)

Entrevista para os docentes, Pesquisador: José Carlos de Sousa, Orientação: Professora Dra Carmem Sylvia Vidigal de Moraes, Programa de pós-graduação Em Educação, Instituição: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP. Esta entrevista tem como objetivo levantar dados a respeito da formação profissional no curso de Educação Física da UESPI – no campus de Parnaíba, Picos e Floriano em Regime Especial. Contamos com a sua contribuição para conseguirmos sanar alguns questionamentos e entendermos essa temática, neste sentido nos comprometemos a promover o anonimato dos colaboradores. Questões: 1) Qual o seu percurso formativo até torna-se professor com nível superior, 2) Qual a sua opinião a respeito da formação na graduação em Regime Especial realizada pela UESPI?, 3) O que levou a cursar a graduação em Educação Física no Regime Especial?, 4) Fazer o curso superior em Educação Física foi uma imposição da Lei, da Secretaria de Educação da época ou a necessidade de uma formação em nível superior? 5) Na sua opinião qual foi o papel da Universidade Estadual do Piauí, para sua formação como professor de Educação Física no ensino básico?

Apêndice B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - (TCLE)

QUESTIONÁRIO

Prezado(a) colaborador(a) Eu, José Carlos de Sousa, RG 200091 – SSP-PI (Doutorando em Educação), estou desenvolvendo a pesquisa “**História da Formação de professores de Educação Física em Regime Especial na Universidade Estadual do Piauí: 1998 – 2007**” - FE/USP e venho convidá-lo(a) para ser participante da mesma, respondendo a algumas questões na forma de questionário e entrevista.

Neste sentido, essa pesquisa tem entre os seus objetivos analisar na perspectiva histórica a formação de professores em Educação Física na modalidade Regime Especial pela Universidade Estadual do Piauí no período de 1998 a 2007, nos campus de Floriano, Parnaíba e Picos.

Portanto, solicito a sua colaboração, respondendo à algumas questões em forma de questionário sobre o seu processo de formação (aluno/docente) e sobre a formação oferecida através do curso de Educação Física (docentes).

Nesta perspectiva, destacamos que os riscos para os participantes são considerados mínimos. Pois entendemos que qualquer pesquisa pode causar algum dano na dimensão psíquica, moral, intelectual, social ou cultural de um indivíduo, porém a fim de resolver qualquer risco procuraremos sempre esclarecer dúvidas dos sujeitos participantes que possam surgir nesse processo, destacamos também que os sujeitos podem recusar participar da pesquisa ou retirar seu consentimento em qualquer momento sem penalizações, assim como nos comprometemos em manter o anonimato dos sujeitos participantes da investigação sendo utilizado como identificação, pseudônimo ou outra forma similar.

Cabe, ainda, esclarecer que esta técnica (questionário) visa obter informações sobre o tema de estudo apresentado possuindo a vantagem de o sujeito responder as questões no momento que considerar mais apropriado. Se estiver de acordo, por favor, preencha a declaração que se segue abaixo. Sendo o que se tinha para o momento, antecipadamente agradecemos a sua imprescindível contribuição.

Apêndice C

DECLARAÇÃO

Termo de Responsabilidade

Eu, _____ RG _____ de
sexo _____. natural
de _____ residente e domiciliado à
Av./Rua _____ Bairro _____ Estado de CEP _____ -
_____ com o telefone para contato _____ declaro estar ciente dos
objetivos do trabalho de pesquisa “História da formação de professores de educação
física em regime especial na universidade Estadual do Piauí: 1998 – 2007”, de José
Carlos de Sousa (pesquisador), concordando com a publicação e de Carmem Sylvia
Vidigal Moraes (orientadora/docente supervisor).

Assinatura: _____

Apêndice D

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP FACULDADE DE EDUCAÇÃO COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

MODELO

QUESTIONÁRIO DOCENTE

Prezado(a) colega Professor(a)

Este material destina-se exclusivamente para uma pesquisa sobre **“História da formação de professores de Educação Física em Regime Especial na Universidade Estadual do Piauí: 1998 – 2007”**. Desenvolvida dentro do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP. E tem como objetivo, Analisar na perspectiva histórica, a formação de professores em educação física na modalidade Regime Especial pela Universidade Estadual do Piauí, no período de 1998 a 2007

I - Informações Gerais		
Nome:		
Endereço:		
Bairro:		Cidade:
Celular-watzaap	E.mail	Idade ()
Naturalidade:	Estado:	Sexo Fem () Masc ()
Escolaridade da época em que realizou o curso de graduação: () ensino médio () técnico () pedagógico () pedagógico com adicional		
Qual a remuneração antes da formação na Graduação: () menos que o salario mínimo () 1 Salário () entre 1 e 2 Salários () 2 e 3 salários () Maior que 3 salários mínimos		
II - Caracterização Profissional		
Formação Acadêmica	Curso:	
	Local (IES)	
	Data do inicio do curso: mês/ano	
	Data da conclusão do curso	
Atividade profissional atual	Escola Publica Municipal	()
	Escola Pública Estadual	()
	Escola Pública Municipal e estadual	()
	Escola municipal e Particular	()
	Escola estadual e Privada	()
	Escola Federal	()
	Outras atividades	()
Tempo de magistério como professor(a) sem graduação?		
Tempo de magistério como professor(a) graduado(a)?		

Que tipo de modalidade de ensino ministrava aula antes da graduação?: a – () Educação Infantil b – () I c () Fundamental II d – () ensino médio
Que tipo de modalidade ministrou ou ministra após a graduação? a – () Educação Infantil b – () I c () Fundamental II d – () ensino médio
III – CARATERIZAÇÃO DA PESQUISA
01 - Após sua formação acadêmica (graduação) você tem realizado outras atividades de formação continuada? () Sim () Não. Se sim quais as atividades que você participou?
02 – Na sua avaliação, o curso de graduação contribuiu para a sua prática pedagógica na sala de aula? () muito importante () moderadamente importante () Pouco importante I () Nada importante.
03 – As concepções e as estratégias adquiridas em sala de aula durante a sua formação, contribuíram para a sua prática profissional: () Muito importante () moderadamente importante () Pouco importante () Nada importante
04 – Durante a formação da graduação, você passou da condição de educador para a de educando, nesse contexto, os professores formadores levaram em consideração as experiências adquiridas em suas práticas cotidianas? () Sim () Não, Se Sim, neste contexto eles foram: () Muito importante () Moderadamente importante () Pouco importante () Nada importante
05 – Em relação sua formação profissional, você considera que a formação recebida na modalidade regime especial , oferecida pela Universidade Estadual do Piauí foi: () Muito importante () Moderadamente importante () Pouco importante () Nada importante
06 – Os saberes adquiridos durante a formação no Regime Especial para a sua prática na Educação Física no ensino básico foi: () Muito importante () Moderadamente importante () Pouco importante () Nada importante
07 – Historicamente durante o processo de formação, as mudanças na sua compreensão da Educação Física foram: () Muito importante () Moderadamente importante () Pouco importante () Nada importante

Apêndice E

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Prezado(a) colega Professor(a)

Este material destina-se exclusivamente para uma pesquisa de Doutorado, **sobre “História da formação de professores de Educação Física em Regime Especial na Universidade Estadual do Piauí: 1998 – 2007”**. Desenvolvida dentro do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP. E tem como objetivo, Analisar na perspectiva histórica, a formação de professores em educação física na modalidade Regime Especial pela Universidade Estadual do Piauí, no período de 1998 a 2007.

PERGUNTAS ESTRUTURADAS

- 01 – Qual o seu percurso formativo até torna-se professor de nível superior?
- 02 – Qual a sua opinião a respeito da formação na graduação em Regime Especial realizada pela UESPI?
- 03 – O que levou a cursar a graduação em Educação Física no Regime Especial?
- 04 – Fazer o curso superior em Educação Física foi uma imposição da Lei, da Secretaria de Educação da época ou a necessidade de uma formação em nível superior?
- 05 – Na sua opinião qual foi o papel da Universidade Estadual do Piauí para sua formação como professor de Educação Física no ensino básico?

Apêndice F

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Prezado(a) colega Professor(a)

Este material destina-se exclusivamente para uma pesquisa de Doutorado, **sobre “História da formação de professores de Educação Física em Regime Especial na Universidade Estadual do Piauí: 1998 – 2006”**. Desenvolvida dentro do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP. E tem como objetivo, Analisar na perspectiva histórica, a formação de professores em educação física na modalidade Regime Especial pela Universidade Estadual do Piauí, no período de 1998 a 2007.

PERGUNTAS ESTRUTURADAS DE PROFUNDIDADE

- 01 – Fale sobre a relevância de sua formação em Educação Física no Regime Especial?
- 02 – Na sua opinião, o currículo do curso atendeu sua expectativa durante a sua formação?
- 03 – Os aspectos didáticos utilizados pelos professores formadores, foi suficiente para uma mudança na sua prática pedagógica?

ANEXOS

Anexo 1

Localização dos Campi

Fonte: PREG (2017)

Anexo 2

28/09/2016

Legislação do Estado do Piauí

Decreto Nº 12.578 de 30/04/2007

Reconhece os cursos de Licenciatura Plena em Educação Física, ministrados pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI em regime especial, modulado em período de férias, nas localidades que especifica, exclusivamente para efeito de diplomação dos alunos com ingresso no período de 2001 a 2006.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos V e XIII, do art. 102, da Constituição Estadual, combinado com o disposto na Lei Estadual nº 5.101, de 23 de novembro de 1999, e

CONSIDERANDO a decisão tomada pelo Egrégio Conselho Estadual de Educação do Piauí, através da Resolução CEE/PI nº 046/2007, de 21 de março de 2007, homologada pelo Senhor Secretário da Educação e Cultura em 12 de abril de 2007, que acolheu o Parecer CEE/PI nº 046/2007, prolatado na sessão de 21 de março de 2007, do Plenário do Conselho Estadual de Educação do Piauí – CEE/PI;

CONSIDERANDO, finalmente, o contido no Ofício nº 0332/07-GR/UESPI, de 23 de abril de 2007, da Universidade Estadual do Piauí – UESPI,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconhecidos os Cursos de Licenciatura Plena em Educação Física, ministrados pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, em regime especial, modulado em período de férias, nas localidades de Água Branca, Amarante, Anísio de Abreu, Barras, Bom Jesus, Campo Maior, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Corrente, Curimatá, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Fronteiras, Gilbuês, José de Freitas, Luzilândia, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pio IX, Piracuruca, Piri-piri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simões, Simplicio Mendes, Teresina (Campi Torquato Neto e Clóvis Moura), União, Uruçuí e Valença do Piauí, exclusivamente para efeito de diplomação dos alunos com ingresso no período de 2001 a 2006.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 30 abril de 2007.

GOVERNADOR DO ESTADO
SECRETÁRIO DE GOVERNO
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Este texto não substitui o Publicado no DOE Nº 81 de 02/05/2007

28/09/2016

DOCUMENTOS NORMATIVOS DO CEE

(REGIME ESPECIAL)		diplomação de alunos com ingresso no período de 2001 a 2005.
7. LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (REGIME ESPECIAL)	Água Branca, Amarante, Anísio de Abreu, Barras, Bom Jesus, Campo Maior, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Corrente, Curimatá, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Fronteiras, Gilbués, Luzilândia, Pedro II, Picos, Piracuruca, Piri-piri, Oeiras, Santa Filomena, Parnaíba, Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simões, Simplício Mendes, Teresina (Campus Clóvis Moura e Poeta Torquato Neto), União, Uruguí e Valença do Piauí.	Favorável ao reconhecimento pelo Parecer nº 107/2007, de 30/05/2007, exclusivamente para efeito de diplomação de alunos com ingresso no período de 1998 a 2005.
8. LICENCIATURA EM MATEMÁTICA (REGIME ESPECIAL)	Água Branca, Altos, Amarante, Anísio de Abreu, Barras, Bom Jesus, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Corrente, Curimatá, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Fronteiras, Gilbués, Campo Maior, Jaicós, Luzilândia, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pio IX, Piracuruca, Piri-piri, Teresina, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simões, Simplício Mendes, União, Uruguí e Valença do Piauí	Favorável ao reconhecimento pelo Parecer nº 085/2007, de 25/04/2007, exclusivamente para efeito de diplomação de alunos com ingresso no período de 1998 a 2005.
9. LICENCIATURA EM FÍSICA (REGIME ESPECIAL)	Água Branca, Anísio de Abreu, Barras, Bom Jesus, Campo Maior, Corrente, Curimatá, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Picos, Piri-piri, São Raimundo Nonato, São João do Piauí, Simplício Mendes, Simões e Valença do Piauí	Favorável ao reconhecimento pelo Parecer nº 077/2007, de 23/04/2007, exclusivamente para efeito de diplomação de alunos com ingresso no período de 2000 a 2005.
10. LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA (REGIME ESPECIAL)	Água Branca, Amarante, Anísio de Abreu, Barras, Bom Jesus, Campo Maior, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Corrente, Curimatá, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Fronteiras, Gilbués, José de Freitas, Luzilândia, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pio IX, Piracuruca, Piri-piri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simões, Simplício Mendes, Teresina (Campi Torquato Neto e Clóvis Moura), União, Uruguí, e Valença do Piauí	Favorável ao reconhecimento pelo Parecer nº 046/2007, de 21/03/2007, exclusivamente para efeito de diplomação de alunos com ingresso no período de 2001 a 2006.
11. LICENCIATURA EM QUÍMICA (REGIME ESPECIAL)	Água Branca, Amarante, Anísio de Abreu, Barras, Bom Jesus, Campo Maior (campus Heróis do Jenipapo), Canto do Buriti, Corrente (campus Dep. Jesualdo Cavalcanti), Curimatá, Elesbão Veloso, Floriano, Fronteiras, Luzilândia, Oeiras (campus Prof. Possidônio Queiroz), Paulistana, Picos, Piracuruca, Piri-piri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simplício Mendes, Uruguí, Valença e Teresina (Campi Torquato Neto e Clóvis Moura)	Favorável ao reconhecimento pelo Parecer nº 030/2007, de 07/03/2007, exclusivamente para efeito de diplomação de alunos com entrada nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2005.
12. LICENCIATURA EM NORMAL SUPERIOR (REGIME ESPECIAL)	Água Branca, Alegrete do Piauí, Altos, Amarante, Anísio de Abreu, Avelino Lopes, Barras, Bom Jesus, Campo Maior, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Colônia do Guruguia, Corrente, Curimatá, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Fronteiras, Gilbués, Jaicós, José de Freitas, Luzilândia, Oeiras, Palmeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pio IX, Piracuruca, Piri-piri, Redenção do Guruguia, Santa Filomena, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simões, Simplício Mendes, União, Uruguí e Valença.	Favorável ao reconhecimento pelo Parecer nº 017/07, de 05/02/2007, exclusivamente para efeito de diplomação de alunos no período de 2001 a 2006.
13. Licenciaturas oferecidas para alunos do Maranhão	Alto Parnaíba (Geografia e Pedagogia); Aldeias Altas (Normal Superior); Barra do Corda (Ciências Biológicas); Brejo (Letras/Inglês, História, Geografia e Pedagogia); Buriti Bravo (Letras/Português, História, Matemática e Normal Superior); Chapadinha (Letras/Português, História, Ciências Biológicas, Pedagogia e Matemática); Coelho Neto (Letras/Português, História, Geografia, Pedagogia e Normal Superior); Duque Bacelar (Pedagogia); Graça Aranha (Letras/Português, Geografia e Normal Superior); Matões (Letras/Português, Física, Química e Pedagogia); Parnarama (Letras/Português, História, Geografia, Pedagogia e Normal Superior); Passagem Franca (Letras/Português, História, Geografia, Pedagogia, Matemática e Normal Superior); Pedreiras (História, Educação Física, Geografia, Computação e Matemática); São Bernardo (História, Pedagogia e Normal Superior); São Domingos (Letras/Português, História, Pedagogia e Matemática); Timon (Letras/Inglês, Letras/Português, História, Geografia, Educação	Favorável ao reconhecimento pelo Parecer nº 021/09 e Resolução nº 021/09, exclusivamente para efeito de expedição e registro de diploma aos alunos concluintes das turmas formadas

Anexo 3

DECRETO N.º 8.788 DE 29 DE outubro DE 1992

Dispõe sobre o funcionamento regular da Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

O Governador do Estado do Piauí ,

no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII, do art. 102, da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto na Lei Nº 4.230, de 01 de agosto de 1988,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o funcionamento regular da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, mantida pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí - FADEP, que tem por finalidade:

- I - ministrar o ensino;
- II - realizar pesquisas e estimular atividades criadoras nas diversas áreas do conhecimento e da prática profissional;
- III - estender o ensino e a pesquisa à comunidade;
- IV - fomentar o debate crítico sobre as idéias e os problemas emergentes;
- V - integrar o ensino, a pesquisa e a extensão.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ	
Fis.	103
Fuoc.	me

Fl. 02

Art. 2º - A UESPI é constituída, inicialmente, pelo Centro de Ensino Superior do Piauí - CESP, com sede em Teresina, e pelo campus avançado do município de Corrente, onde são ministrados os cursos de Pedagogia e Engenharia Agrônômica.

Parágrafo Único - A UESPI, que tem como um dos seus objetivos, a interiorização do ensino superior, poderá criar novos campi universitários.

Art. 3º - A organização estrutural da Universidade se fará nos níveis superior e setorial, da seguinte forma:

- I - a Administração Superior compreende a ação dos Colegiados Superiores, da Reitoria e de seus Órgãos Suplementares;
- II - a Administração Setorial compreende a ação dos Colegiados de Curso, dos Departamentos e dos Núcleos.

Art. 4º - O Departamento, resultante do conjunto de disciplinas afins e dos professores responsabilizados, no âmbito da Universidade, pela condução de suas funções de ensino, pesquisa e extensão, será a menor fração da estrutura universitária e funcionará como unidade de ensino.

Art. 5º - O Reitor e o Vice-Reitor, serão nomeados pelo Governador do Estado para um mandato de 04 (quatro) anos.

Parágrafo Único - O Reitor acumulará o cargo de Diretor-Executivo da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí - FADEP.

Art. 6º - A Universidade utilizará, nas despesas de sua manutenção e funcionamento, os recursos que lhe forem repassados pela FADEP:

- I - através de dotações orçamentárias estaduais, de acordo com o art. 224 da Constituição do Estado, e
- II - através da prestação de serviços.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ	
Fis.	104
Func.	m

Art. 7º - As demais disposições serão previstas no Estatuto da UESPI.

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRAJÁ, em Teresina (PI), 29 de outubro de 1992.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ

Fis. 105

Func.

Anexo 4

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Ofício/Pres/CEE/PI nº 141/2005

Teresina (PI), 23 de junho de 2005.

Magnífica Reitora,

Em consideração ao encaminhamento da UESPI a este Conselho, relativo ao reconhecimento dos cursos de Regime Especial, temos a informar que o Conselho acatou preliminarmente o *plano de trabalho* anexo, visando a racionalidade e objetividade desses procedimentos.

Considerando que o desenvolvimento das ações propostas no plano envolve tanto a UESPI quanto o CEE/PI, gostaríamos de receber sugestões quanto à proposta em estudo.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Socorro Rocha Cavalcanti Barros.

Cons^a. Socorro Rocha Cavalcanti Barros
Presidente do CEE/PI

Magnífica Reitora
Valéria Madeira Martins Ribeiro
Universidade Estadual do Piauí – UESPI
Campus Universitário do Pirajá
Teresina – Piauí

Anexo 5**PLANO DE TRABALHO PARA RECONHECIMENTO DAS LICENCIATURAS
OFERECIDAS EM REGIME ESPECIAL - UESPI****I – COMPETE À UESPI:**

1. Providenciar um dossiê para cada tipo de licenciatura oferecida no programa de Regime Especial:
 1. Licenciatura em Pedagogia
 2. Licenciatura em Normal Superior
 3. Licenciatura em Matemática
 4. Licenciatura em Computação
 5. Licenciatura em Física
 6. Licenciatura em Química
 7. Licenciatura em Ciências Biológicas
 8. Licenciatura em Educação Física
 9. Licenciatura em Letras/Português
 10. Licenciatura em Letras/Inglês
 11. Licenciatura em História
 12. Licenciatura em Geografia
2. Iniciar o dossiê com a solicitação de reconhecimento do curso em referência, nas localidades onde foi ministrado no programa de Regime Especial, seguido da ficha DADOS GERAIS DE CURSO EM REGIME ESPECIAL (formulário anexo) – juntando os documentos especificados na ficha.
3. Providenciar um dossiê para cada campus/núcleo onde foram ou estão sendo oferecidos cursos do programa de Regime Especial, iniciando com a ficha DADOS DAS LOCALIDADES DE OFERTA DOS CURSOS DE REGIME ESPECIAL – juntando os documentos especificados na ficha.
4. Manter disponível na coordenação de Teresina a documentação seguinte:
 - Currículo dos professores/por disciplina/por período que atuaram nos cursos do programa de Regime Especial;
 - Exemplares das apostilas utilizadas no programa e a relação quantificada dos livros da bibliografia do curso disponível na localidade de oferta;
 - Descrição da infra-estrutura utilizada na localidade de oferta do curso;
 - Diários de classe das disciplinas ministradas nas diversas localidades;
 - Outros documentos que julgar pertinentes.

II – COMPETE AO CEE/PI

1. Nomear comissões de avaliação de curso para verificação das condições de cada um dos cursos/licenciaturas ministrados em regime especial – serão doze comissões (uma especificamente para cada curso/licenciatura), composta cada uma de dois membros com especialização na área (objetivo: verificação do plano de curso adotado, currículo dos professores, controle acadêmico adotado no programa, material bibliográfico, qualificação dos coordenadores etc)
-

-
2. Nomear uma comissão de verificação *in loco*, formada por 10 especialistas (preferencialmente com larga experiência em cursos de formação de professores), para verificação *in loco* das condições dos campi/núcleos onde foram ou estão sendo oferecidos os cursos (objetivo: entrevista com alunos/egressos, reconhecimento dos campos de estágio, vistoria dos laboratórios, quadras esportivas e bibliotecas utilizadas pelo programa, contato com a comunidade, etc) – a comissão se dividiria em grupos de 2 avaliadores, cada um dos grupos seguindo um roteiro de viagem regionalizado.
 3. Após as visitas aos campi/núcleos, os membros da comissão de verificação *in loco* elaborariam relatórios sobre as localidades visitadas, que seriam encaminhados ao CEE e às comissões de avaliação dos cursos, fornecendo subsídios e informações a essas comissões para elaboração de seus relatórios.
 4. As comissões de avaliação de curso elaborariam relatórios conclusivos sobre as condições de oferta do curso, dentro do programa de Regime Especial.
 5. Grupo de trabalho do CEE/PI elaboraria um roteiro para a execução das vistorias e para a confecção dos relatórios das comissões de avaliação dos cursos – visando padronizar as informações e tornar mais objetiva a análise.
 6. O mesmo grupo elaboraria o roteiro para execução do trabalho de vistoria das localidades onde os cursos foram ministrados e a confecção dos relatórios da comissão de verificação *in loco* - visando padronizar as informações coletadas e otimizando o aproveitamento dos dados pelas comissões de avaliação dos cursos.
 7. O mesmo grupo testaria o instrumento elaborado para a verificação *in loco*, antes de sua utilização, aplicando o mesmo em uma das localidades onde cursos do programa foram ministrados (núcleo /campus da UESPI próximo).

Anexo 6

ESTADO DO PIAUÍ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
Parecer CEE/PI nº 046/2007

Opina pelo reconhecimento dos cursos de Licenciatura Plena em EDUCAÇÃO FÍSICA ministrados pela Universidade Estadual do Piauí, em regime especial (modulado em período de férias), exclusivamente para efeito de diplomação de alunos com ingresso no período de 2001 a 2006, nos *campi* e núcleos que especifica.

INTERESSADO: Universidade Estadual do Piauí – UESPI

ASSUNTO: Reconhecimento de curso ministrado em regime especial

RELATOR: Comissão constituída pelas conselheiras Eliana Maria Mendonça Sampaio e Iveline de Melo Prado.

1 – HISTÓRICO

A reitora da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Profª Valéria Madeira Martins Ribeiro, protocolou neste Conselho, sob o nº 452/2006, pedido de reconhecimento legal dos cursos de Licenciatura Plena em Educação Física, ministrados pela Universidade Estadual do Piauí no lapso de tempo compreendido entre os anos 2001 a 2006, modulado em períodos de férias, nos seus campi e núcleos localizados nos seguintes municípios: Água Branca, Amarante, Anísio de Abreu, Barras, Bom Jesus, Campo Maior, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Corrente, Curimatá, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Fronteiras, Gilbués, José de Freitas, Luzilândia, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pio IX, Piracuruca, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simões, Simplicio Mendes, Teresina (Campi Torquato Neto e Clovis Moura), União, Uruçuí e Valença do Piauí.

Este parecer tem por objeto a manifestação para os fins do reconhecimento legal pleiteado, incluindo a análise apreciativa das condições de organização e funcionamento de 34 (trinta e quatro) cursos, envolvendo um total de 2.009 (dois mil e nove) alunos, sendo que desse total, 1.555 (mil quinhentos e cinquenta e cinco) receberam o grau, 36 (trinta e seis) concluintes aguardando grau, 234 (duzentos e trinta e quatro) são desistentes ou com matrícula cancelada e 184 (cento e oitenta e quatro) estão freqüentando. Atualmente o curso só está funcionando nos municípios de Curimatá, Floriano, Pio IX, Uruçuí, Gilbués, Piripiri e Valença.

A relatoria do processo de reconhecimento da Licenciatura de Educação Física, oferecido pela UESPI em regime especial, foi conferida a essa comissão, formada pelas conselheiras Eliana Maria Mendonça Sampaio e Iveline de Melo Prado pelo Plenário do CEE/PI, decisão consubstanciada na Portaria CEE/PI nº 006/07.

Anteriormente já havia decidido o Conselho que, no caso específico das doze licenciaturas oferecidas pela UESPI em regime especial, deveria ser dado tratamento emergencial e atípico, analisando os processos de reconhecimento em bloco, identificado cada bloco pela denominação coletiva de licenciatura-tipo, ficando assim convencionado que cada uma delas compreenderia um dado curso de licenciatura, focado na realidade de cada situação-sede dos vários municípios aonde tal curso veio a se instalar institucionalmente, utilizando-se para tanto da estrutura organizacional dos *campi* e núcleos da UESPI, e ainda, da rede de escolas estaduais e municipais da educação básica. Também já havia sido decidido que o recurso à oitiva de uma comissão verificadora, para cada processo de licenciatura-tipo, fosse dispensado, ficando facultativo e a critério da relatoria respectiva.

ESTADO DO PIAUÍ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
Parecer CEE/PI nº 046/2007

2 – RELATÓRIO

Concluída a instrução e análise dos autos do processo em tela, onde se infere preliminarmente que o curso em causa, na quase totalidade das localidades onde foi oferecido, está com suas atividades encerradas e os respectivos arquivos de sua memória documental devidamente ordenados, estando disponibilizados no *campus* Torquato Neto, suficientes para formar um juízo de valor sobre as condições em que o curso foi ministrado nas diversas localidades.

Os conselheiros Diogo Ayrimoraes Soares, Antonio Fonseca dos Santos Neto e Maria da Conceição Sousa de Carvalho promoveram institucionalmente várias reuniões de trabalho, com a finalidade de instruir o processo, com a participação de representantes da UESPI e de membros do Conselho Estadual de Educação, além de diligências complementares, elaboração de novos relatórios e condensação de dados e informações, possibilitando esse nível de conhecimento do curso em análise.

Com base na documentação dos autos e informações colhidas junto à coordenadora geral do curso, pode-se comentar o funcionamento do curso considerando as três dimensões; organização didático-pedagógico, corpo docente/discente/técnico administrativo e instalações físicas.

1. Em todos os campi e núcleos, os cursos em análise, individualmente considerados no formato de licenciatura-tipo, tiveram como documento estruturante de sua organização e funcionamento o mesmo projeto pedagógico aprovado para o *campus* Poeta Torquato Neto, onde funciona reconhecida a mesma Licenciatura em Educação Física. Nos autos do processo consta cópia desse projeto detalhado, de conformidade com o recomendado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso, dele fazendo parte os planos de ensino de cada componente curricular da matriz pedagógica adotada. O curso com duração de quatro anos, divididos em oito blocos tem carga horária total de 2.910 horas, nestas incluídas 300 horas de prática de ensino.
2. No vestibular de 2003 teve oferta de vagas para o Campus Clóvis Moura em Teresina, mas após o término do primeiro módulo as duas turmas foram transferidas para o Campus Torquato Neto, neta cidade, por apresentar melhor estrutura física.
3. Em vistoria da comissão aos arquivos abrigados no *campus* matriz da UESPI, em Teresina, observou-se a efetividade e o modo pertinente de como os componentes curriculares foram ministrados. Os arquivos acima referenciados são os diários de classe e os documentos acadêmicos dos discentes, dos cursos encerrados.
4. A coordenação de área de Educação Física - regime especial é exercida, desde o ano de 2001, pela Profª. Aurinice Sampaio Irene Monte, especialista e mestranda em Ciências da Saúde, estando nos autos (vol. Principal) sua formação acadêmica devidamente comprovada, através de curriculum vitae documentado. Nos resultados da gestão didático-pedagógica da coordenação não há reparo significativo a se fazer, seja quanto ao controle das atividades acadêmicas seja quanto aos serviços de secretaria disponibilizados em apoio ao curso. Comprova essa particularidade, documentação mantida disponível na

ESTADO DO PIAUÍ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
Parecer CEE/PI nº 046/2007

coordenação do Campus Poeta Torquato Neto, a qual a comissão teve total acesso.

5. O corpo docente responsabilizado pela regência dos componentes curriculares dos cursos nos diferentes *campi* e núcleos apresenta a seguinte configuração de perfil com pouca variação de curso para curso:
 - Quanto à formação acadêmica, mais de 70% dos professores regentes comprova especialização, mestrado e doutorado e os demais apenas graduação em licenciatura na área do curso analisado;
 - Quanto ao regime de trabalho, a grande maioria atuou no período de férias na condição de professor temporário, o que também se justifica pelo caráter também temporário do curso.
6. As instalações disponibilizadas para o atendimento instrumental dos cursos, embora não sendo satisfatoriamente adequadas, há que se registrar medida de superação das fragilidades registradas nos itens biblioteca e laboratórios específicos. Cita-se como exemplo a produção de impressos pela própria Universidade e, também, o esforço do professor em levar, para acesso e consulta dos alunos, livros citados na bibliografia do plano de curso.
7. O estágio supervisionado realizado em escolas públicas de ensino fundamental e médio teve o acompanhamento do professor da disciplina. É importante ressaltar que ao utilizar as próprias escolas da rede pública de cada município, o programa também contribuiu para reciclar e dinamizar esses estabelecimentos, onde já exerciam ou viriam a exercer a docência os professores/alunos do regime especial.

Finalmente, é de se acrescentar que a situação analisada e exposta, embora não demonstre um quadro satisfatório de funcionamento, não autoriza à relatoria, mesmo assim, a concluir pela denegação do pleito, de modo a impedir que a Universidade, de imediato, possa expedir o respectivo diploma aos seus potenciais titulares. São inegáveis os efeitos positivos e o alto significado social que o programa de formação de professores, com a oferta de licenciaturas em regime especial, produziu em todo o Piauí. Entretanto, recomenda-se medida cautelar preventiva para a iniciativa de novas empreitadas semelhantes e, se o fizer que se estabeleça procedimento prévio de conhecimento e aprovação do Conselho Estadual de Educação.

3 – CONCLUSÃO E VOTO

Em face do exposto, esta relatoria encaminha, à deliberação do plenário, voto nos seguintes termos:

- 1- Pelo reconhecimento dos cursos de Licenciatura Plena em Educação Física autorizados e oferecidos pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em regime especial modulado em períodos de férias, nas instalações de seus *campi* e núcleos, localizados nos seguintes municípios do Estado do Piauí – Água Branca, Amarante, Anísio de Abreu, Barras, Bom Jesus, Campo Maior, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Corrente, Curimatá, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Fronteiras, Gilbués, José de Freitas, Luzilândia, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pio IX, Piracuruca, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simões, Simplício Mendes, Teresina (Campi

ESTADO DO PIAUÍ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Parecer CEE/PI nº 046/2007

Torquato Neto e Clovis Moura), União, Uruçuí e Valença do Piauí, compreendendo os efeitos legais desse reconhecimento, tão somente a expedição e registro do respectivo diploma aos alunos concludentes das turmas formadas por ingresso regular no curso em causa, no lapso de tempo compreendido entre o ano inicial de seu funcionamento 2001, e a entrada verificada no ano de 2006.

- 2- Pela determinação à Universidade que seja suspensa a oferta de novas turmas, de qualquer curso e em qualquer de seus *campi*, na modalidade de regime especial (modulados em período de férias), até que sejam concluídos os procedimentos de reconhecimento dos cursos dessa natureza.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões Plenárias "PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO", do Conselho Estadual de Educação do Piauí, em Teresina (PI), 21 de março de 2007.

Consª Eliana Maria Mendonça Sampaio - relatora

Consª Iveline de Melo Prado – relatora

O Plenário do Conselho Estadual de Educação do Piauí aprovou por unanimidade o parecer da comissão.

Consª. Maria do Socorro Rocha Cavalcanti Barros
Presidente do CEE/PI

Anexo 7

Segunda-feira, 11 de junho de 2007 - Nº 108

PIAUÍ

TERESINA - PI

PARECER CEE/PI Nº 030, de 07/0/2007 - Opina pelo reconhecimento dos cursos de Licenciatura Plena em QUÍMICA ministrados pela Universidade Estadual do Piauí, em regime especial (modulado em período de férias), exclusivamente para efeito de diplomação de alunos com ingresso nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2005, nos campi e núcleos que especifica. RELATORES: Cons. Maria do Socorro Rocha Cavalcanti Barros, Antonio Carlos Nogueira de Carvalho, Francisco Soares Santos e Wilson Seraine Filho.

PARECER CEE/PI Nº 031, de 07/0/2007 - Favorável a renovação do reconhecimento, por cinco anos, do Curso de Bacharelado em CIÊNCIAS CONTÁBEIS, ministrado pela UFESPI no Campus Poeta Torquato Neto. RELATORES: Cons. Maria do Socorro Rocha Cavalcanti Barros e Antonio Carlos Nogueira de Carvalho.

PARECER CEE/PI Nº 032, de 07/0/2007 - Favorável às modificações feitas no Regimento Escolar da Escola de Educação Básica e Profissional Emb. Espedito de Freitas Resende - FUNDAÇÃO BRADESCO, em Teresina. RELATORA: Cons. Iveline de Melo Prado. PARECER CEE/PI Nº 033, de 07/0/2007 - Opina, favoravelmente, pela aprovação de funcionamento do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) e Ensino Médio EJA, por três anos, do CENTRO DE ENSINO INTENSIVO - CEI, em Teresina (PI). RELATORA: Cons. Iveline de Melo Prado.

PARECER CEE/PI Nº 034, de 07/0/2007 - Favorável a alteração do regimento interno do COLÉGIO SÃO FRANCISCO DE SALES (Diocesano). RELATOR: Cons. Diogo Ayrimoraes Soares.

PARECER CEE/PI Nº 035, de 07/0/2007 - Opina pelo indeferimento do pedido de convalidação de estudos dos alunos do Grupo Piauiense Integrado de Ensino (GPI). RELATORA: Cons. Eliana Maria Mendonça Sampaio.

PARECER CEE/PI Nº 036, de 14/0/2007 - Favorável ao reconhecimento por cinco anos, do curso de Educação Profissional Técnica de nível médio em Agropecuária, ministrado na cidade de Pedro II (PI) ministrado pela ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA SANTA ANGELA, rede privada, já credenciada como instituição integrante do Sistema de Ensino do Estado do Piauí. RELATORES: Cons. Maria do Socorro Rocha Cavalcanti Barros, Eliana Maria Mendonça Sampaio e Diogo Ayrimoraes Soares.

PARECER CEE/PI Nº 037, de 14/0/2007 - Favorável a autorização para o COLÉGIO E CURSO SECULUS, rede privada, em Teresina (PI), ministrar por três anos, o Ensino Médio regular. RELATORA: Cons. Odni de Jesus da Silva.

PARECER CEE/PI Nº 038, de 14/0/2007 - Recomenda constituição de comissão de sindicância para apuração de fatos relacionados ao INSTITUTO PORTINARI, rede privada, em Teresina (PI), verificados pela inspeção procedida na escola. RELATOR: Cons. Carlos Alberto Pereira da Silva.

PARECER CEE/PI Nº 039, de 14/0/2007 - Favorável a autorização para o COLÉGIO PEDROSAMAGALHÃES, rede privada, em Teresina (PI) ministrar, por cinco anos, o Ensino Médio regular e pela renovação para o Ensino Fundamental completo, ambos na modalidade regular. RELATOR: Cons. Francisco Soares Santos.

PARECER CEE/PI Nº 040, de 14/0/2007 - Favorável a mudança de sede da ESCOLINHA ARCO-IRIS, rede privada, em Itainópolis (PI). RELATOR: Cons. Francisco Soares Santos.

PARECER CEE/PI Nº 041, de 14/0/2007 - Favorável ao credenciamento da ESCOLA FREI ROGÉRIO DE MILÃO, rede privada, em Parnaíba (PI), como instituição integrante do Sistema de Ensino do Estado do Piauí e pela autorização, por cinco anos, para ministrar o Ensino Fundamental (séries iniciais) regular. RELATORA: Cons. Maria do Socorro Rocha Cavalcanti Barros.

PARECER CEE/PI Nº 042, de 14/0/2007 - Favorável a autorização da ESCOLA FREI ROGÉRIO DE MILÃO, rede privada, em Parnaíba (PI), já credenciada como instituição integrante do Sistema de Ensino do Estado do Piauí para ministrar, por três anos, o Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) na modalidade EJA. RELATORA: Cons. Maria do Socorro Rocha Cavalcanti.

PARECER CEE/PI Nº 043, de 14/0/2007 - Favorável ao credenciamento do COLÉGIO TERESINA, rede privada, como instituição integrante do Sistema de Ensino do Estado do Piauí e pela autorização para ministrar o Ensino Médio na modalidade EJA, na cidade de Teresina. RELATORA: Cons. Maria do Socorro Rocha Cavalcanti Barros.

PARECER CEE/PI Nº 044, de 14/0/2007 - Favorável a autorização, em caráter experimental, para o INSTITUTO SUPERIOR ANTONINO FREIRE - ISEAF ministrar o Curso Normal em nível médio, destinado aos professores leigos que atuam em áreas de reforma agrária no Estado do Piauí. RELATOR: Cons. Diogo José Ayrimoraes Soares.

PARECER CEE/PI Nº 045, de 21/0/2007 - Favorável a mudança de sede do COLÉGIO SÃO FRANCISCO, rede privada, na cidade de Valença (PI). RELATORA: Cons. Eliana Maria Mendonça Sampaio.

PARECER CEE/PI Nº 046, de 21/0/2007 - Opina pelo reconhecimento dos cursos de Licenciatura Plena em EDUCAÇÃO FÍSICA ministrados pela UESPI, em regime especial (modulado em período de férias), exclusivamente para efeito de diplomação de alunos com ingresso no período de 2001 a 2006, nos campi e núcleos que especifica. RELATORAS: Eliana Maria Mendonça Sampaio e Iveline de Melo Prado.

PARECER CEE/PI Nº 047, de 21/0/2007 - Favorável, com ressalvas, ao edital Nº 001/2007 que trata do EXAME DE SUPLENÇA em Educação Geral - Ensino Fundamental e Médio ofertado pela Secretaria da Educação e Cultura.

PARECER CEE/PI Nº 048, de 21/0/2007 - Favorável a convalidação de estudos de alunos do Ensino Médio do INSTITUTO EDUCACIONAL DIOCESANO HELVIDIO NUNES DE BARROS, em Bom Jesus (PI). RELATOR: Cons. Carlos Alberto Pereira da Silva.

PARECER CEE/PI Nº 049, de 21/0/2007 - Favorável a convalidação de estudos de alunos do Ensino Médio da U.E. JOSÉ LUSTOSA ELVAS FILHO, em Bom Jesus (PI) e pela admissão ao diretor da escola por matricular alunos com documentação incompleta. RELATOR: Cons. Carlos Alberto Pereira da Silva.

PARECER CEE/PI Nº 050, de 21/0/2007 - Opina favoravelmente à concessão de renovação de autorização, por 03 (três) anos de funcionamento do INSTITUTO EDUCACIONAL MACHADO DE ASSIS - IEMA, rede privada, para ministrar Ensino Fundamental completo, regular, em Teresina (PI). RELATOR: Cons. Francisco Soares Santos.

PARECER CEE/PI Nº 051, de 21/0/2007 - Favorável ao reconhecimento do Curso Superior de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Piauí, com a titulação de Bacharel em Segurança Militar, oferecido na Academia de Polícia Militar do Estado do Piauí, em Parnaíba, exclusivamente para diplomação de alunos que ingressaram em 2001, 2002 e 2003. RELATOR: Antonio Fonseca dos Santos Neto.

PARECER CEE/PI Nº 052, de 28/0/2007 - Favorável a autorização, por três anos, do COLÉGIO PROFESSOR PAULO GERNE, rede privada, na cidade de São Miguel do Tapuio (PI), para ministrar o Ensino Médio regular. RELATORA: Cons. Odni de Jesus da Silva.

PARECER CEE/PI Nº 053, de 28/0/2007 - Favorável a autorização, por três anos, do COLÉGIO PROFESSOR PAULO GERNE, rede privada, na cidade de São Miguel do Tapuio (PI), para ministrar o Ensino Médio na modalidade EJA. RELATORA: Cons. Odni de Jesus da Silva.

PARECER CEE/PI Nº 054, de 28/0/2007 - Opina pelo reconhecimento do Curso Superior Sequencial de Formação Específica em GESTÃO EMPREENDEDORA pela UESPI em 2002, no Campus de Floriano, para fins de expedição dos diplomas dos concluintes respectivos. RELATOR: Cons. Antonio Fonseca dos Santos Neto.

PARECER CEE/PI Nº 055, de 28/0/2007 - Opina pelo credenciamento do COLÉGIO SANTANA, em Piripiri (PI), como instituição integrante do Sistema de Ensino do Estado do Piauí e pelo reconhecimento, por dois anos, do curso de Educação Profissional Técnica de nível médio em Enfermagem, recomendando que se determinem as providências que especifica. RELATORES: Cons. Maria do Socorro Rocha Cavalcanti Barros, Eliana Maria Mendonça Sampaio e Diogo Ayrimoraes Soares.

PARECER CEE/PI Nº 056, de 28/0/2007 - Opina pelo credenciamento do INSTITUTO DE ENSINO O PROGRESSO, rede privada, como instituição integrante do Sistema de Ensino do Estado do Piauí, e pelo reconhecimento por dois anos, do curso de Educação Profissional Técnica de nível médio em Enfermagem, em Teresina (PI), recomendando que se determinem as providências que especifica. RELATORES: Cons. Maria do Socorro Rocha Cavalcanti Barros, Eliana Maria Mendonça Sampaio e Diogo Ayrimoraes Soares.

PARECER CEE/PI Nº 057, de 28/0/2007 - Pelo indeferimento da autorização do Curso de Ensino Médio na modalidade EJA, mesmo em caráter precário, solicitada pelo CENTRO DE ENSINO APOIO, privado, em José de Freitas (PI), que vem sendo ministrado sem autorização do CEE/PI. RELATORA: Cons. Maria do Socorro Rocha Cavalcanti.

PARECER CEE/PI Nº 058, de 28/0/2007 - Opina pelo indeferimento do pleito constante do processo CEE/PI Nº. 181/2007 do Colégio Grupo Piauiense Integrado de Ensino - GPI. RELATORA: Cons. Eliana Maria Mendonça Sampaio.

PARECER CEE/PI Nº 059, de 28/0/2007 - Favorável à aprovação do Programa SEFI Educação do Trabalhador - Educação de Jovens e Adultos, com salas de aula itinerantes, e recomenda medida que especifica. RELATORA: Cons. Eliana Maria Mendonça Sampaio.

PORTARIA CEE/PI Nº 011, de 21/03/2007 - Constitui comissão para verificação das condições de funcionamento do Curso de BACHARELADO EM AGRONOMIA, oferecido pela UESPI no campus de Picos (PI), para fins de reconhecimento.

PORTARIA CEE/PI Nº 012, de 21/03/2007 - Constitui comissão para verificação das condições de funcionamento do Curso de BACHARELADO EM AGRONOMIA, oferecido pela UESPI no campus de Uruçuí (PI), para fins de reconhecimento.

PORTARIA CEE/PI Nº 013, de 22/03/2007 - Constitui comissão para efeito de reconhecimento dos cursos de Higiene Dental, Enfermagem e Patologia Clínica, para fins de reconhecimento, oferecidos pelo CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SÃO CAMILO - CEPROSC, privada, Teresina (PI).

OS ATOS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE: www.ceeipi.pro.br

P. P. 6953

Anexo 8

ESTADO DO PIAUÍ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
Portaria CEE/PI nº 013/2006

Aprova plano de trabalho para o reconhecimento dos Cursos de Regime Especial da UESPI.

A Presidente do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO decisão plenária de 21 de junho de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o PLANO DE TRABALHO, Anexo Único desta Portaria, como procedimento básico a ser adotado no processo de reconhecimento dos Cursos de Licenciatura do Regime Especial da Universidade Estadual de Educação – UESPI.

Art. 2º - Os casos omissos, situações não previstas ou qualquer outra, a critério da COMISSÃO ESPECIAL que coordenará os trabalhos, serão decididas pelo Plenário.

Teresina (PI), 21 de junho de 2006.

Cons.^a Maria do Socorro Rocha Cavalcanti Barros
Presidente do CEE/PI

ESTADO DO PIAUÍ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
Portaria CEE/PI nº 013/2006

II – COMPETE AO CEE/PI

1. Nomear comissões de avaliação de curso para verificação das condições de cada um dos cursos/licenciaturas ministrados em regime especial – serão doze comissões (uma especificamente para cada curso/licenciatura), composta cada uma de dois membros com especialização na área (objetivo: verificação do plano de curso adotado, currículo dos professores, controle acadêmico adotado no programa, material bibliográfico, qualificação dos coordenadores etc)
2. Nomear uma comissão de verificação in loco, formada por 10 especialistas (preferencialmente com larga experiência em cursos de formação de professores), para verificação in loco das condições dos campi/núcleos onde foram ou estão sendo oferecidos os cursos (objetivo: entrevista com alunos/egressos, reconhecimento dos campos de estágio, vistoria dos laboratórios, quadras esportivas e bibliotecas utilizadas pelo programa, contato com a comunidade, etc) – a comissão se dividiria em grupos de 2 avaliadores, cada um dos grupos seguindo um roteiro de viagem regionalizado.
3. Após as visitas aos campi/núcleos, os membros da comissão de verificação *in loco* elaborariam relatórios sobre as localidades visitadas, que seriam encaminhados ao CEE e às comissões de avaliação dos cursos, fornecendo subsídios e informações a essas comissões para elaboração de seus relatórios.
4. As comissões de avaliação de curso elaborariam relatórios conclusivos sobre as condições de oferta do curso, dentro do programa de Regime Especial.
5. Grupo de trabalho do CEE/PI elaboraria um roteiro para a execução das vistorias e para a confecção dos relatórios das comissões de avaliação dos cursos – visando padronizar as informações e tornar mais objetiva a análise.
6. O mesmo grupo elaboraria o roteiro para execução do trabalho de vistoria das localidades onde os cursos foram ministrados e a confecção dos relatórios da comissão de verificação *in loco* - visando padronizar as informações coletadas e otimizando o aproveitamento dos dados pelas comissões de avaliação dos cursos.
7. O mesmo grupo testaria o instrumento elaborado para a verificação in loco, antes de sua utilização, aplicando o mesmo em uma das localidades onde cursos do programa foram ministrados (núcleo /campus da UESPI próximo).

Anexo 09

ESTADO DO PIAUÍ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
Portaria CEE/PI nº 021/2006

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO PARA RECONHECIMENTO DAS LICENCIATURAS OFERECIDAS
EM REGIME ESPECIAL - UESPI

I – COMPETE À UESPI:

1. Providenciar um dossiê para cada uma das 12 licenciaturas oferecida no programa de Regime Especial (etapa já concluída)
2. Providenciar um dossiê para cada campus/núcleo onde foram ou estão sendo oferecidos cursos do programa de Regime Especial (etapa já concluída)
3. Manter disponível na coordenação de Teresina a documentação seguinte:
 - a) Perfil acadêmico dos professores/por disciplina/por período que atuaram nos cursos do programa de Regime Especial;
 - b) Conjunto das apostilas utilizadas no programa e a relação quantificada dos livros da bibliografia do curso disponível na localidade de oferta;
 - c) Descrição da infra-estrutura utilizada na localidade de oferta do curso (biblioteca, laboratório de informática, laboratórios específicos, campos de estágio);
 - d) Diários de classe das disciplinas ministradas nas diversas localidades;
 - e) Outros documentos que a comissão especial (Portaria CEE 011/06) julgar necessários.

II – COMPETE AO CEE/PI

1. Nomear grupo de trabalho (comissão especial), formada de três conselheiros, para coordenar as ações (nomeada pela Portaria CEE/PI nº 011/06, já desenvolvendo atividades), inclusive propor ao plenário alterações na proposta de trabalho.
2. Nomeação de comissões de avaliação de curso para verificação das condições de cada um dos cursos/licenciaturas ministrados em regime especial – serão doze comissões (uma especificamente para cada curso/licenciatura), composta cada uma de dois membros com formação na área (objetivo: verificação do plano de curso adotado, currículo dos professores, controle acadêmico adotado no programa, material bibliográfico, qualificação dos coordenadores etc), que também farão a verificação *in loco*, quando necessário.
3. Elaboração de relatório, pelas comissões verificadoras, acerca das condições de oferta dos cursos, dentro do programa de Regime Especial.
4. Elaboração de Parecer conclusivo acerca dos cursos em processo de reconhecimento.

ESTADO DO PIAUÍ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
Portaria CEE/PI nº 021/2006

Aprova complementação no plano de trabalho para o reconhecimento dos Cursos de Regime Especial da UESPI.

A Presidente do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO decisão plenária de 2 de agosto de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar complementação no Plano de Trabalho, adotado pela Portaria CEE/PI nº 013/06, como procedimento básico a ser cumprido no processo de reconhecimento dos Cursos de Licenciatura do Regime Especial da Universidade Estadual de Educação – UESPI, que passa a ser o ANEXO I desta Portaria.

Teresina (PI), 2 de agosto de 2006.

Cons.^a Maria do Socorro Rocha Cavalcanti Barros
Presidente do CEE/PI

ESTADO DO PIAUÍ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
Parecer CEE/PI nº 046/2007

Opina pelo reconhecimento dos cursos de Licenciatura Plena em EDUCAÇÃO FÍSICA ministrados pela Universidade Estadual do Piauí, em regime especial (modulado em período de férias), exclusivamente para efeito de diplomação de alunos com ingresso no período de 2001 a 2006, nos *campi* e núcleos que especifica.

INTERESSADO: Universidade Estadual do Piauí – UESPI

ASSUNTO: Reconhecimento de curso ministrado em regime especial

RELATOR: Comissão constituída pelas conselheiras Eliana Maria Mendonça Sampaio e Iveline de Melo Prado.

1 – HISTÓRICO

A reitora da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Prof^a Valéria Madeira Martins Ribeiro, protocolou neste Conselho, sob o nº 452/2006, pedido de reconhecimento legal dos cursos de Licenciatura Plena em Educação Física, ministrados pela Universidade Estadual do Piauí no lapso de tempo compreendido entre os anos 2001 a 2006, modulado em períodos de férias, nos seus campi e núcleos localizados nos seguintes municípios: Água Branca, Amarante, Anísio de Abreu, Barras, Bom Jesus, Campo Maior, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Corrente, Curimatá, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Fronteiras, Gilbués, José de Freitas, Luzilândia, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pio IX, Piracuruca, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simões, Simplício Mendes, Teresina (Campi Torquato Neto e Clovis Moura), União, Uruçuí e Valença do Piauí.

Este parecer tem por objeto a manifestação para os fins do reconhecimento legal pleiteado, incluindo a análise apreciativa das condições de organização e funcionamento de 34 (trinta e quatro) cursos, envolvendo um total de 2.009 (dois mil e nove) alunos, sendo que desse total, 1.555 (mil quinhentos e cinquenta e cinco) receberam o grau, 36 (trinta e seis) concludentes aguardando grau, 234 (duzentos e trinta e quatro) são desistentes ou com matrícula cancelada e 184 (cento e oitenta e quatro) estão freqüentando. Atualmente o curso só está funcionando nos municípios de Curimatá, Floriano, Pio IX, Uruçuí, Gilbués, Piripiri e Valença.

A relatoria do processo de reconhecimento da Licenciatura de Educação Física, oferecido pela UESPI em regime especial, foi conferida a essa comissão, formada pelas conselheiras Eliana Maria Mendonça Sampaio e Iveline de Melo Prado pelo Plenário do CEE/PI, decisão consubstanciada na Portaria CEE/PI nº 006/07.

Anteriormente já havia decidido o Conselho que, no caso específico das doze licenciaturas oferecidas pela UESPI em regime especial, deveria ser dado tratamento emergencial e atípico, analisando os processos de reconhecimento em bloco, identificado cada bloco pela denominação coletiva de licenciatura-tipo, ficando assim convencionado que cada uma delas compreenderia um dado curso de licenciatura, focado na realidade de cada situação-sede dos vários municípios aonde tal curso veio a se instalar institucionalmente, utilizando-se para tanto da estrutura organizacional dos *campi* e núcleos da UESPI, e ainda, da rede de escolas estaduais e municipais da educação básica. Também já havia sido decidido que o recurso à oitiva de uma comissão verificadora, para cada processo de licenciatura-tipo, fosse dispensado, ficando facultativo e a critério da relatoria respectiva.

2 – RELATÓRIO

Concluída a instrução e análise dos autos do processo em tela, onde se infere preliminarmente que o curso em causa, na quase totalidade das localidades onde foi oferecido, está com suas atividades encerradas e os respectivos arquivos de sua memória documental devidamente ordenados, estando disponibilizados no *campus* Torquato Neto, suficientes para formar um juízo de valor sobre as condições em que o curso foi ministrado nas diversas localidades.

Os conselheiros Diogo Ayrimoraes Soares, Antonio Fonseca dos Santos Neto e Maria da Conceição Sousa de Carvalho promoveram institucionalmente várias reuniões de trabalho, com a finalidade de instruir o processo, com a participação de representantes da UESPI e de membros do Conselho Estadual de Educação, além de diligências complementares, elaboração de novos relatórios e condensação de dados e informações, possibilitando esse nível de conhecimento do curso em análise.

Com base na documentação dos autos e informações colhidas junto à coordenadora geral do curso, pode-se comentar o funcionamento do curso considerando as três dimensões; organização didático-pedagógico, corpo docente/discente/técnico administrativo e instalações físicas.

1. Em todos os *campi* e núcleos, os cursos em análise, individualmente considerados no formato de licenciatura-tipo, tiveram como documento estruturante de sua organização e funcionamento o mesmo projeto pedagógico aprovado para o *campus* Poeta Torquato Neto, onde funciona reconhecida a mesma Licenciatura em Educação Física. Nos autos do processo consta cópia desse projeto detalhado, de conformidade com o recomendado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso, dele fazendo parte os planos de ensino de cada componente curricular da matriz pedagógica adotada. O curso com duração de quatro anos, divididos em oito blocos tem carga horária total de 2.910 horas, nestas incluídas 300 horas de prática de ensino.
2. No vestibular de 2003 teve oferta de vagas para o Campus Clóvis Moura em Teresina, mas após o término do primeiro módulo as duas turmas foram transferidas para o Campus Torquato Neto, neta cidade, por apresentar melhor estrutura física.
3. Em vistoria da comissão aos arquivos abrigados no *campus* matriz da UESPI, em Teresina, observou-se a efetividade e o modo pertinente de como os componentes curriculares foram ministrados. Os arquivos acima referenciados são os diários de classe e os documentos acadêmicos dos discentes, dos cursos encerrados.

4. A coordenação de área de Educação Física - regime especial é exercida, desde o ano de 2001, pela Profª. Aurinice Sampaio Irene Monte, especialista e mestranda em Ciências da Saúde, estando nos autos (vol. Principal) sua formação acadêmica devidamente comprovada, através de curriculum vitae documentado. Nos resultados da gestão didático-pedagógica da coordenação não há reparo significativo a se fazer, seja quanto ao controle das atividades acadêmicas seja quanto aos serviços de secretaria disponibilizados em apoio ao curso. Comprova essa particularidade, documentação mantida disponível na coordenação do Campus Poeta Torquato Neto, a qual a comissão teve total acesso.

5. O corpo docente responsabilizado pela regência dos componentes curriculares dos cursos nos diferentes *campi* e núcleos apresenta a seguinte configuração de perfil com pouca variação de curso para curso:
 - Quanto à formação acadêmica, mais de 70% dos professores regentes comprova especialização, mestrado e doutorado e os demais apenas graduação em licenciatura na área do curso analisado;
 - Quanto ao regime de trabalho, a grande maioria atuou no período de férias na condição de professor temporário, o que também se justifica pelo caráter também temporário do curso.

6. As instalações disponibilizadas para o atendimento instrumental dos cursos, embora não sendo satisfatoriamente adequadas, há que se registrar medida de superação das fragilidades registradas nos itens biblioteca e laboratórios específicos. Cita-se como exemplo a produção de impressos pela própria Universidade e, também, o esforço do professor em levar, para acesso e consulta dos alunos, livros citados na bibliografia do plano de curso.

7. O estágio supervisionado realizado em escolas públicas de ensino fundamental e médio teve o acompanhamento do professor da disciplina. É importante ressaltar que ao utilizar as próprias escolas da rede pública de cada município, o programa também contribuiu para reciclar e dinamizar esses estabelecimentos, onde já exerciam ou viriam a exercer a docência os professores/alunos do regime especial.

Finalmente, é de se acrescentar que a situação analisada e exposta, embora não demonstre um quadro satisfatório de funcionamento, não autoriza à relatoria, mesmo assim, a concluir pela denegação do pleito, de modo a impedir que a Universidade, de imediato, possa expedir o respectivo diploma aos seus potenciais titulares. São inegáveis os efeitos positivos e o alto significado social que o programa de formação de professores, com a oferta de licenciaturas em regime especial, produziu em todo o Piauí. Entretanto, recomenda-se medida cautelar preventiva para a iniciativa de novas empreitadas semelhantes e, se o fizer que se estabeleça procedimento prévio de conhecimento e aprovação do Conselho Estadual de Educação.

3 – CONCLUSÃO E VOTO

Em face do exposto, esta relatoria encaminha, à deliberação do plenário, voto nos seguintes termos:

- 1- Pelo reconhecimento dos cursos de Licenciatura Plena em Educação Física autorizados e oferecidos pela Universidade Estadual do Piauí (UES-PI), em regime especial modulado em períodos de férias, nas instalações de seus *campi* e núcleos, localizados nos seguintes municípios do Estado do Piauí – Água Branca, Amarante, Anísio de Abreu, Barras, Bom Jesus, Campo Maior, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Corrente, Curimatá, Elesbão Veloso, Esperantina, Floriano, Fronteiras, Gilbués, José de Freitas, Luzilândia, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pio IX, Piracuruca, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simões, Simplício Mendes, Teresina (Campi Torquato Neto e Clovis Moura), União, Uruçuí e Valença do Piauí, compreendendo os efeitos legais desse reconhecimento, tão somente a expedição e registro do respectivo diploma aos alunos concludentes das turmas formadas por ingresso regular no curso em causa, no lapso de tempo compreendido entre o ano inicial de seu funcionamento 2001, e a entrada verificada no ano de 2006.
- 2- Pela determinação à Universidade que seja suspensa a oferta de novas turmas, de qualquer curso e em qualquer de seus *campi*, na modalidade de regime especial (modulados em período de férias), até que sejam concluídos os procedimentos de reconhecimento dos cursos dessa natureza.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões Plenárias “PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO”, do Conselho Estadual de Educação do Piauí, em Teresina (PI), 21 de março de 2007.

Cons^a Eliana Maria Mendonça Sampaio - relatora

Cons^a Iveline de Melo Prado – relatora

O Plenário do Conselho Estadual de Educação do Piauí aprovou por unanimidade o parecer da comissão.

Cons^a. Maria do Socorro Rocha Cavalcanti Barros

Presidente do CEE/PI

ESTADO DO PIAUÍ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
 Resolução CEE/PI nº 046/2007

Aprova o Parecer CEE/PI nº 046/2007, favorável ao reconhecimento da Licenciatura Plena em Educação Física, ministrada pela UESPI em regime especial, nas localidades que especifica, exclusivamente para efeito de diplomação de alunos com ingresso no período de 2001 a 2006.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, em sessão plenária do dia 21 de março de 2007, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 5.101, de 23/11/1999, no seu artigo 9º;

CONSIDERANDO os elementos contidos no Processo CEE/PI nº 452/2006,

RESOLVE:

I – Aprovar o Parecer CEE/PI nº 046/2007, relatado pela comissão formada pelas Conselheiras Eliana Maria Mendonça Sampaio e Iveline de Melo Prado, na sessão do dia 21 de março de 2007, favorável ao reconhecimento dos cursos de Licenciatura Plena em EDUCAÇÃO FÍSICA, ministrado pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, em regime especial, modulado em período de férias, nas localidades de Água Branca, Amarante, Anísio de Abreu, Barras, Bom Jesus, Campo Maior, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Corrente, Curimatá, Elesbão Veloso, Esperantina, **Floriano**, Fronteiras, Gilbués, José de Freitas, Luzilândia, Oeiras, **Parnaíba**, Paulistana, Pedro II, **Picos**, Pio IX, Piracuruca, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Simões, Simplicio Mendes, Teresina (Campi Torquato Neto e Clóvis Moura), União, Uruçuí, e Valença do Piauí, exclusivamente para efeito de diplomação dos alunos com ingresso no período de 2001 a 2006.

II – Encaminhar o parecer em referência à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para as providências.

Sala das Sessões Plenárias “PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO”, do Conselho Estadual de Educação do Piauí, em Teresina, 21 de março de 2007.

Consª Maria do Socorro Rocha Cavalcanti Barros
 Presidente do CEE/PI

HOMOLOGO a Resolução CEE/PI nº 046/07, do Egrégio Conselho Estadual de Educação do Piauí, em Teresina(PI), _____ de _____ de _____.

Prof. José Barros Sobrinho
 Secretário de Educação e Cultura do Estado do Piauí

Anexo 10

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CURSOS DE LICENCIATURA PLENA – REGIME ESPECIAL
FLUXOGRAMA DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
INGRESSO VESTIBULAR: 1999

MÓDULO I	MÓDULO II	MÓDULO III	MÓDULO IV	MÓDULO V	MÓDULO VI	MÓDULO VII	MÓDULO VIII
Anatomia I 60 h	Anatomia II 60 h	Fisiologia I 60 h	Fisiologia II 60 h	Metodologia do Treinamento Desportivo I 60 h	Didática 60 h	Médicas e Avaliações em Educação Física 60 h	Seminários 120 h
Psicologia I 60 h	Bioquímica 60 h	Ensino e Fund. da Educação Básica 60 h	Futebol 60 h	Conteúdo 60 h	Metodologia do Treinamento Desportivo II 60 h	Química Especial 60 h	GRD
História da Educação Física 60 h	Recreação 60 h	Audiente I 60 h	Educação Motora 60 h	Basketbol I 60 h	Aprendizagem Motora 60 h	Higiene da Atividade Física 60 h	Organização Desportiva 60 h
Crescimento e Desenvolvimento Humano 60 h	60 h	Natação I 60 h	60 h	Educação Física Adaptada 60 h	Sociologia Geral 60 h	Dança 60 h	Médicas e Avaliações de Pesquisa em Educação Física 60 h
Introdução à Metodologia Científica 60 h	Desenvolvimento Motor 60 h	60 h	Voleibol I 60 h	60 h	Handebol II 60 h	Socorro de Urgência 30 h	Natação II 60 h
Filosofia da Educação 60 h	60 h	60 h	Handebol I 60 h	60 h	Atletismo α 60 h	Voleibol II 60 h	Antropologia Cultural 30 h
						Basketbol II 60 h	
						Práticas de Ensino 360 h	
						660 h	
360 h	180 h	180 h	180 h	360 h	360 h	660 h	360 h

OBS: As 360 horas/aula da Disciplina Prática de Ensino I e II, são destinadas às Práticas Supervisionadas, que ocorrem durante o REGIME Regular.

2780 h

Anexo 11

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CURSOS DE LICENCIATURA PLENA – REGIME ESPECIAL

FLUXOGRAMA DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
INGRESSO VESTIBULAR: 2000

MÓDULO I	MÓDULO II	MÓDULO III	MÓDULO IV	MÓDULO V	MÓDULO VI	MÓDULO VII	MÓDULO VIII	CARGA HORÁRIA TOTAL: 2.730 HORAS OBS: As 300 horas de Prática de Ensino, 60 horas são de Fundamentação Teórica, enquanto 240 horas são destinadas ao Estágio Supervisionado, que ocorre durante o REGIME Regular.
Anatomia I 60 h	Anatomia II 60 h	Fisiologia I 60 h	Fisiologia II 60 h	Metodologia do Treinamento Desportivo I 60 h	Didática 60 h	Medidas e Avaliações em Educação Física 60 h	Seminários 120 h	
Psicologia I 60 h	Bioquímica 60 h	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica 60 h	Futebol 60 h	Cinesiologia 60 h	Metodologia do Treinamento Desportivo II 60 h	Ginástica Especial 60 h	Ginástica Rítmica Escolar 60 h	
História da Educação Física 60 h	Recreação 60 h	Handebol I 60 h	Educação Motora 60 h	Basquetebol I 60 h	Aprendizagem Motora 60 h	Dança 60 h	Organização Desportiva 60 h	
Crescimento e Desenvolvimento Humano 60 h		Natação I 60 h	Atletismo II 60 h	Educação Física Adaptada 60 h	Natação II 60 h	Voleibol II 60 h	Sociologia Geral 60 h	
Atletismo I 60 h		Desenvolvimento Motor 60 h		Voleibol I 60 h	Basquetebol II 60 h	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação Física 60 h	Socorro de Urgência 30 h	
		Filosofia da Educação 60 h		Handebol II 60 h	Antropologia Cultural 30 h Higiene da Atividade Física 30 h	Prática de Ensino 300 h		
300 h	180 h	360 h	240 h	360 h	360 h	600 h	330 h	

Anexo 12

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CURSOS DE LICENCIATURA PLENA – REGIME ESPECIAL

FLUXOGRAMA DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
INGRESSO VESTIBULAR: 2001

MÓDULO I	MÓDULO II	MÓDULO III	MÓDULO IV	MÓDULO V	MÓDULO VI	MÓDULO VII	MÓDULO VIII	CARGA HORÁRIA TOTAL: 2.910 HORAS OBS: As 300 horas/aula da Disciplina Prática de Ensino, 60 horas são de Fundamentação Teórica, enquanto 240 horas são destinadas ao Estágio Supervisionado, que ocorre durante o REGIME Regular.
Atletismo I 60 h	Bioquímica 60 h	Fisiologia I 60 h	Fisiologia II 60 h	Metodologia Treinamento Desportivo I 60 h	Metodologia Treinamento Desportivo II 60 h	Medidas e Avaliações em Educ. Física 60 h	Seminários 120 h	
Anatomia I 60 h	Anatomia II 60 h	Estrutura e Func. da Educação Básica 60 h	Sociologia Geral 60 h	Cinesiologia 60 h	Didática Aplicada a Educ. Física 60 h	Ginástica Especial 60 h	Ginástica Ritmica Escolar 60 h	
Psicologia I 60 h	Recreação 60 h	Handebol I 60 h	Handebol II 60 h	Basquetebol I 60 h	Basquetebol II 60 h	Dança 60 h	Antropologia Cultural 30 h	
Introdução Metodologia Científica 60 h	Filosofia da Educação 60 h	Natação I 60 h	Natação II 60 h	Voleibol I 60 h	Voleibol II 60 h	Atletismo II 60 h	Socorros de Urgência 30 h	
História da Educação Física 60 h	Desenvolvimento Motor 60 h	Psicologia da Educação II 60 h	Futebol 60 h	Aprendizagem Motora 60 h	Organização Desportiva 60 h	Prática de Ensino 300 h	Higiene da Atividade Física 30 h	
Crescimento e Desenvolvimento Humano 60 h		Educação Motora 60 h	Educação Física Adaptada 60 h	Bioestatística 60 h		Met. e Técnica Pesquisa em Educ. Física 60 h		
360 h	300 h	360 h	360 h	360 h	360 h	600 h	270 h	

Anexo 13

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CURSOS DE LICENCIATURA PLENA – REGIME ESPECIAL

FLUXOGRAMA DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
INGRESSO VESTIBULAR: A PARTIR DE 2002

MÓDULO I	MÓDULO II	MÓDULO III	MÓDULO IV	MÓDULO V	MÓDULO VI	MÓDULO VII	MÓDULO VIII
Atletismo I 60 h	Bioquímica 60 h	Fisiologia I 60 h	Fisiologia II 60 h	Metodologia Treinamento Desportivo I 60 h	Metodologia Treinamento Desportivo II 60 h	Medidas e Avaliações em Educ. Física 60 h	Seminários 120 h
Anatomia I 60 h	Anatomia II 60 h	Estrutura e Func. da Educação Básica 60 h	Educação Física Adaptada 60 h	Cinesiologia 60 h	Didática Aplicada a Educ. Física 60 h	Ginástica Especial 60 h	Ginástica Rítmica Escolar 60 h
Psicologia da Educação I 60 h	Recreação 60 h	Handebol I 60 h	Handebol II 60 h	Basquetebol I 60 h	Basquetebol II 60 h	Dança 60 h	Antropologia Cultural 30 h
Introdução à Metodologia Científica 60 h	Filosofia da Educação 60 h	Natação I 60 h	Natação II 60 h	Voleibol I 60 h	Voleibol II 60 h	Prática de Ensino 300 h	Socorros de Urgência 30 h
História da Educação Física 60 h	Desenvolvimento Motor 60 h	Atletismo II 60 h	Futebol 60 h	Aprendizagem Motora 60 h	Organização Desportiva 60 h	Met. e Técnica Pesquisa em Educ. Física 60 h	Higiene da Atividade Física 30 h
Crescimento e Desenvolvimento Humano 60 h	Psicologia da Educação II 60 h	Educação Motora 60 h	Sociologia Geral 60 h	Bioestatística 60 h			
360 h	360 h	360 h	360 h	360 h	360 h	540 h	270 h

CARGA HORÁRIA TOTAL: 2.700 HORAS
OBS: As 300 horas de Prática de Ensino, 60 horas de Fundamentação Teórica, e as 240 horas de Estágio Supervisionado, que ocorrerão durante o REGIME Regular.

Anexo 14

FLUXOGRAMA DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCACAO FÍSICA
INGRESSO VESTIBULAR: 2003

MÓDULO I	MÓDULO II	MÓDULO III	MÓDULO IV	MÓDULO V	MÓDULO VI	MÓDULO VII	MÓDULO VIII	CARGA HORÁRIA TOTAL: 2.910 HORAS
Atletismo I 60	Bioquímica 60h	Fisiologia I 60h	Fisiologia II 60h	Metodologia do Trein. Desportivo I 60h	Metodologia do Trein. Desportivo II 60h	Medidas e Avaliações em Educ. Física 60h	Seminários 120h	
Anatomia I 60h	Anatomia II 60h	Estrutura e Func. da Educ. Básica 60h	Educ. Física Adaptada 60h	Cinesiologia 60h	Didática Aplicada Educ. Física 60h	Ginástica Especial 60h	Ginástica Rítmica Escolar 60h	
Psicologia da Educação I 60h	Recreação 60h	Handebol I 60h	Handebol II 60h	Basquetebol I 60h	Basquetebol II 60h	Dança 60h	Antropologia Cultural 30h	
Introdução à metod. Científica 60h	Filosofia da Educação 60h	Natação I 60h	Natação II 60h	Voleibol I 60h	Voleibol II 60h	Prática de Ensino 300h	Socorros de Urgência 30h	
História da Educação Física 60h	Desenvolviment o. Motor 60h	Atletismo II 60h	Futebol 60h	Aprendizagem Motora 60h	Organização Desportiva 60h	Met. e Técnica de Pesquisa em Educação Física 60h	Higiene da Atividade Física 30h	
Crescimento e Desenv. Humano 60h	Psicologia da Educação II 60h	Educação Motora 60h	Sociologia da Educação 60h	Bioestatística 60h				
360 h	360 h	360 h	360 h	360 h	300h	540 h	270 h	

Anexo 15

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA						
PROPOSTA DE GRADE CURRICULAR PARA 2004- CURSO 245-6						
1º BLOCO	2º BLOCO	3º BLOCO	4º BLOCO	5º BLOCO	6º BLOCO	7º BLOCO
Metodologia Científica 60	Política Educacional e Organização da Educação Básica 60	Mét. e Téc. da Pesq. em Ed. Física 60	Didática 60	Met. do Ens. da Ed. Física 60	Estágio I 200	Estágio II 200
Psicologia da Educação 60	Sociologia da Educação 60	Atletismo 90	Futebol 60	Dança Escolar 60	Basquetebol 90	Trabalho de Concl. de Curso 120
Filosofia da Educação 60	Recreação 60	Voleibol 90	Natação 90	Cinesiologia 60	Musculação 30	Metodol. do Ens. das Lutas 30
Citofisiologia 60	Anatomia Humana 90	Fisiologia Humana 90	Handebol 90	Metod. do Trein. Desportivo 90	Urgência na Ativ. Física 30	Educação Física Adaptada 60
Cresc. Desenv. Humano 60	Educação Psicomotora 45		Org. e Marketing Desportivo 30	Futsal Básico 30	Ativ. Físicas p/ Grup. Especiais 60	Higiene da Atividade Física 30
História da Ed. Física 30	Aprendizagem Motora 45			Bioestatística 30	Medidas e Avaliação 60	GRE 30
Antropologia Cultural 30		PP I Jogos e Brinca. Tradic. 80	PP II Org. de Eventos e Ativid. Desportivas 80	PP III Ativ. Aquáticas 80	PP IV Rítmicas e Danças Coreografadas 80	PP V Atividade Física e Saúde 80
360 horas	360 horas	330 horas	330 horas	330 horas	240 horas	270 horas

Carga horária da matriz curricular.....	2.220 horas
Estágio Curricular	400 horas
Prática como Componente Curricular.....	400 horas
Atividades Acadêmico-Científico Cultural	200 horas
TOTAL	3.220 horas

Anexo 16

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CURSOS DE LICENCIATURA PLENA – REGIME ESPECIAL

FLUXOGRAMA DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
INGRESSO VESTIBULAR: A PARTIR DE 2005

MÓDULO I	MÓDULO II	MÓDULO III	MÓDULO IV	MÓDULO V	MÓDULO VI	MÓDULO VII
Int. Metodologia Científica 60 h	Política Educacional e Org. da Ed. Básica 60h	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ed. Física 60 h	Didática 60 h	Met. do Ensino da Ed. Física 60h	Estágio I 200h	Estágio II 200h
Psicologia da Educação 60h	Sociologia da Educação 60h	Atletismo 90 h	Futebol 60h	Dança Escolar 60h	Basquetebol 90h	Trabalho de conclusão de curso II 60h
Filosofia da Educação 60 h	Recreação 60 h	Voleibol 90 h	Natação 90h	Cinesiologia 60h	Trabalho de conclusão de curso I 60h	Metodol. do Ens. das Lutas 30
Citofisiologia 60 h	Anatomia Humana 90 h	Fisiologia Humana 90 h	Handebol 90h	Metodologia do Treinamento Desportivo 90h	Urgência na Ativ. Física 30h	Educação física Adaptada 60h
Cres. Desenv. Humano 60h	Educação Psicomotora 45 h		Organização e Marketing Desportivo 30h	Futsal Básico 30h	Atividades Físicas p/ Grupos Especiais 60h	Musculação 30h
História da Ed. Física 30h	Aprendizagem Motora 45 h			Bioestatística 30h	Medidas e Avaliação 60h	Higiene da Atividade Física 30h
Antropologia Cultural 30 h		PP I – Jogos e Brincadeiras Tradicionais 80 h	PP II Org. de Eventos e Atividade Desportivas 80h	PP III Atividades Aquáticas 80h	PP IV Ritmos e Danças Coreografadas 80h	GRE 30h
360 h/a	360 h/a	410 h/a	330horas	330horas	300horas	PPV: Atividade Física e Saúde 80h
						240 horas

Carga horária da matriz curricular.....2.250horas
Estágio curricular.....400horas
Prática como Componente Curricular.....400horas
Atividade s Acadêmicas-Científico Cultural.....200horas